

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS  
CULTURAIS  
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

TRÊS VERSÕES PARA UMA TERRA: O CASO DA TITULAÇÃO  
QUILOMBOLA DE MARINHOS

APRESENTADA POR

JULIANA GAZZINELLI DE OLIVEIRA

PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO DR. JOÃO MARCELO EHLERT  
MAIA

Rio de Janeiro, agosto 2019

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS  
CULTURAIS  
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

TRÊS VERSÕES PARA UMA TERRA: O CASO DA TITULAÇÃO  
QUILOMBOLA DE MARINHOS

APRESENTADA POR

JULIANA GAZZINELLI DE OLIVEIRA

Rio de Janeiro, agosto 2019

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS  
CULTURAIS  
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO DR. JOÃO MARCELO EHLERT  
MAIA**

**JULIANA GAZZINELLI DE OLIVEIRA**

**TRÊS VERSÕES PARA UMA TERRA: O CASO DA TITULAÇÃO  
QUILOMBOLA DE MARINHOS**

Tese de Doutorado apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de  
História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito final para a  
obtenção do grau de Doutor em História, Política e Bens Culturais.

Rio de Janeiro, agosto 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

Oliveira, Juliana Gazzinelli de

Três versões para uma terra: o caso da titulação quilombola de Marinhos /  
Juliana Gazzinelli de Oliveira. – 2019.

162 f.

Tese (doutorado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas,  
Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientador: João Marcelo Ehlert Maia.

Inclui bibliografia.

1. Quilombos – Brumadinho (MG). 2. Quilombolas - Posse da terra. 3.  
Quilombos – Brasil – Aspectos sociais. I. Maia, João Marcelo Ehlert. II. Escola  
de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas. Programa de Pós-Graduação  
em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 326.098151

Elaborada por Márcia Nunes Bacha – CRB-7/4403

*Dedico essa pesquisa à comunidade de  
Marinhos, um dos meus lugares  
preferidos no mundo, representando aqui,  
a população quilombola, que construiu e  
constrói a nossa história.*

**JULIANA GAZZINELLI DE OLIVEIRA**

**“TRÊS VERSÕES PARA UMA TERRA: O CASO DA TITULAÇÃO QUILOMBOLA DE MARINHOS”.**

Tese apresentado(a) ao Curso de DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS do(a) CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL para obtenção do grau de Doutor(a) em História, Política e Bens Culturais.


Data da defesa: 16/09/2019

**ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA**


**Presidente da Comissão Examinadora: Profº JOÃO MARCELO EHLERT MAIA**



JOÃO MARCELO EHLERT MAIA  
Orientador




SÍLVIA MONNERAT BARBOSA  
Membro Interno



ANDRÉ VIDEIRA DE FIGUEIREDO  
Membro Externo



VIVIAN LUIZ FONSECA  
Membro Interno



NATALIA MORAIS GASPAR  
Membro Externo

## **AGRADECIMENTOS**

Ao longo dos anos, o desenvolvimento dos trabalhos que resultaram nesta tese só foi possível, graças a diversas contribuições, as quais não posso deixar de mencionar aqui.

Gostaria, inicialmente, de agradecer a todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais - PPGHPC e ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, da FGV, pela oportunidade em aprofundar academicamente temas que considero de extrema relevância. Agradeço também pela oportunidade e apoio para participar de eventos onde pude apresentar meus estudos e trocar experiências.

Ao Professor Dr. João Marcelo Ehlert Maia, que me acolheu como orientador e me apontou caminhos imprescindíveis para a conclusão desta pesquisa. Agradeço pelas sugestões, pela receptividade e pela troca de conhecimento. Foi fundamental para a finalização dessa tese.

À Professora Dra. Verena Alberti, pelas metodologias a mim ensinadas.

Um especial agradecimento aos membros da banca de qualificação, Profa. Dra. Letícia Ferreira e Prof. Dr. André Videira de Figueiredo, pela enorme contribuição com as sugestões dadas.

Agradeço também, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior- CAPES, pela bolsa de pesquisa concedida a mim, nos dois primeiros anos do doutorado.

Aos colegas de turma e, principalmente da Revista Mosaico, onde tivemos a oportunidade de, em conjunto, revigorar a plataforma de publicação e incentivar a produção discente do Programa.

À minha família, um agradecimento especial aos meus pais, Rodrigo e Andréa, que são a minha base, minha inspiração, meus exemplos de profissionais e acadêmicos. Sem vocês, eu não teria conseguido. Agradeço também, à minha irmã, Ana Carolina, pelo amor, amizade e apoio de sempre.

Agradeço ao Dênis, pelo carinho, companheirismo, apoio e incentivo, no período mais difícil dessa trajetória. Obrigada por me manter calma e me acolher nos momentos de ansiedade.

À Lilian Paraguai, pelo interesse e disponibilidade em participar da minha pesquisa.

Por fim, agradeço à comunidade quilombola de Marinhos, em Brumadinho, pela disponibilidade em me receber e conceder as entrevistas, etapa fundamental da minha pesquisa. Sem a receptividade de vocês, esse trabalho não teria se realizado.

A todos os meus sinceros agradecimentos!



## RESUMO

Os territórios quilombolas passaram a ser vistos como forma de expressão e organização social, constituindo parte do patrimônio histórico e cultural do país. Entretanto, as políticas de reconhecimento quilombola e de direito ao território não têm sido de fácil efetivação. A Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) são, atualmente, responsáveis por esses processos. A partir da relação entre comunidades quilombolas e o território a que pertencem, abordaremos nesta pesquisa, o caso da comunidade de Marinhos, localizada no município de Brumadinho, região metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais. A comunidade foi certificada, em 2010, pela Fundação Palmares como quilombola, pela necessidade de reconhecimento político e social em busca de proteção legal, movida pelo perigo de perder a terra, mas optaram pela paralisação do processo de regularização fundiária iniciado pelo Incra/MG. O caso de Marinhos envolve um conflito de rumores e versões a respeito dos processos de reconhecimento e titulação das terras. É um complexo quadro que compõe o cenário para um processo difícil de reconhecimento político e social, iniciado pelo medo de perder a terra para atores externos e interrompido, pelo mesmo medo, mas agora para atores internos, gerando intensos conflitos de territorialidade. Diante desse cenário, serão analisados dois aspectos importantes. Primeiro, compreender a vontade política da comunidade de Marinhos, de se autodefinir como grupo quilombola, diante da lei, considerando sua relação com o território que ocupam, como sujeitos coletivos, e sua identidade étnica. Uma comunidade que se define como pertencente a um grupo étnico, com costumes, religião, manifestações culturais, e que valoriza a memória de seus antepassados como parte de um patrimônio coletivo. O segundo aspecto será uma análise de como e por que se deu o processo de regularização do território da comunidade de Marinhos e sua interrupção. Serão analisados documentos e narrativas de histórias de vida, que mostram versões de como se deu o processo de reconhecimento e qual foi o caminho tomado pela comunidade, para que e por que, em certo momento, o processo de regularização fundiária foi paralisado.

Palavras-chave: Quilombolas; Posse da Terra; História; Identidade; Reconhecimento.

## **ABSTRACT**

The quilombolas territories became seen as a form of expression and social organization, constituting part of the historical and cultural heritage of the country. However, the quilombola recognition and territorial entitlement policies have not been easy to implement. The Palmares Cultural Foundation (FCP) and the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (Incra) are currently responsible for these processes. Through research, we will address the relationship between quilombolas communities and the territory to which they belong, and the case of the community of Marinhos, located in the municipality of Brumadinho, a metropolitan region of Belo Horizonte, Minas Gerais. The community was certified as quilombola in 2010, by the Palmares Foundation because the need for political and social recognition and the search for legal protection moved by the danger of losing the land. However, they opted for the stoppage of the land settlement process initiated by Incra/MG. The case of Marinhos involves a conflict of rumors and versions concerning the recognition and titling processes of the lands. It is a complex picture that composes the scenario for a difficult process of political and social recognition, initiated by the fear of losing the land to external actors, but were interrupted by intense territorial conflict generated by internal actors. Two important aspects will be analyzed against this background. First, understanding the political will of the community of Marinhos to define themselves as a quilombola group under the law because of their relationship with the territory they occupy as collective subjects and their ethnic identity. Also, as a community that is defined as belonging to an ethnic group with customs, religion, cultural manifestations, and that values the memory of its ancestors as part of a collective heritage. The second aspect will be an analysis of how and why the process of regularization of the territory of the community of Marinhos took place and the reasoning behind its interruption. Documents and narratives of life stories will be analyzed to show versions of how the process of recognition took place and the path taken by the community, showing the paralyzation of the land settlement process.

Key words: Quilombolas; Territory; History; Identity; Recognition.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade

Cedefes – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Sylva

COMISA – Companhia de Mineração Serra Azul

Conaq – Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas

DOU – Diário Oficial da União

FCP – Fundação Cultural Palmares

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEPHA – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IN – Instrução Normativa

Incra- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MIB – Mineração Ibirité Ltda

MinC - Ministério da Cultura

MPF – Ministério Público Federal

PFL – Partido da Frente Liberal

PT – Partido dos Trabalhadores

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

Seppir – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 01</b> Localização de Brumadinho no Brasil e Minas Gerais	31
<b>FIGURA 02</b> Mapa aéreo da Comunidade Quilombola de Marinhos, Brumadinho	33
<b>FIGURA 03</b> Mapas GPS da Comunidade de Marinhos, Brumadinho, MG	34
<b>FIGURA 04</b> Mapas GPS da Comunidade de Marinhos, Brumadinho, MG	34
<b>FIGURA 05</b> Mapas GPS da Comunidade de Marinhos, Brumadinho, MG	34
<b>FIGURA 06</b> Placa na estrada entre Brumadinho Sede e Marinhos	36
<b>FIGURA 07</b> Placa na estrada entre Brumadinho Sede e Marinhos	36
<b>FIGURA 08</b> Estação ferroviária de Marinhos	42
<b>FIGURA 09</b> Antônio Alves da Silva e o estandarte de Nossa Senhora do Rosário	50
<b>FIGURA 10</b> Festa de São Benedito	51
<b>FIGURA 11</b> Localização do município de Brumadinho em MG	84
<b>FIGURA 12</b> Mapa turístico de Brumadinho, com indicação das comunidades quilombolas de Sapé, Ribeirão e Marinhos	85

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1: A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MARINHOS .....</b>	<b>29</b>
1.1 Brumadinho e a origem da comunidade de Marinhos .....	30
1.2. A estação ferroviária de Marinhos .....	42
1.3. Práticas e representações culturais.....	49
<b>CAPÍTULO 2. OS MARCOS LEGAIS E OS ASPECTOS POLÍTICOS DO RECONHECIMENTO QUILOMBOLA.....</b>	<b>57</b>
2.1 Território, territorialidade e identidade étnica.....	58
2.2 O caminho da legalização dos direitos quilombolas no Brasil .....	67
2.3 A constituição política de reconhecimento dos quilombolas em Minas Gerais .....	78
<b>CAPÍTULO 3: O RECONHECIMENTO QUILOMBOLA E O PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE MARINHOS .....</b>	<b>82</b>
3.1 Os processos de reconhecimento e regularização fundiária da comunidade quilombola de Marinhos: uma análise documental .....	84
3.2 O que dizem as entrevistas? A comunidade .....	102
3.3 O que dizem as entrevistas? A mediadora .....	108
3.4 A luta por reconhecimento jurídico e social a partir da teoria crítica do reconhecimento .....	122
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>137</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>145</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>153</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>153</b>
<b>ANEXO II .....</b>	<b>153</b>
<b>ANEXO III .....</b>	<b>155</b>
<b>ANEXO IV.....</b>	<b>157</b>
<b>ANEXO V.....</b>	<b>158</b>
<b>ANEXO VI.....</b>	<b>159</b>
<b>ANEXO VII.....</b>	<b>161</b>
<b>ANEXO VIII.....</b>	<b>162</b>

## INTRODUÇÃO

Em julho de 2010, por razões profissionais, visitei a região de Marinhos, em Brumadinho, Minas Gerais, pela primeira vez. Naquela época, a Diretoria de Inclusão e Cidadania, do Instituto Inhotim, a qual eu fazia parte, desenvolvia trabalhos e pesquisas com as comunidades do entorno.

A Diretoria era composta por três áreas: Música, Arte e Cultura no Vale do Paraopeba; Desenvolvimento Sustentável com foco no Turismo; e Memória e Patrimônio Histórico e Cultural de Brumadinho e Vale do Paraopeba. De 2010 até o fim de 2014, fiz parte da equipe que trabalhava com a história da região, voltada para a dimensão identitária dos sujeitos. Essa ação tinha por objetivo a recuperação, conservação e publicização do patrimônio histórico e cultural herdado pela sociedade local.

O desenvolvimento do trabalho da Diretoria de Inclusão e Cidadania e, mais especificamente da área de história, era realizado por meio de pesquisas financiadas por órgãos públicos e parcerias público-privadas. Um dos objetivos dessa área era a implantação de Centro de Memória e Patrimônio Histórico e Cultural de Brumadinho e região do Médio Vale do Paraopeba. O Centro de Memória foi constituído por três unidades institucionais: o Acervo de Memória e Patrimônio Histórico e Cultural; o Arquivo do Instituto Inhotim; e uma Biblioteca.

O acervo de Memória e Patrimônio estava sendo desenvolvido com base na ideia de compor quatro coleções temáticas: História da Região de Brumadinho; Tradições Musicais e Cultura Popular; e História Ambiental e Memória da Inserção do Instituto Inhotim em Brumadinho. Durante o processo de constituição desse acervo, tive a oportunidade de conhecer as comunidades

quilombolas do município, suas tradições, costumes e ainda participar de diversos momentos de festividades. Interessei-me especialmente pela comunidade de Marinhos, pela receptividade dos moradores que me acolheram para o desenvolvimento do meu trabalho.

Mais à frente, em 2012, tive interesse particular em estudar a estação ferroviária presente nessa comunidade. Ela se encontrava em estado de degradação e era frequentemente citada nas conversas com os moradores locais. Foi então que, diante desse contexto, iniciei minha pesquisa de mestrado intitulada *Patrimônio, preservação e políticas públicas: o caso da estação ferroviária de Marinhos*, defendida em 2014.

Enquanto estive trabalhando e pesquisando em Brumadinho e, principalmente em Marinhos, a comunidade teve seu reconhecimento como remanescente de quilombo, certificado pela Fundação Cultural Palmares. Na intenção de dar continuidade às pesquisas nessa comunidade, mas em uma temática diferente, incluindo os processos de reconhecimento e de regularização fundiária de Marinhos, decidi iniciar o doutorado. Foi, a partir de então, que minha pesquisa se voltou para entender a busca pelo reconhecimento político e social dos quilombolas no Brasil e, especificamente, na comunidade de Marinhos.

O conceito de “quilombo” no Brasil modificou-se ao longo dos anos e, a partir da década de 1970, “torna-se sistemático” e ganha espaço na política como forma de *resistência negra*, conceito utilizado pelos movimentos negros (ARRUTI, 2008).

Para Maria Ester Santana (2015),

As várias formas de formação de quilombos antes e depois da abolição da escravidão e as transformações que estes sofreram

ao longo do tempo são base para um grande número de estudos no sentido de analisar e refletir sobre a elaboração de um novo conceito de quilombo e o que realmente poderia representar um quilombo nos dias atuais, com preocupações referentes à amplitude que o conceito pode conter para não deixar de atender a essas possíveis variações de grupos quilombolas que a lei deve abranger. (SANTANA, 2015, p. 52)

O reconhecimento quilombola e a titulação das terras de remanescentes de quilombos envolvem as especificidades dessas comunidades, que se movimentam para obterem o reconhecimento legal de sua identidade e de seu território, mobilizando-se em torno de suas características sociais, políticas e religiosas específicas.

O ponto de partida para a garantia de reconhecimento e proteção às comunidades quilombolas que requerem legalmente os direitos territoriais, culturais e sociais, por sua identidade, é dado pela Constituição de 1988, com base no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que afirma: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Essa titulação de propriedade das terras deve-se ao fato de que “remanescentes de quilombos” são considerados um grupo social que compartilha “[...] um território geográfico com o legado histórico-cultural, portanto, gerador de um sentimento de pertencimento e interdependência” (SILVA, 2005, p.134).

A questão da regulamentação fundiária ou titulação das terras é frequentemente relacionada à questão da identidade das comunidades que se autorreconhecem como quilombolas politicamente, de acordo com a lei. Segundo Lilian Gomes, a “identidade está diretamente relacionada à garantia da titulação desses territórios. Portanto, tratar os termos da justiça social para esses



grupos requer, necessariamente, a efetivação do direito à territorialidade [...]" (GOMES, 2009, p.17).

Segundo as antropólogas Alessandra Schmitt, Maria Cecília Turatti e Maria Celina Pereira de Carvalho (2002), a identidade quilombola foi construída a partir da necessidade da garantia da sua terra, ao longo dos anos. Portanto:

Estamos diante da incorporação de identidades que, em decorrência de eventos históricos, introduzem novas relações de diferença, as quais passam a ser fundamentais na luta dessas populações negras pelo direito de continuar ocupando e transmitindo às gerações vindouras o território conformado por diversas gerações de seus antepassados. [...] um processo histórico de resistência, deflagrado no passado, é evocado para constituir resistência hoje, praticamente como a reivindicação de uma continuidade desse mesmo processo. (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002, p. 5)

Ainda segundo as autoras,

[...] comunidades quilombolas vêm lutando pelo direito de serem agentes de sua própria história. Em tal situação de desigualdade, os grupos minoritários passam a valorar positivamente seus traços culturais diacríticos e suas relações coletivas como forma de ajustar-se às pressões sofridas, e é neste contexto social que constroem sua relação com a terra, tornando-a um território impregnado de significações relacionadas à resistência cultural. Não é qualquer terra, mas a terra na qual mantiveram alguma autonomia cultural, social e, conseqüentemente, a auto-estima. (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002, p. 5)

As autoras citam o antropólogo Siglia Doria, para quem a "identidade de grupos rurais negros se constrói sempre numa correlação profunda com o seu território e é precisamente esta relação que cria e informa o seu direito à terra". (DORIA<sup>1</sup> apud. SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002).

---

<sup>1</sup> DORIA, Siglia. "O Quilombo do Rio das Rãs" In: Terra de Quilombos. Associação Brasileira de Antropologia, 1995.

Muitos autores têm enfatizado que a territorialidade e a relação cultural coletiva com a terra são elementos essenciais e específicos na identidade quilombola. Portanto, o território e o autorreconhecimento do grupo como quilombola, é parte da identidade dos sujeitos que “se dá pelo sentimento de pertença [...] ao compartilhar conteúdos simbólico-afetivos com outros, definindo-se, portanto, como um grupo”. (FURTADO; SUCUPIRA; ALVES, 2014, p. 113). Cada comunidade tem sua particularidade, seja nas crenças, manifestações culturais, formas de organização, e no vínculo com o território, que são fundamentais para a constituição de uma identidade coletiva de que trata a Constituição.

A identidade quilombola, ou identidade étnica, não significa apenas a preservação da memória e do passado de um grupo.

[...] perpassa então pela construção coletiva de um território e pela defesa deste território frente a outros grupos ou frente ao Estado, quando este tenta impor outras formas de apropriação e uso do espaço, onde o poder de decisão é retirado do grupo. Assim, a identidade étnica pode vir a ser uma reação política consciente a esse processo de expropriação do espaço e do poder de decisão sobre ele, onde os aspectos culturais e históricos são acionados enquanto argumentos de legitimação. (VIEIRA, 2010, p. 184)

Para Fredrik Barth (1976, p. 10-11). “os grupos étnicos são categorias adscritivas e de identificação, que são utilizadas pelos próprios atores e têm, portanto, a característica de organizar a interação entre os indivíduos”. O antropólogo ainda define que a etnicidade é a “forma de organização social”, como a situação na qual “os atores utilizam as identidades étnicas para categorizar a si próprios e a outros, no propósito de uma interação” (BARTH, 1976, p. 15).

Ilka Boaventura Leite acrescenta ao citar Fredrik Barth:

A territorialidade negra, portanto, foi desde o início engendrada pelas e nas situações de tensão e conflito. Essa constatação reintroduz, na atualidade, um debate sobre questões persistentes e que nos incitam a exercitar um olhar retrospectivo e comparativo, capaz de revelar, nitidamente, os aspectos constitutivos das situações com as quais nos defrontamos no presente. Neste sentido, tornam-se fundamentais os exemplos provenientes das realidades locais para se perceber o que está em jogo nas diversas situações analisadas, suas dimensões, articulações, formas e realces. E é sob esse prisma que a territorialidade negra pode ser referida não a uma realidade equívoca e distante, mas se reportando a uma dimensão simbólica da identidade na qual os negros se organizaram como coletividade nacional, articulações de grande complexidade e que aconteceram desde um processo relacional; multicentrado e altamente dinâmico. (BARTH apud LEITE, 2008, p. 967-968)

De acordo com Salomão e Castro (2018):

Para se compreender território é imprescindível assimilar sua própria imbricação com a identidade quilombola numa relação de pertencimento. Em assim sendo, o território deixa de ser meramente o direito material à terra dos remanescentes de quilombos, e passa a ser, além disso, a relação simbólica e de etnicidade ali estabelecida desde seus antepassados. (SALOMÃO; CASTRO, 2018, p. 240)

A partir da relação entre a identidade étnica de comunidades quilombolas, a territorialidade e o território que ocupam, abordaremos, nesta pesquisa, o caso da comunidade de Marinhos, localizada no Município de Brumadinho, região metropolitana de Belo Horizonte, em que a comunidade foi reconhecida pela Fundação Palmares como quilombola, mas interrompeu o processo de regularização fundiária iniciado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Marinhos teve seu reconhecimento como quilombola pela Fundação Palmares em 2010, motivados pelo medo de perder a terra para a mineradora

Ferrous Resources, que pretendia reativar a mina da Serrinha, na Serra da Moeda, em Brumadinho, próximo a Marinhos. Em 2011, dando continuidade ao processo jurídico e político de serem quilombolas, o Incra/MG iniciou o processo de regularização fundiária. Durante esse processo, diversos conflitos internos e externos fizeram com que a comunidade desistisse de prosseguir com a titulação da terra.

A escolha de pesquisar Marinhos como objeto dessa pesquisa também se deu, além da minha familiaridade com a comunidade, pelo fato de que, de acordo com a chefe do Serviço de Regularização de Território Quilombola do Incra/MG, Luci Rodrigues, entre as 196 comunidades quilombolas com processo aberto pelo Incra/MG, apenas outras duas localidades do estado de Minas Gerais – nos Municípios de Chapada do Norte e Divino – tiveram situações semelhantes, em que os processos de regularização fundiária foram interrompidos pelas comunidades.<sup>2</sup>

A história de Marinhos também desperta interesse por compor, dentre as diferentes lutas, movimentos e caminhos perseguidos pelos quilombolas no Brasil, uma das diversas formas de garantia de território, sem que sua regularização legal fosse desejo comum. De origem rural, em um município de região metropolitana, a comunidade buscou pelo direito de permanecer ali, em seu território, perpetuando a história e memória de seu povo.

Há, como se sabe, muitos estudos sobre titulação de terras quilombolas. André Videira de Figueiredo estudou o caso da Comunidade de Alto da Serra, no Vale do Paraíba fluminense, em que a construção da identidade étnica é

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>. Acesso em 11 ago. 2017.

resultado do exercício coletivo de interpretação constitucional, para o reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo.

Maria Ester Santana pesquisou sobre a história de um grupo quilombola, os Amaros, em Minas Gerais, que lutou para recuperar o território que os pertencia há mais de um século, tomado aos poucos, de forma ilegal, no fim do século XIX e início do século XX. A autora analisa os caminhos escolhidos pela comunidade, na década de 1980, com a presença de uma mineradora no território já tomado anteriormente, na luta pelo direito de retomar a terra.

No Pará, Cleiton Lopes Cabral estudou a comunidade de Gurupá, na Ilha dos Marajós, onde as heranças coloniais conduziram uma postura política para a manutenção dos conflitos em que a comunidade quilombola em questão aparece em desvantagem. Neste estudo, Lopes analisa como os rizicultores desencadearam disputas territoriais por recursos naturais importantes para o quilombo de Gurupá.

No caso de Marinhos, a questão se mostra interessante por envolver um conflito de rumores e versões a respeito dos processos de reconhecimento e titulação das terras. A comunidade era formada por população rural, afrodescendente, com forte liderança na figura do sr. Antônio Alves da Silva, o Cambão. Mas, além disso, havia fazendeiros nas proximidades e a própria base do local. Finalmente, a ação de órgãos jurídicos e de mediadores políticos também eram importantes. Todo esse complexo quadro compunha o cenário para um processo difícil de reconhecimento político e social, iniciado pelo medo de perder a terra para atores externos e interrompido, pelo mesmo medo, mas agora para atores internos, gerando intensos conflitos de territorialidade.

Os estudos em comunidades quilombolas contemporâneas trazem diferentes casos em que seus integrantes se uniram em busca por reconhecimento e direito à terra - muitas vezes motivados por um cenário de disputa territorial com agentes externos -, construindo ou reconstituindo uma identidade étnica. O caso de Marinhos, é interessante por ser uma comunidade que também se uniu, como grupo étnico em busca de reconhecimento político, motivado por fatores externos, como a ameaça da mineradora em retomar suas atividades naquele território. Entretanto, esse reconhecimento gerou tensões internas. Os quilombolas passaram a se sentir ameaçados, uns pelos outros, gerando conflitos de valores e interesses, principalmente nas questões de terra. Esse cenário, que incluía ainda uma mediadora política, a vereadora Lilian Paraguai, fez com que a própria comunidade decidisse encerrar o que ela havia iniciado: o processo de titulação do território.

Como já apontado, as comunidades quilombolas são, por lei, comunidades que têm o direito de reconhecimento como tal e direito à regularização de suas terras, se assim desejarem. Entre as diferentes razões pelas quais a maior parte das comunidades quilombolas no país, reconhecidas legalmente como quilombola, pela Fundação Palmares, tomou a decisão de regularizar suas terras, algumas delas nos faz pensar em como essas terras podem significar a garantia de sua própria identidade.

Segundo Maria Ester Santana (2015):

A luta pela garantia e direito sobre determinados territórios [...], está profundamente relacionada com o auto reconhecimento dessa identidade desvelada. A identidade quilombola representa, antes de tudo, o sentimento de pertencimento. (SANTANA, 2015, p. 151)

A construção política sobre direitos legais das comunidades quilombolas, na Constituição brasileira, acabou por entender que identidade e território estão estritamente associados, uma vez que, para ter acesso a política de regularização de territórios quilombolas, é necessário que a Fundação Palmares reconheça e certifique como tal.

O reconhecimento quilombola para a garantia do direito à terra tornou-se caminho para a compreensão de como cada comunidade pode se beneficiar com o direito sobre o território através da garantia constitucional e legislação específica para quilombolas.

Diante desse cenário, serão analisados dois aspectos importantes. Primeiro, compreender a vontade política da comunidade de Marinhos, de se autodefinir como grupo quilombola, diante da lei, considerando sua relação com o território que ocupam, como sujeitos coletivos, e sua identidade étnica. Uma comunidade que se define como pertencente a um grupo étnico, com costumes, religião, manifestações culturais, e que valoriza a memória de seus antepassados como parte de um patrimônio coletivo.<sup>3</sup> O segundo aspecto será uma análise de como e por que se deu o processo de regularização do território da comunidade de Marinhos e sua interrupção. Serão analisados documentos e narrativas de histórias de vida, que mostram como se deu e qual foi o caminho tomado pela comunidade para o reconhecimento, para que e por que, em certo momento, o processo de regularização fundiária foi paralisado.

Diante disso, iremos abordar os conceitos de território, territorialidade e sua relação com a identidade étnica, e também analisar como os membros da

---

<sup>3</sup> Estas afirmativas estão nos documentos de auto declaração enviados à Fundação Palmares, pelas comunidades, que serão analisados e discutidos nessa pesquisa.

comunidade se posicionam quanto a essa identidade e os conflitos que constituem essa complexa dinâmica territorial.

Como parte do quadro teórico, me aproprio do debate sobre reconhecimento nos termos de Nancy Fraser e Axel Honneth. A necessidade de reconhecimento político, social e cultural nas sociedades contemporâneas, especialmente em comunidades tradicionais, como as quilombolas, gera ou deveria gerar autonomia e plena participação dos sujeitos na esfera pública. Entretanto, o reconhecimento jurídico não garante o reconhecimento dos sujeitos nas relações sociais. É nesse sentido que o debate de Fraser e Honneth contribuem para compreender as questões sociais e políticas do reconhecimento e do autorreconhecimento dos quilombolas no Brasil. Mais adiante, veremos como Honneth situa sua discussão no plano normativo dos conflitos sociais e Nancy Fraser centra-se no plano da justiça social e na distribuição de bens e recursos, trazendo essa discussão para o contexto em que se encontra essa pesquisa.

O processo legal de reconhecimento quilombola em Marinhos teve início e fim em 2010, de acordo com os documentos que serão apresentados posteriormente nesta pesquisa. As razões pelas quais a comunidade entra com o pedido na Fundação Palmares, de acordo com os documentos, é por questão de afirmação identitária e cultural. Entretanto, veremos, no decorrer da pesquisa, que essa pode não ter sido a principal motivação para que os moradores de Marinhos recorressem ao reconhecimento político, como comunidade quilombola. Em entrevista com os envolvidos nesse processo, a iniciativa foi devido a possível reativação da mina de minério de ferro da “Serrinha”, da



mineradora Ferrous Resources do Brasil (Ferrous), na região, em que a comunidade de Marinhos seria afetada.

A presença da mineradora, em Brumadinho, desde 2007, acelerou os acontecimentos em torno das reivindicações desse grupo, gerou novos debates e apontou para caminhos convergentes com as propostas constitucionais de regularização fundiária, influenciando o destino dessa comunidade.

Como fonte para essa pesquisa, foram analisados os processos de reconhecimento como quilombola e de regularização fundiária disponibilizados pela Fundação Palmares e pela superintendência do Incra/MG. O processo nº 54170.004340/2011-48 traz documentos importantes para entendermos, cronologicamente, como ocorreu cada etapa, quem esteve presente, quais foram os principais atores internos e externos, e a participação do poder público em cada processo. Foram analisadas atas de reuniões, de assembleias, ofícios enviados e recebidos, materiais enviados para a obtenção do certificado de autorreconhecimento como quilombolas, entre tantos outros, que compuseram os processos em questão.

Além disso, foram realizadas entrevistas de história oral com alguns dos importantes atores para o presente estudo que estiveram, de alguma forma, envolvidos nos processos de reconhecimento quilombola e de regularização fundiária. A metodologia de história oral foi utilizada como fonte de pesquisa, para compreensão do passado, que reflete na história do presente. De acordo com Alberti (2004):

[...] a história oral permite não apenas compreender como o passado é concebido pelas memórias, mas principalmente como essas memórias se constituíram. [...] a memória é também fato, possível de ser objetivamente estudada. E tomar a memória como fato permite entender como determinadas concepções do

passado se tornaram coisas, sem o que as explicações do presente permanecem insuficientes. (ALBERTI, 2004, p.8)

Essa metodologia possibilitou direcionar o foco da pesquisa não apenas para os documentos escritos, mas também para a trajetória daqueles sujeitos que participaram e presenciaram os processos de reconhecimento quilombola e das questões territoriais da comunidade de Marinhos.

Os dados desta pesquisa foram coletados ao longo de quatro anos, em diferentes ocasiões. Nos primeiros anos, pude participar de alguns momentos sociais e festivos da comunidade de Marinhos, como pesquisadora e amiga de alguns moradores locais. Ainda frequentei a comunidade mais intensamente, nos últimos dois anos do doutorado para a realização das entrevistas. Os indivíduos selecionados têm diferentes relações com os processos. Cada entrevistado participou, de alguma forma, dos momentos em que o reconhecimento como quilombola e o processo para a regularização das terras, foi tratado.

Foram entrevistadas pessoas da comunidade que participaram dos processos, tais como: o líder da comunidade e presidente da associação, na época do andamento dos processos, Antônio Alves da Silva; uma das lideranças da comunidade, sra. Leide Santana da Silva; o sr. Reinaldo Silva; e o sr. Antônio Rodrigues de Paiva, filho de um dos primeiros moradores de Marinhos.

A mediadora política, a vereadora Lilian Paraguai, que teve importante papel em todos os processos de reconhecimento e titulação de terras em Marinhos, também foi entrevistada, construindo uma nova versão, sob outro ponto de vista dos acontecimentos. Lilian Paraguai nasceu em Brumadinho, morou em outras cidades do entorno com sua família e retornou aos 11 anos.

Seu envolvimento com a política iniciou-se na igreja. Fazia parte da Pastoral da Juventude que seguia uma linha de pensamento mais voltada para a teologia da libertação, que, segundo ela, tem um envolvimento maior com os movimentos sociais. Começou a atuar em alguns movimentos sociais aos 16 anos, se tornando mais ativa e crítica na política. Criou um movimento para lutar por moradia da população sem teto de Brumadinho e, a partir de então, iniciou sua vida na política. Interessou-se pela ideologia do Partido dos Trabalhadores e, nele, teve formação política sobre reforma agrária e reforma urbana. Reunia-se frequentemente com membros do partido, em Brumadinho, para discutir questões de distribuição de renda e meios de subsistência na área rural. A partir disso, Lilian, suas irmãs e o ex-marido, assumiram a frente do partido no município. Participou também do movimento sindical, tendo um maior envolvimento com a educação, quando decidiu se candidatar a vereadora e se elegeu, em 2009, permanecendo no cargo, até 2012. A partir daí, decidiu se envolver em outros movimentos sociais e questões políticas relacionadas às minorias, como o reconhecimento dos territórios quilombolas e seus direitos. A existência das comunidades quilombolas em Brumadinho fez com que Lilian Paraguai se interessasse em se unir a eles, em busca por reconhecimento político.

Além dessas entrevistas, utilizaremos também outras, realizadas em 2013, para minha dissertação de mestrado, com foco na preservação da estação ferroviária de Marinhos, em que alguns moradores puderam relatar a origem da comunidade, através de suas memórias e as lembranças daquilo que viveram.

A metodologia de história oral possibilitou analisar a percepção de cada entrevistado sobre as decisões tomadas; qual seu papel e sua relação com a

comunidade e com o território que ocupam; sua percepção sobre ser quilombola e sobre as questões e conflitos territoriais que levaram as comunidades a interromperem os processos de regularização dos territórios.

Traremos ainda, no decorrer dessa pesquisa, análises das experiências, versões e interpretações de cada indivíduo em relação ao reconhecimento como quilombola, o processo de regularização fundiária e as motivações para sua paralisação.

Para além de entrevistas formais, minha experiência em campo me possibilitou ouvir variados rumores, especulações e casos contados a mim em segredo, cujas fontes, por razões éticas, não serão nomeadas. Em sociologia e antropologia, o uso desse material tem sido recorrente, como se pode ver nos estudos de Elias Norbert e John Scotson. Na análise sociológica dos pesquisadores em uma pequena comunidade industrial na Inglaterra, a desigualdade social e a diferença entre as classes eram definidas como relações entre “estabelecidos” e “*outsiders*”. Assim como no estudo desses sociólogos, Marinhos é, aparentemente, uma comunidade de sociedade homogênea. Entretanto, os moradores locais não tem essa mesma percepção.

Entre rumores e fofocas, pude perceber que a própria comunidade é dividida em um grupo de estabelecidos, as lideranças que se autorreconhecem como quilombolas, com as mesmas tradições, costumes, identidade étnica; e o grupo dos *outsiders*, que também se reconhece como quilombola, mas que, por questões sociais e políticas, ficam na base da hierarquia de Marinhos.

Foi interessante perceber, através dos rumores, que a divisão entre estabelecidos e *outsiders* entre os moradores locais que se autorreconhecem como quilombolas, se divide em dois grupos: aqueles vistos como os detentores

de poder sobre os membros da comunidade, e aqueles que são liderados. Esse poder é dado através de “posições sociais com potencial de poder mais elevado”, como cargos de liderança ocupados por alguns e vistos como superiores aos outros, e pela idade, respeitando uma hierarquia, onde os mais velhos tem o maior respeito (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 20).

Foi interessante perceber que essa divisão de poder interferiu diretamente nos processos de reconhecimento. Enquanto todos os moradores de Marinhos se sentiam ameaçados pelos fazendeiros e donos de terras próximas, com maior poder e reconhecimento político e social, com medo de perder a terra, um pequeno grupo entre os quilombolas, sentia esse mesmo medo em relação a própria base local.

Diante desse cenário em que se encontra a comunidade quilombola de Marinhos, seus processos de reconhecimento e de regularização fundiária, fatos, versões e rumores serão observados e analisados ao longo dessa pesquisa.

O primeiro capítulo traz informações da história da comunidade de Marinhos, sua organização, modo de viver, suas manifestações culturais e grupos organizados. Trata também das memórias daqueles que foram entrevistados e puderam contar suas histórias de vida, compartilhando as mudanças na formação da comunidade até os dias de hoje; a importância da estação ferroviária em Marinhos; lembranças e reminiscências que recriaram o cenário de tempos que não viveram, mas que conheceram através da história oral, passada por gerações. Marinhos se identifica como quilombola e, através dessa identificação, caminhou para, através do direito Constitucional, ter seu reconhecimento e seu território assegurado.

O segundo capítulo traz uma análise sobre a relação entre os conceitos de território, territorialidade e identidade étnica, uma vez que os quilombolas - reconhecidos por uma identidade própria, ligada a um território - constroem, a partir daí, uma territorialidade específica. Trata ainda dos marcos legais de reconhecimento e garantias de direitos dos quilombolas, começando pela inclusão do Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, na Constituição de 1988.

Concluindo o segundo capítulo, traremos um breve histórico sobre a constituição política de reconhecimento dos quilombolas em Minas Gerais e a elaboração e aplicação das políticas públicas direcionadas a eles.

O terceiro e último capítulo traz, primeiramente, uma análise documental de como foi o processo de reconhecimento como quilombola de Marinhos e seu processo de regularização fundiária, iniciada pelo Incra/MG. O capítulo traz ainda uma análise desses processos sob a perspectiva dos diversos atores envolvidos, através das entrevistas de história oral realizadas para esta pesquisa.

Primeiro, apresentamos essa análise com enfoque nas questões que levaram a comunidade a buscar, coletivamente, o reconhecimento quilombola, que se deu possivelmente por medo de perder suas terras para a mineradora Ferrous, mas que, em certo momento, divergências e conflitos se sobressaíram, resultando na desistência da regularização fundiária já iniciada pelo Incra/MG. Posteriormente analisamos também, através da entrevista de história oral, o papel da vereadora Lilian Paraguai, como mediadora política na busca pelo reconhecimento como quilombola, nas esferas públicas.

Concluindo o capítulo, traremos uma análise dos estudos sobre a teoria crítica do reconhecimento, em relação aos seus limites e conflitos sociais. Além disso, apresentamos uma análise sob a perspectiva dos limites dessa teoria, no Brasil e no caso da comunidade quilombola de Marinhos. Este item tem como foco discutir a reivindicação dessa comunidade, por igualdade étnica em relação a outros grupos da sociedade sob duas dimensões do reconhecimento: o cultural e o jurídico.

Ao final, discutimos os resultados da pesquisa à luz da bibliografia sobre a questão quilombola no Brasil, procurando apresentar alguns pontos que nos parecem oferecer uma contribuição original ao tema.

## CAPÍTULO 1: A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MARINHOS

Iniciamos este capítulo pela história de Marinhos, contada, por meio de entrevista de história oral, por alguns de seus moradores, para entendermos como foi o processo de reconhecimento como quilombola e a trajetória até a decisão de paralisação da regularização fundiária pelo Incra/MG. Conheço alguns deles há muitos anos, e voltar ao passado para constituir uma história, para fins desta pesquisa, foi um exercício desafiador e gratificante. Para Hobsbawm “o valor da investigação histórica sobre ‘o que de fato aconteceu’ para a solução desse ou daquele problema específico do presente e do futuro é inquestionável” (HOBSEAWM, 2004, p.32).

Neste capítulo, o foco é contar a história da forma que os moradores se lembram, respeitando os relatos, versões e impressões, para contextualizarmos a comunidade de Marinhos. Serão usadas entrevistas de história oral feitas para essa pesquisa e alguns depoimentos coletados, anteriormente, para a pesquisa de mestrado intitulada *Patrimônio, preservação e políticas públicas: o caso da estação ferroviária de Marinhos*<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> OLIVEIRA, Juliana. Patrimônio, preservação e políticas públicas: o caso da estação ferroviária de Marinhos. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e patrimônio Sustentável - UFMG. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MMMD9UQM7N/parte\\_1\\_disserta\\_o\\_juliana\\_gazzinelli.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MMMD9UQM7N/parte_1_disserta_o_juliana_gazzinelli.pdf?sequence=1).



## 1.1 Brumadinho e a origem da comunidade de Marinhos

Brumadinho, localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais (Figura 01), conta com uma área de 640 km<sup>2</sup> e uma população de 33.973 habitantes (IBGE, 2010). Inserido na rota da Estrada Real, e fazendo parte do Circuito Turístico Veredas do Paraopeba, o município está dividido territorialmente em cinco distritos: Sede, Aranha, Piedade do Paraopeba, São José do Paraopeba e Conceição do Itaguá<sup>5</sup>. A população rural está distribuída nos distritos e povoados, incluindo seis comunidades quilombolas, sendo quatro delas já reconhecidas pela Fundação Palmares: Sapé, Marinhos, Rodrigues e Ribeirão.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Cf. Lei Estadual nº 1039 de 12/12/1953.

<sup>6</sup> Fundação Cultural Palmares, órgão federal vinculado ao Ministério da Cultura criado para promover a preservação, a proteção e a disseminação da cultura negra. A Fundação reconhece quatro comunidades remanescentes de quilombo no Município de Brumadinho: Comunidade de Sapé, cf. Livro 005, registro nº422, folha 30; Portaria nº 44, de 30 de novembro de 2005, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 06/12/2005. Comunidade de Marinhos e Rodrigues, registradas no Livro de Cadastro Geral n.º 012, Registro nº 1.364 fl. 179; Portaria nº 135, de 27 de outubro de 2010, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 04/11/2010. Comunidade de Ribeirão, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 012, Registro n. 1.363 fl. 178; Portaria nº135, de 27 de outubro de 2010, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 04/11/2010.

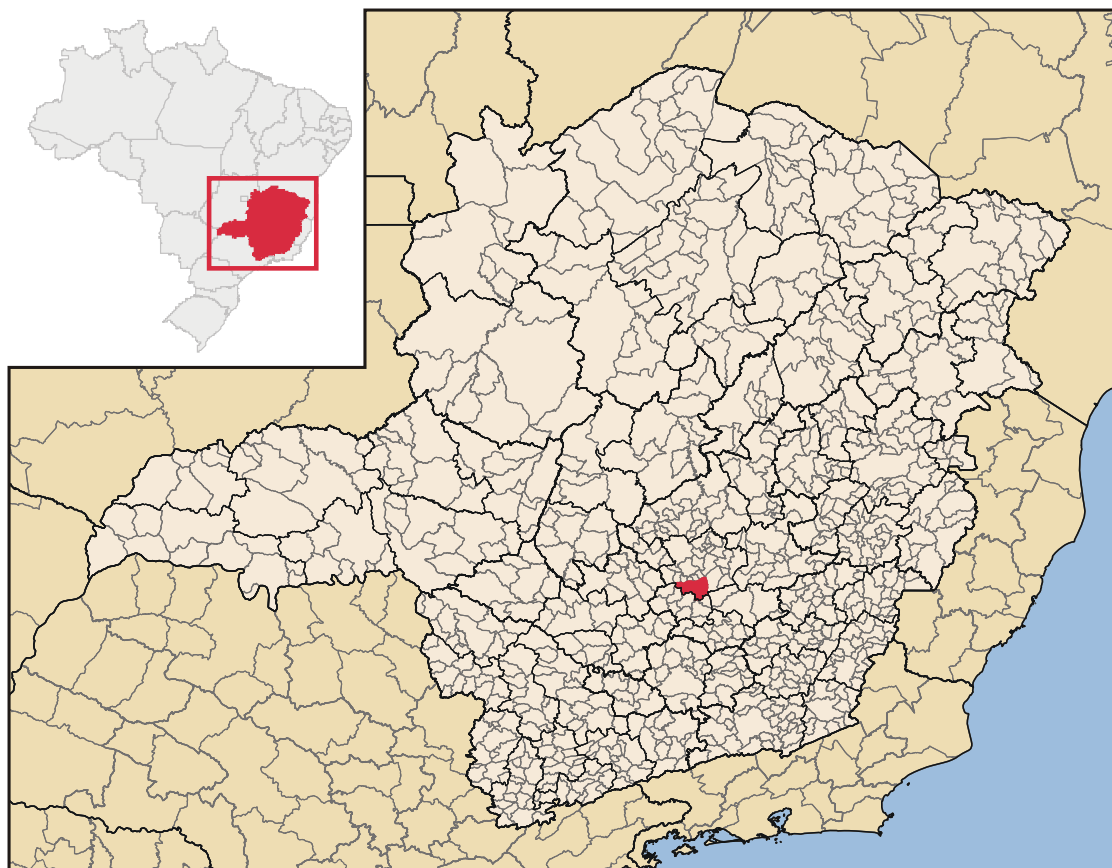


Figura 1: Localização de Brumadinho no Brasil e Minas Gerais.  
Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu<sup>7</sup>

A região, antes majoritariamente ocupada por mineradoras – MIB, COMISA, Ferrous, Vale, entre outras –, passou por mudanças com a inauguração do Instituto Inhotim, em 2006, e aberto ao público em 2008, que ampliou e organizou o turismo e a infraestrutura para o turismo na região.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MinasGeraisMesoMicroMunicip.svg>. Acesso em fev. 2019.

A comunidade de Marinhos, localizada na zona rural de Brumadinho, tem sido foco de minhas pesquisas desde 2010, quando iniciei meu trabalho no Instituto Inhotim como analista de projetos da Diretoria de Inclusão e Cidadania. Tive a oportunidade de vivenciar momentos importantes com os moradores locais, a partir das pesquisas e projetos que desenvolvia. A Diretoria tinha como foco relacionar o Instituto com as comunidades do entorno, a partir de projetos sociais que envolviam quatro eixos: desenvolvimento do turismo; educação a partir da música; fortalecimento do associativismo de grupos de artesanato, e pesquisas que envolviam a história e a memória das comunidades locais, eixo ao qual eu pertencia.

A partir desses projetos desenvolvidos pelo Instituto e da pesquisa para a dissertação de mestrado, decidi continuar meus estudos na região, a fim de contribuir na constituição da sua história, para que seja utilizada em outras pesquisas, em comunidades e territórios envolvendo atores e situações semelhantes, em escala local, regional e nacional.

É importante ressaltar que não foram encontrados registros, publicações, estudos e pesquisas da história local. Traremos, a seguir, informações de pesquisa de fontes primária e secundária (agentes como IBGE) e faremos uma constituição histórica, a partir das memórias dos moradores entrevistados para essa pesquisa. Ressalto também que, em todas as entrevistas de história oral com os moradores de Marinhos, foi mencionado que a falta de informações sobre a história do lugar se deve ao fato de que as pessoas mais velhas não gostavam de contar como a comunidade se constituiu, alegando muita dor e sofrimento de seus antepassados. Os entrevistados relataram que dificilmente ouviam seus

avós contarem quem e como foram os primeiros a se estabelecerem naquela região.

Marinhos está localizado a aproximadamente 30km da Sede do Município e pertence ao distrito de São José do Paraopeba (Figuras 02, 03, 04 e 05).



FIGURA 02: Mapa aéreo da Comunidade Quilombola de Marinhos, Brumadinho.  
Fonte: Acervo Centro Inhotim de Memória e Patrimônio



FIGURA 03, 04 e 05: Mapas GPS da Comunidade de Marinhos, Brumadinho, MG.  
Fonte: Google Earth

A comunidade está localizada entre a sede do distrito e o povoado de Martins, onde fica a Fazenda Boa Esperança (conhecida como fazenda dos Martins), tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais-IEPHA, em 1977. Marinhos fica às margens do córrego do Sapé - também nome de uma comunidade quilombola próxima - e à beira da estrada de ferro, onde fica a estação, inaugurada em 1917 e tombada pelo município em 2004.

Nos cinco anos em que estive presente no território, pude participar de momentos importantes das comunidades do entorno – especialmente as quilombolas – como a festa da colheita, realizada no terceiro sábado do mês de



junho, boa parte do calendário de manifestações culturais, tais como Congado, Moçambique, Folia de Reis, e também de encontros esporádicos. Um desses encontros foi o “Encontro de Memórias”, organizado por moradores e ex-moradores das comunidades. Foi um momento em que todos se reuniram para contar sobre suas memórias, casos vividos e ouvidos, a fim de (re)constituir a história do lugar. As comunidades não têm uma definição comum de suas origens, ou de como se constituíram. Cada morador conta a história a partir de suas memórias e as daqueles mais velhos, que foram passadas por gerações, de como cada família se estabeleceu ali.

A comunidade possui poucos membros, sendo aproximadamente 80 famílias, segundo os próprios moradores. Está territorialmente próxima à Fazenda dos Martins, mencionada anteriormente e a outras 3 comunidades quilombolas: Sapé, Ribeirão e Rodrigues. Todas ligadas por estradas de terra, sinalizadas, com pouco movimento (Figuras 06 e 07). Essas comunidades também foram reconhecidas pela Fundação Palmares: Sapé em 2005, Ribeirão e Rodrigues em 2010. Esta última entrou com o pedido em conjunto com a comunidade de Marinhos, por decisão dos moradores locais.

Cada comunidade tem suas lideranças. Em Marinhos, quem assume esse papel é o sr. Antônio Alves da Silva, conhecido pela comunidade como sr. Cambão. Ele nasceu e cresceu em Marinhos e ainda vive lá com sua esposa e três filhos, em uma casa próxima à igreja.



Figura 06: Placa na estrada entre Brumadinho Sede e Marinhos.  
Fonte: A autora



Figura 07: Placa na estrada entre Brumadinho Sede e Marinhos.  
Fonte: A autora

Os moradores de Marinhos se reúnem sempre nessa igreja, quando o assunto são as manifestações culturais, reuniões da associação de moradores, entre outros. Ao visitar a localidade, é possível avistar a igreja, com um grande jardim na frente; a linha férrea, que perpassa toda a comunidade; e os moradores, nas varandas de suas casas, acenando sempre que alguém transita por ali. A comunidade, com pouco movimento de carro e com aproximadamente

50 casas, é simples, com construções modestas, pintadas todas com cores diferentes, e com as plantações bem cuidadas, à vista de quem transita pela rua.

Não se sabe ao certo a origem de Marinhos. O sr. Antônio Alves da Silva nasceu e cresceu na comunidade. Ele conta que as famílias das quatro comunidades quilombolas de Brumadinho se estabeleceram ali, a partir da comunidade de Sapé.

Marinhos, eles contam que é por causa da estrada de ferro, que eles falam que tinha um engenheiro com nome Marinho, então, aí eles colocaram o nome Marinhos. O filho do Sr. Antônio Hermenegildo que fala que é por isso. Mas o nosso túnel, tá escrito “túnel do Sapé” porque primeiro veio Sapé e aí que foi surgindo. Lá onde eu nasci, em Varginha, eu vejo que tem tudo a ver com quilombo mesmo, porque é uma bacia né. É como um esconderijo dos escravos. Eu não sei como surgiu Sapé não. Mas Marinhos deve ter umas 80 famílias. Antes não tinha contagem, mas era bem menos. Eu conto que o Sr. Antônio Hermenegildo, que é o fazendeiro que tem a fazenda ali, que loteou aqui. Doou o terreno para fazer o grupo escolar aqui, doou o terreno pra fazer o campo de futebol. Ali onde é a academia e onde era a escolinha, foi ele que doou também. Então, o sr. Antônio Hermenegildo, a fazenda dele lá, era como um lugar de acolher. Acolhia o peregrino, o médico, os padres. (SILVA, Antônio Alves. Entrevista concedida a Juliana Gazzinelli. Brumadinho, 2018)

Segundo o sr. Antônio Alves, o sr. Antônio Hermenegildo nasceu em uma fazenda que era da família dele, na região de Sapé. Essa fazenda é divisa com Marinhos, então, enquanto a família crescia, as casas iam sendo construídas em direção a Marinhos, iniciando a formação do povoado. Ele ainda conta um pouco da sua própria história na comunidade, como sua família se estabeleceu ali e como vive hoje.

Sou filho de Olavina, filho de mãe solteira. Meu avô é Joaquim Jerônimo. Eu nasci aqui em Vargem do Sapé e lá, eu achava interessante, porque assim, parecia que eles combinavam que



todos tinham um pilão de socar café. Parece que eles combinavam.

Lá em Varginha, eles falavam que era uma família só. A do Joaquim Jerônimo. E cada casa tinha um pilão onde eles socavam o café e o arroz. Parecia uma orquestra. Parecia que eles todos combinavam uma hora e socavam o café.

Eu hoje, lembrando dos meus avós, fui lá em Varginha, onde eu nasci. Fui lá pra apanhar esses cachos de arroz, que eu vou levar pra Brumadinho, que é pra mostrar pra minha amada Leide [...] pra ela ver a nossa colheita assim, já. (SILVA, Antônio Alves. Entrevista concedida a Juliana Gazzinelli. Brumadinho, 2018)

Sr. Antônio disse, ainda, que era seu avô quem contava as histórias dos quilombos de Brumadinho para ele:

Quando ele estava almoçando, era o momento que ele falava assim: “vem comer meu filho”. Aí ele começava a contar histórias. E aí ele começava falando da fazenda lá dos Martins, que eu aprendi a falar fazenda dos escravos com ele, com meu avô. Porque meu avô falava fazenda dos escravos. (SILVA, Antônio Alves. Entrevista concedida a Juliana Gazzinelli. Brumadinho, 2018)

Em Marinhos, as conversas sempre acabam na questão de como surgiu aquela comunidade. Não se sabe ao certo, mas é comum dizerem que tudo se iniciou em Sapé e que foi o mesmo sr. Antônio Hermenegildo, citado pelo sr. Antônio, quem começou o povoado de Marinhos e acabou loteando e doando algumas terras.

Os moradores contam sempre a história do sr. Antônio Hermenegildo Paiva, nascido dia 13 de fevereiro de 1889, no Sítio Pau Grande, em Sapé, comunidade próxima a Marinhos. Filho do sr. João Rodrigues, natural de Porto Alegre e Dona Felicíssima, de Sapé. Antônio Hermenegildo, mais tarde conhecido por todos como “Tonho”, iniciou sua vida trabalhando na lavoura e negociando gado leiteiro e de corte. Sempre muito religioso, caridoso, bom

conselheiro e amigo, não media esforços para ajudar quem fosse, de acordo com os casos contados a mim, pelos moradores de Marinhos. Faleceu aos 85 anos, em 19 de novembro de 1974, em São José do Paraopeba, deixando muitas saudades, boas lembranças e alguns patrimônios doados para comunidade de Marinhos.

Em abril de 2010, o sr. Antônio Rodrigues Paiva e o sr. Geraldo Hermenegildo Paiva, filhos do sr. Antônio Hermenegildo e Maria Conceição de Jesus, fizeram uma homenagem aos educadores municipais da Escola Municipal Antônio Hermenegildo Paiva, em que parte da história de Marinhos foi escrita. No documento, anexado ao processo de reconhecimento como comunidade quilombola de Marinhos, os irmãos relatam como a história de sua família se constitui junto com a história da comunidade.

O sr. Antônio e seu irmão, Geraldo, contam que são de uma família de vinte e dois irmãos. A mãe, parteira, ajudou muitas mulheres de Marinhos a dar a luz, indo de casa em casa para ajudar, sempre que era chamada. Falecida em 1953, Maria da Conceição deixou saudades. Abrigou em sua casa padres, boiadeiros, médicos, e os recebia como se aquele fosse seus lares. Para homenageá-la, a comunidade colocou seu nome na placa da igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Os irmãos relatam nesse documento que um tal carreiro Rovalino levava a Guarda de Congado e se mudava por três dias, para São José, para a festa de Nossa Senhora do Rosário. Antônio e Geraldo lembram que, nesta época, embarcava leite na estação, boi e mercadorias, como laranja, batata doce, ovos e frangos para o Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Maria da Conceição e Antônio Hermenegildo doaram muitos terrenos durante a constituição de Marinhos. Doaram o campo de futebol, com nome de Estrela Marinhense Futebol Clube; o terreno e a construção da igreja Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Marinhos; e, ainda, o terreno da escola municipal, que antes funcionava na residência de Maria e Antônio, com aulas oferecidas para a comunidade.

A Escola Municipal Antônio Hermenegildo Paiva foi fundada em 1955 como Escola Rural. Naquela época, como conta o sr. Antônio Rodrigues de Paiva, tinha somente duas professoras: Zélia de Lourdes e Conceição das Graças Gomes. Em 1962, a Escola Rural passou a ser denominada como Escola Combinada de Marinhos, através de decreto estadual. Em 1965, a sra. Miltes Gonçalves Maia assume a coordenação da escola, que já oferecia aulas da 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental.

Em abril de 1968, o sr. Antônio Hermenegildo Paiva, morador do povoado de Marinhos, fez a doação do terreno de 720m<sup>2</sup> para construção e funcionamento da escola. O prédio foi construído pela Prefeitura Municipal de Brumadinho, na administração do Prefeito Abelardo Duarte Passos.

Atualmente, o sr. Antônio Rodrigues de Paiva, ainda vive em Marinhos e é conhecido como “Nego”. Ele conta algumas de suas lembranças de como a comunidade se constituiu e as mudanças desde que se mudou pra lá, até os dias atuais.

Eu nasci na Serra da Moeda. Depois que vim pra cá, pra fazenda ali (aponta em direção onde supostamente, estava a fazenda). O meu pai morava lá (na Serra da Moeda). Aí, depois a gente comprou uma dessas fazendas aqui e viemos pra cá. Esse movimento de carro, de trânsito... antes era o trem de ferro, de passageiro... hoje não. Hoje é ônibus. A mudança maior é essa. A igreja também. A comunidade cresceu, o comércio piorou. O

comércio era melhor quando tinha o trem. Hoje, não tem comparação. Aquele comércio que tinha antigamente já não é mais o mesmo. Trinta anos atrás o comércio era movimentado. Hoje já não tem mais. (PAIVA, Antônio Rodrigues. Entrevista concedida a Juliana Gazzinelli. Brumadinho, 2018)

Dentre essas histórias contadas a mim, pelos moradores de Marinhos, todos remeteram suas lembranças à estação ferroviária. Lá foi um lugar que serviu à construção de muitas memórias, de festejos, como o carnaval, e o avanço do comércio. Por essa razão, traremos a seguir, parte da história da comunidade de Marinhos, ligada a estação de ferroviária, especialmente citada em todas as entrevistas feitas por mim, realizadas em 2013, no mestrado e em 2018, para o doutorado.

## 1.2. A estação ferroviária de Marinhos

A estação ferroviária de Marinhos (Figura 08) foi tombada pelo município em 2004 (Decreto nº 54, de 07 de abril de 2004). Inaugurada em 1917, levou para a comunidade dinamismo diferente daquele conhecido pelos moradores da época, razão pela qual ela se destaca. Com a chegada da estação, a população, que, segundo os moradores entrevistados nessa pesquisa, não passava de pouco mais de 15 famílias, viveu um processo de ruptura em seu modo de vida tradicional.

A chegada da estação, e consequentemente de paradas de trens, fez com que a comunidade passasse por um movimento sociocultural e financeiro muito diferente do que havia tido até então. Durante a construção da estação, uma nova população foi se instalando em suas proximidades e, após sua conclusão, muitos por lá ficaram.



Figura 08: Estação Ferroviária de Marinhos.  
Fonte: A autora

A inauguração da estação, e a consequente chegada do trem na comunidade de Marinhos e região, simbolizava a chegada do que havia de mais atual naquela época. De acordo com os moradores, ela foi construída para o escoamento da produção da região, para as capitais mais próximas, como Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Servia também, e principalmente, para transporte de passageiros, por ser muito mais rápido do que as mulas, cavalos e carros de boi, usados à época de sua construção.

Nos relatos dos moradores, a maioria diz que, em Marinhos, muita coisa mudou. É possível perceber em todas as falas como as mudanças despertam uma saudade do tempo em que ainda haviam pouquíssimas casas e do trem que passava, em outra época, para passageiros. A sra. Leide Santana da Silva, esposa do sr. Antônio Alves, já citado nessa pesquisa, lembra com saudades, de um tempo não muito distante.

Eu cheguei aqui em Marinhos há 58 anos, porque o meu pai, Juventino, trabalhava na rede ferroviária, que hoje é a MRS<sup>8</sup>. Então, eles transferiram ele pra trabalhar aqui em Marinhos. Então, a família acompanhou e por isso que a gente veio. Viemos eu, meu pai, minha mãe, meus irmãos, veio todo mundo (sic) pra cá.

Mudou muita coisa, porque quando eu mudei pra cá, aqui tinha pouquíssimas casas. Não tinha rua direito pra passar carro, condução. Porque naquele tempo, a condução aqui da comunidade, era o trenzinho de passageiro. As pessoas andavam a cavalo, carro de boi. Isso que era a condução das pessoas. Até pra fazer uma mudança, era o carro de boi que levava as coisas para as pessoas. Aqui não passava ônibus, não passava caminhão, não passava carro... era só mesmo o trenzinho de passageiros que o povo usava pra viajar. (SILVA, Leide Santana. Entrevista concedida a autora, em 2013, para a dissertação de mestrado)

---

<sup>8</sup> A MRS é uma operadora logística que administra uma malha ferroviária de 1.643 km nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Disponível em: <https://www.mrs.com.br/empresa/quem-somos/>. Acesso em 22 fev. 2019.

A estação de Marinhos, segundo moradores da comunidade, era uma parada de trem destinada ao embarque e desembarque de passageiros, além de carregamento e descarregamento da carga, que passava por ali, até chegar nas grandes cidades. Em Marinhos, com a chegada da estação e do trem, houve um crescimento da população, maior tráfego de pessoas, além da diversificação do comércio. Produtores que ainda não conseguiam vender seus produtos fora da região passaram a fazer comércio em outras cidades, aumentando sua produção e, conseqüentemente, a renda familiar.

Com o desenvolvimento da comunidade, a partir da chegada do trem, instalou-se uma agência dos correios e algumas hospedagens familiares, para aqueles que esperavam o trem com objetivo de embarcar no dia seguinte. Isso fez com que a economia local crescesse e a comunidade começava a se desenvolver.

Marinhos faz parte do Ramal Paraopeba<sup>9</sup>, e a estação destacava-se como ponto de embarque de gado, devido à existência de um curral de embarque de animais de grande porte e de transporte de “leite, que vinha das fazendas ao redor, ovos, frangos, e outras mercadorias, como arroz, feijão e milho, [iam] das comunidades rurais, para Belo Horizonte, para serem vendidas”, como conta sra. Leide (Leide Santana Silva, 2013).

Sra. Leide conta também que este transporte era essencial porque “não tinha o caminhão transportando, então, tinha um vagão específico para transportar as mercadorias” (Leide Santana Silva, 2013). Os vagões, carregados de bois, cavalos e porcos, faziam parte da rotina diária dos moradores.

---

<sup>9</sup> Fazia parte da Estrada de Ferro Central do Brasil - EFCB

A estação possuía um curral com dispositivo apropriado para embarque de gado com destino à estação Pedro Ernesto (Rio de Janeiro) para o abate. Ali também eram despachados, todos os finais de semana, grande quantidade de aves e ovos com destino à estação Dom Pedro II (Rio de Janeiro). Diariamente, despachava-se grande quantidade de hortifrúti-granjeiros, com destino ao Mercado Central de Belo Horizonte. Naquela época, todo o transporte e a comunicação, tanto de passageiros quanto de mercadorias, dependiam da Estação. Devido principalmente à sua localização, os trens de passageiros que saíam de Belo Horizonte e os que saíam ou passavam em Conselheiro Lafaiete no mesmo horário, o ponto de cruzamento era a Estação de Marinhos. (Depoimento escrito por Acyr Apolinário da Silva - Chefe da Estação de março de 1952 a 1º de novembro de 1977 em 2004, disponível no Dossiê de tombamento da estação ferroviária de Marinhos)

O trem de passageiros, que parava na estação de Marinhos para embarque e desembarque, transformou a comunidade, com a necessidade de ampliar o comércio para atender aos viajantes e aos ferroviários.

Na época do trem, o comércio evoluiu muito. Aqui em Marinhos, tinham três vendas. A do Joaquim Novato e a venda do Zezé. Eles vendiam panos, comida e várias outras coisas que o pessoal precisava aqui. Eram tipo uns armazéns. Falavam que a maior fonte de renda vinha dos ferroviários. Então, se tinha só uma carne pra vender, falavam assim: “Ah, vão deixar para os ferroviários que eles é quem tem dinheiro”. Vender coisa boa, como arroz, feijão, era só para os ferroviários. (IROINA, Rosely. Entrevista concedida a autora, em 2013, para a dissertação de mestrado)

Houve um avanço econômico e o pequeno povoado cresceu com a inauguração da estação. Em Marinhos, o telégrafo chegou junto com a ferrovia que, naquela época, era considerada símbolo do progresso e da modernidade da sociedade (CARVALHO, 2010).

Na estação, tinha o telégrafo, que era a única comunicação que a gente tinha naquela época. Quando a estação estava aberta,



funcionando, o nosso meio de comunicação era com os agentes da estação. Eles que usavam o telégrafo pra gente. Essa era uma das coisas principais e boas que a gente tinha na comunidade. (SILVA, Antônio Alves. Entrevista concedida a Juliana Gazzinelli. Brumadinho, 2018)

A estação também foi importante na comunidade, pois era de lá que vinha a água que fornecia as casas de quem residia próximo a ela. Este fornecimento era feito através da caixa d'água que abastecia as máquinas a vapor e fazia parte do conjunto arquitetônico da estação de Marinhos, como relatado pela sra. Leide Santana da Silva.

Lá na estação, tinha uma questão muito importante. Tinha uma caixa d'água que fornecia as famílias da comunidade. A água vinha de um terreno. Vinha de lá e chegava até aqui, enchendo a caixa que ficava na estação. Essa caixa d'água sustentava as famílias aqui. Hoje a caixa ainda está lá, abandonada, mas ela não recebe e nem fornece mais água. (SILVA, Leide Santana. Entrevista concedida a autora, em 2013, para a dissertação de mestrado)

Além de representar um papel vital para a economia, a estação ferroviária se tornou, para a comunidade, mais do que um lugar de embarque e desembarque de pessoas, de gado e de produtos agrícolas. Maria Cecília de Alvarenga Carvalho (2010, p. 111) afirma que a ferrovia apresentava uma nova dimensão social, que acarretou uma nova dinâmica nas localidades pela qual passava, transformando significativamente a vida social dos moradores das regiões adjacentes. Como relatado pelo sr. Antônio Alves da Silva, "... a estação era um lugar de festa, de encontros, que a gente tinha na comunidade, onde o pessoal todo ia." (Antônio Alves da Silva, 2018)

Para Paula (2002):

A ideologia do progresso incorporada ao transporte ferroviário moldou hábitos sociais, provocou sonhos e esperanças. [...] Símbolo da modernidade e do futurismo, o trem chegava às cidades desenhando uma nova paisagem urbana, criando bairros e redefinindo o sentido do tempo. [...] A chegada do trem marcava as horas, trazia as notícias da capital e os moços casadoiros. Em torno das estações era a festa dos 'encontros e despedidas'". (PAULA, 2002, p. 48-49).

A estação transformou o dia a dia dos moradores da comunidade, seus costumes e hábitos. Assim, o trem, recém-chegado, impulsionou uma nova rotina e um novo dinamismo na vida daquele povoado. Era um novo lugar de encontro, de lazer, de diversão.

Todas as tardes, os senhores da comunidade iam jogar malha no pátio que tinha na estação. Então, eles se reuniam ali, para jogar esse jogo. Era um momento de diversão. E era também, um ponto de encontro da comunidade todo final de semana. As mães de família, as moças, os rapazes, iam passear na estação, como se ali fosse igual a gente vê na cidade grande, que tem um ponto que as pessoas vão para se divertir, para sentar, para conversar, como se fosse um jardim. Todo mundo ia para a estação. Tivesse o que tivesse (sic). Se tivesse festa ia, se não tivesse, ia do mesmo jeito. Então, o movimento lá era muito grande. (SILVA, Antônio Alves. Entrevista concedida a autora, em 2013, para a dissertação de mestrado)

O dia do embarque de boi, onde os fazendeiros colocavam os bois para o embarque aí na estação, era dia de festa em Marinhos. O pessoal ia todo lá para a estação para ver o embarque dos bois". (SILVA, Antônio Alves. Entrevista concedida a autora, em 2013, para a dissertação de mestrado)

Como pode-se observar pelos relatos dos entrevistados, as memórias em relação à estação não se limitaram à sua função primordial de estação ferroviária. Isso fez com que ela se tornasse especial nas lembranças dos moradores da comunidade de Marinhos. A partir dos relatos de história oral,

podemos perceber a importância atribuída a estação, pelos moradores, que a ela remetem o desenvolvimento da comunidade e os momentos de lazer.

### 1.3. Práticas e representações culturais

Sempre tive uma percepção de que ali, nos quilombos de Brumadinho, os sujeitos individuais e coletivos – grupos organizados, como as manifestações culturais, grupos de roça, artesãs, entre outros – prezavam muito pela sua identidade e sua memória, procurando sempre passar às novas gerações aquilo que pertencia à sua história.

Uma de suas raízes culturais é a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito do Congo. O sr. Antônio Alves conta que ela iniciou em São José do Paraopeba, próximo às comunidades quilombolas.

A festa era em São José do Paraopeba. A gente mudava para lá na sexta-feira da época de festa e só retornava na segunda-feira à tarde. Isso tem muito tempo, mais de século. (pausa para buscar o estandarte de Nossa Sra. Do Rosário, utilizado nas celebrações - Figura 09).

Eu tenho muito carinho por essa bandeira. A festa era só em São José. A gente ia de mudança para lá. O Sr. Antônio Hermenegildo arrumava um carro de boi e a gente ia de mudança para lá. Levava colchão. Na minha família, o meu avô e minha mãe, nós morávamos em uma casa lá perto. Íamos na sexta e voltávamos na segunda-feira. Íamos de carro de boi para lá, levávamos as coisas. Isso era em agosto. Agosto era festa lá. Ficávamos esses dias todos lá. Eram três dias de festa, festa mesmo. Ia o pessoal do Sapé, Marinhos, Ribeirão... tinha gente que ia aqui do Rodrigues. Ia para lá, para a festa lá em São José. (SILVA, Antônio Alves. Entrevista concedida a Juliana Gazzinelli. Brumadinho, 2018)



Figura 09: Antônio Alves da Silva e o estandarte de Nossa Senhora do Rosário, em 2018.  
Fonte: A autora

Sr. Antônio conta que depois (sem dizer quando) a festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito passou a ser celebrada em Sapé e Marinhos (Figura 10), e a festa de Santa Cruz, em Rodrigues, no primeiro domingo de maio. De acordo com ele, atualmente são duas celebrações em maio, duas em agosto, uma em outubro e uma em setembro.



Figura 10: Festa de São Benedito.  
Fonte: Centro Inhotim de Memória e Patrimônio

Essas celebrações têm posições e cargos definidos pelos grupos, que são passados através das gerações, de acordo com a tradição.

Com relação as crianças, eu acho muito lindo quando essas crianças dançam na apresentação, na manifestação. Elas dançam e não deixam a nossa cultura morrer e continuam passando [a cultura]. Eu digo: “tem que passar mesmo”. (SILVA, Antônio Alves. Entrevista concedida a Juliana Gazzinelli. Brumadinho, 2018)

O sr. Antônio foi presidente da Guarda de Congado e Moçambique de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, por muitos anos, até passar o cargo e se tornar o mordomo perpétuo, passado a ele, pela sogra, Jandira. Esse cargo, segundo ele, guarda a imagem de São Benedito e levanta a bandeira para dar início a festa. É uma tradição onde cada membro tem função especial durante a celebração.

Tem o presidente da Guarda. Aí tem o primeiro capitão, a primeira capitã do Moçambique. Tem o general, tem o major, que

hoje o major é o Afonsinho, que ficou no lugar do pai dele, que era o Murilo. O avô dele passou pro pai dele e agora é ele que é o major. E aí o grupo se organiza pra fazer a festa. [...] Nós precisamos ter muito zelo por essa Guarda. É uma coisa muito especial mesmo. É tão especial que o nosso bispo, o Dom Vicente, quis colocar a nossa região, como a região de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito. Ele respeita muito mesmo. (SILVA, Antônio Alves. Entrevista concedida a Juliana Gazzinelli. Brumadinho, 2018)

Em algumas das minhas visitas à comunidade, diferentes moradores contaram que o registro mais antigo aponta a fundação da Guarda de Moçambique do Sapé no ano de 1935, sem interrupção das atividades. A Guarda de Congo, por sua vez, de origem bem mais recente, foi fundada, na estimativa dos moradores, em meados da década de 1980.

Segundo os moradores, Congo e Moçambique distinguem-se por várias características, mas, principalmente, por suas funções durante um cortejo. Enquanto o Moçambique leva a coroa em ritmo lento, o Congo, mais apressado, sai à frente, puxando o cortejo. Além disso, os instrumentos utilizados, cânticos e formas da dança marcam a diferença entre as duas Guardas.

Leide Santana conta que por se tratarem de comunidades pequenas e de caráter familiar,

os cargos das duas Guardas circulam por coincidência, entre as famílias. Alguns cargos são perpétuos, como é o caso dos Reis e Rainhas e, em caso de um deles morrer, mantem a obediência da hierarquia dos cargos, como se fosse uma promoção deles, sabe. É só em caso de alguém recusar em ocupar alguma posição que a gente faz reunião para que os outros membros entrem em acordo para decidir quem é que fica naquele cargo. (SILVA, Leide Santana. Entrevista concedida a Juliana Gazzinelli. Brumadinho, 2018)

Aqui, cabe notar que grande parte da memória coletiva da população de Brumadinho e de sua noção de pertencimento à região, segundo os moradores, foi construída em torno das tradições culturais. Dentre elas, incluía-se ainda, o carnaval, na estação ferroviária de Marinhos, onde as quatro comunidades se reuniam para um festejo:

[...] quando criou o carnaval aqui, era só em Marinhos. Nem Brumadinho existia. Então era um carnaval muito bom, que chamava a atenção de todas as comunidades em volta. Então vinha todo mundo pra cá, para assistir o carnaval. E naquele tempo, nem luz a gente tinha. Era um carnaval lumiado (sic) com lampião. A estação emprestava para nós o lampião e a gente pegava [o lampião] e saía andando e dançando. E todo o povo das comunidades vinha assistir o carnaval. Era um carnaval muito bem organizado e era muito divertido. Tinha também a festa de reinado, que tem a guarda de Moçambique (SILVA, Leide Santana. Entrevista concedida a autora, em 2013, para a dissertação de mestrado)

O trem trouxe muita alegria. A gente dançava carnaval e fazia baile lá. Tinha uma parte comprida que desmanchou e que a gente ia lá e dava passagem ao trem e dançava carnaval e fazia baile lá. Tudo lá. (MOREIRA, Marlene da Silva. Entrevista concedida a autora, em 2013, para a dissertação de mestrado)

Em Marinhos, existem diferentes grupos organizados que exercem atividades além das já descritas. Dentre os grupos estão os de mulheres que trabalham com artesanato como fonte principal de renda; o grupo “Quem planta e cria tem alegria”, de plantação de milho, feijão e outras sementes, em terrenos comunitários; associações de moradores; Associação Água Cristalina 2000, que fornece água para 8 comunidades da região; oficinas de percussão oferecidas entre eles, e, ainda, uma biblioteca, na varanda de fundo de uma das casas, onde apenas livros com personagens negros são oferecidos. É o chamado “cantinho



de leitura ‘Quilombê’”, que faz parte de um projeto maior, nomeado “Casa Quilombê”.

O projeto “Casa Quilombê” propõe uma imersão cultural para uma troca de experiências e saberes, oferecendo a vivência de um dia na comunidade de Marinhos, com oficinas de tambor, artesanato e culinária, rodas de conversas, e apresentação musical. O projeto tem o propósito, segundo o idealizador Reinaldo Alves da Silva, conhecido na comunidade como Rei Batuque e filho do sr. Antônio Alves, de “compartilhar e valorizar as tradições e cultura quilombola em uma experiência participativa”.

As oficinas de percussão fazem parte de um projeto de resgate de memória, idealizado também pelo Rei Batuque. Segundo ele, “a ideia é passar o conhecimento da música quilombola, para as gerações futuras”. Já no artesanato, quem lidera o projeto é a sra. Leide Santana da Silva, esposa do sr. Antônio Alves e mãe do Rei Batuque. O projeto, que já completa mais de 15 anos, é composto por um grupo de mulheres que aprendeu a costurar e a bordar com suas mães, e que, hoje, vendem seus produtos fora da comunidade, como renda complementar para a família. O grupo de mulheres faz bonecos, bolsas, acessórios, todos com “a característica da nossa comunidade”, segundo a sra. Leide (Leide Santana da Silva, 2018).

O grupo “Quem planta e cria tem alegria”, citado anteriormente, foi formado em uma época em que a comunidade encontrava dificuldade para se sustentar. Segundo Antônio Alves, “foi um momento de acolhimento daqueles que estavam sem emprego e sem poder sustentar a família” (Antônio Alves da Silva, 2018). O grupo existe há 32 anos e surgiu a partir da necessidade de duas famílias obterem ajuda na alimentação. Oito famílias se juntaram, então, e as

terras são consideradas “terras da comunidade”, expressão usada por sr. Antônio Alves, sem uma explicação mais concreta de a quem elas pertencem. Atualmente, há uma busca para tornar a produção 100% orgânica.

Em Marinhos, há ainda uma associação de moradores organizada. Segundo sr. Antônio Alves, ela existe há mais de 20 anos e, atualmente, quem preside é sua nora, Nair de Fátima Silva, sendo ele o vice-tesoureiro.

Eu sou o vice tesoureiro. Passei pra minha nora né. É que eu falo que nós precisamos muito de sangue novo. Eu fui presidente uns 12 anos. Teve eleição, teve que ter assembleia né. Aí de três em três anos tinha. [...] a associação ainda é ativa. Ajuda os moradores, a comunidade né... todo o suporte que precisar. (SILVA, Antônio Alves. Entrevista concedida a Juliana Gazzinelli. Brumadinho, 2018)

Em conversa, os moradores contam que não existe muita coisa além desses grupos. Dizem se orgulhar do que já construíram juntos e que o importante, agora, é mantê-los para as gerações futuras. Pudemos aqui, constituir uma pequena parte da história dessa comunidade, que possui poucos registros documentais disponíveis para pesquisa. A comunidade quilombola da presente pesquisa teve sua certidão de autorreconhecimento, como comunidades remanescentes de quilombos, expedida pela Fundação Cultural Palmares em 2010<sup>10</sup>. As autodeclarações, segundo Arruti (2007), desencadeiam uma série de mudanças em relação ao meio externo, como órgãos públicos municipais, estaduais e federais, populações vizinhas e órgãos privados locais. Além disso, supostamente, revelam a motivação que levou os quilombolas a se autorreconhecerem. Para Carneiro, as autodeclarações podem ser consideradas como “estratégias políticas das comunidades negras rurais buscando os elos

---

<sup>10</sup> Livro de Cadastro Geral nº 012, Registro n. 1.364, fl. 179.

perdidos de suas origens ou os processos identitários coletivos para alcançarem a titulação de suas terras” (CARNEIRO, 2008, p.1).

Em 2011,<sup>11</sup> após a emissão da certidão pela Fundação Palmares, a superintendência do Incra em Minas Gerais iniciou o processo de regularização fundiária da comunidade quilombola de Marinhos, o qual, em 2013, foi interrompido a pedido da própria comunidade, por meio de ofícios, disponíveis no processo. Mais adiante será explorado o processo de reconhecimento como “comunidade remanescente de quilombo”, e o processo de regularização fundiária, disponibilizados para esta pesquisa pela Fundação Cultural Palmares e pela superintendência do Incra em Minas Gerais.

Esse processo nos permite uma análise sobre como a “movimentação para a demarcação das terras [...] fez com que as comunidades afirmassem seus direitos” e como o poder público trabalha com “territórios que sinalizam situações para além do rótulo de ‘remanescentes’, onde a mistura e o conflito são parte constitutiva dos processos de territorialização” (ITABORAHY, 2014, p. 115).

---

<sup>11</sup> Processo aberto pelo Incra. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>. Acesso em 13 jun. 2017.

## **CAPÍTULO 2. OS MARCOS LEGAIS E OS ASPECTOS POLÍTICOS DO RECONHECIMENTO QUILOMBOLA**

Após apresentar a comunidade de Marinhos e constituir parte de sua história através das memórias de moradores locais, este é o momento de situar a comunidade em um campo social mais vasto e mostrar que ela pertence a um grupo social extenso, localmente e nacionalmente, e que, embora não estejam unidos por espaço e tempo histórico único, apresentam necessidades pares à comunidade de Marinhos.

Amparados pela legislação nacional, os quilombolas têm se tornado figuras importantes no cenário cultural e político brasileiro. Desenvolvemos, neste capítulo, uma discussão sobre as relações das comunidades quilombolas com seu território, da construção da territorialidade do grupo e, através dela, sua identidade. O reconhecimento constitucional e a garantia de direitos desses sujeitos também são temas deste capítulo, trazendo uma análise sobre esse processo jurídico, as dificuldades e resistências políticas em esfera nacional e estadual. Por fim, traremos aqui, também, questões dos direitos e das políticas públicas desenvolvidas para atender as demandas dos quilombolas, com destaque para as questões territoriais.

## **2.1 Território, territorialidade e identidade étnica**

No primeiro capítulo, mostramos, através de relatos de história oral, como a comunidade de Marinhos constituiu seu território, sua história, sua cultura, suas relações sociais, econômicas e também políticas naquele espaço. Neste segundo capítulo, trataremos as questões legais relacionadas a ligação de um grupo quilombola com sua terra. É impossível falar sobre o território quilombola sem uma análise sobre os conceitos que constituem esse espaço: território, territorialidade e identidade étnica.

Intuitivamente, quando tratamos de território, a primeira ideia que se formula é a ligação direta com a delimitação espacial que o Estado propõe. É a partir da política nacional que o território acaba sendo incluído dentro de um sistema de controle ideológico e político.

Raffestin (1993, p. 50) afirma que

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 50)

O território de populações tradicionais leva em consideração não somente o espaço físico, mas sim uma questão simbólica, de apropriação das tradições e da relação das comunidades com sua história e seu patrimônio material e imaterial.

O processo de formação de uma identidade tem o território como peça fundamental, não apenas como espaço físico que abriga as comunidades, mas

também como lugar onde os sujeitos individuais e coletivos se reconhecem e constituem suas histórias, resgatam fatos e modos de fazer (DELEUZE; GUATTARI, 1997). O território é um espaço que se constitui a identidade coletiva dos sujeitos, que se expressam por meio de sua cultura, religião, modo de vida, posição social e condição econômica.

Até aqui falamos de território como peça fundamental para as comunidades, como as quilombolas. Como dito anteriormente, é importante que o conceito de território seja compreendido, também, pela territorialidade. Os dois conceitos se aproximam pelo fato de que a territorialidade é fundamental para a construção do território, e o território é constituído pela territorialidade, seja ele qual for.

Para Albagli, territorialidade

refere-se às relações entre os indivíduos ou um grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região, um país – e expressando o sentimento de pertencimento e um modo de agir em um dado espaço geográfico. (ALBAGLI, 2004, p. 28)

Segundo Raffestin (1993, p. 158), “a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral”.

Atualmente, esses conceitos já evoluíram muito com a ajuda da antropologia, sociologia e outras áreas, seguindo um caminho que aponta para a territorialidade como sendo determinada pelo território, pelo modo de vida de cada grupo naquele espaço, levando em conta a sua história.

Para Cleiton Lopes Cabral (2017),

No que se referem às comunidades tradicionais quilombolas, é possível distinguir seus territórios e determiná-las pela autoidentificação e pelo reconhecimento do Estado. Neste reconhecimento, o Estado oficializa uma territorialidade presente e historicamente construída. (CABRAL, 2017, p. 31)

A relação entre território e territorialidade é uma forma de diferentes grupos garantirem seu espaço e manterem a sua cultura e identidade através das gerações. É nessa relação que as comunidades quilombolas foram se estruturando ao longo do tempo, na proteção e garantia de um território, como espaço de sobrevivência, a partir de sua territorialidade.

A partir dos conceitos expostos acima, iremos discutir e analisar a identidade étnica quilombola, sua territorialidade e seus territórios específicos.

Para Cabral (2017):

Ao fazer uso do território, as comunidades quilombolas concretizam-se e sustentam sua autoidentificação. As práticas tradicionais são reconhecidas pela sua concretude no espaço e inserção entre os membros. O território reflete os movimentos cotidianos dessas comunidades. (CABRAL, 2017, p. 43)

A territorialidade é como os sujeitos se veem, interpretam e sobrevivem no mundo, se autoidentificando a partir desse conjunto de fatores. A questão da territorialidade, especificamente a quilombola, da qual estamos tratando, é diretamente relacionada com as relações culturais, econômicas e políticas, que dão direcionamento a como os sujeitos coletivos se organizam naquele espaço e como dão significado àquele lugar (CABRAL, 2017).

Para Anjos (2009), os territórios quilombolas são espaços de referência étnica, de conhecimento, tradição, história, promoção da oralidade, e principalmente, de identidade e pertencimento territorial. Santana (2015) afirma que essa ligação com a terra, o espaço, se deu pela necessidade dos

quilombolas em se estabelecerem em um lugar e persistirem em busca de sobrevivência material e social, constituindo, assim, uma organização formada por identidade, sujeitos coletivos, sua cultura e suas manifestações.

A comunidade de Marinhos desenvolveu essa territorialidade com seu território. A utilização do espaço, as manifestações culturais, o uso da terra para produção são exemplos dessa ligação.

Como o território brasileiro tem inúmeros grupos sociais e, portanto, territorialidades e identidades diferentes, foi preciso, na elaboração da Constituição de 1988, como vimos anteriormente, se legalizar e regularizar esses territórios, de acordo com essa diversidade identitária e territorial.

Como bem pontua Cabral (2017, p. 54), “a titulação da terra passou a ser uma luta pela existência e pelo reconhecimento da cultura e dos direitos quilombolas”. Definir, portanto, o que é território, principalmente em comunidades tradicionais, como as quilombolas, é levar em consideração as relações entre os diversos atores e o lugar, os sujeitos coletivos e individuais, e o contexto em que as comunidades se inserem.

Na permanente tentativa de garantir a terra, os sujeitos do território recuperam suas memórias e identidades, que reforçam o sentido de pertencimento, transformando-se, de algum modo, em ação política (CARNEIRO, 2008). No caso dos quilombolas, a garantia do direito à terra é diretamente ligada a questão de suas identidades.

O caminho e processo legal para a garantia e direitos sobre os territórios quilombolas estão relacionados com o autorreconhecimento de sua identidade, que representa, antes de tudo, o sentimento de pertencimento dos sujeitos



coletivos. A garantia de permanência de comunidades quilombolas em determinado território é fundamental para a manutenção de sua identidade.

A informação e o conhecimento sobre o conceito de identidade quilombola não são suficientes para a garantia de seus direitos. É necessário que os sujeitos sejam reconhecidos jurídica e socialmente. Além disso, ainda é preciso que o conceito de identidade seja compreendido pelos sujeitos envolvidos, para que se reconheçam e se identifiquem como quilombolas ou não.

A ideia de território tem, portanto, ligação com identidade étnica, mas não com a ideia de autorreconhecimento, que se tornou instrumento político para a garantia dos direitos dos quilombolas.

Allan Poubel (2016), em sua dissertação sobre o caso da Fazenda Machadinha, em Quissamã, afirma que a etnia já era compreendida por Max Weber como o conjunto de sujeitos que se afastam de outros grupos, por alegarem possuir traços culturais comuns.

Portanto, são sujeitos que se identificam em um grupo, com a mesma língua, religião, costumes, que são diferentes de outros. O que importa nesse conceito é como os sujeitos se identificam e se afirmam como um grupo específico e não necessariamente compartilham de uma ancestralidade comum.

Para Kalina e Vanderlei Silva (2006), a identidade é o que define os grupos perante outros na sociedade. A etnia acaba dependendo, portanto, das crenças e vontade dos sujeitos, em se identificarem e construírem laços culturais. É nesse sentido que a antropologia e a sociologia utilizam o termo “etnia” dentro de uma noção de etnicidade que é o sentimento de pertencimento dos sujeitos, em determinado grupo étnico.

Os conceitos de etnicidade e identidade étnica são fundamentais para a compreensão das minorias no Brasil e, no caso deste estudo, especificamente das comunidades quilombolas. Vale destacar aqui, que, segundo Kalina e Vanderlei Silva (2006), o mais importante para a identificação desses grupos é a sua compreensão enquanto sujeitos coletivos, que se identificam social e culturalmente com uma sociedade étnica comum e se afirmam como tal, diferenciando-se de outros grupos sociais.

Almeida (2002) também contribui com os estudos sociológicos e antropológicos, sobre o conceito de etnicidade, apontando que:

Desde pelo menos 1967, com F. Barth, percebe-se um esforço analítico para delimitar fronteiras étnicas fora de fundamentos biológicos, raciais e linguísticos, tendo como ponto de partida categorias de auto definição e de atribuição. Em 1973 Proceedings, a American Ethnological Society marca bem a expressão “nova etnicidade”, tanto como identidade e autoconsciência quanto como estratégia de obtenção de recursos básicos para produzir e consumir. Sublinha o fato de agentes sociais se investirem num sentido profundo de uma identidade cultural com o objetivo de articular interesses e de fazer valer seus direitos perante o Estado. (...) A permanência dos laços chamados primordiais, como laços de sangue e de raça, perde sua força de contraste diante de uma noção de etnicidade considerada como fator contingente. (ALMEIDA, 2002, p. 75)

Sendo assim, é nesse sentido que a territorialização nas comunidades quilombolas passa a compreender, social e politicamente, a etnicidade como um fenômeno fundamental para as questões de identidade e autorreconhecimentos dos grupos.

Nas comunidades quilombolas, a territorialidade tem papel fundamental no processo legal de reconhecimento, de pertencimento a um grupo social e a um território. É a partir desse sentimento de pertencimento a um território que,

muitas vezes, é gerada a vontade do grupo, na busca pela regularização fundiária, amparados pelo direito à terra que ocupam, de acordo com as leis brasileiras. Além disso, esse pertencimento e autorreconhecimento como quilombolas são “instrumentos” necessários para a certificação legal, pela Fundação Palmares, de acordo com a lei.

Em relação ao fenômeno etnicidade, em análise deste sobre essas comunidades quilombolas, Sheila Brasileiro e José Augusto Sampaio, destacam que:

(...) no que toca às comunidades negras descendentes de antigos quilombos, enquanto grupos étnicos, a argumentação básica centrasse no fato de que a necessidade, por parte dos grupos, de possuir uma identidade singularizadora é contemporânea ao próprio processo de contato interétnico e às tentativas de esbulho daí decorrentes dos territórios tradicionalmente ocupados pelos grupos, isto é, a etnicidade, enquanto fenômeno político, de caráter contrastivo, só faz sentido como categoria nativa construída num contexto de oposição. A cultura é, nesse sentido, utilizada de modo gramatical (...). (BRASILEIRO; SAMPAIO, 2002, p. 92)

Nesse sentido, podemos perceber que a autoafirmação e identificação dos grupos como comunidades quilombolas, relacionados a essas questões de etnicidade, fazem sentido quando são utilizadas para buscar desafiar o que a política e a sociedade brasileira impõem. É assim que os grupos criam forças para a busca de direitos que garantem seus territórios.

Assim, apesar dos grupos buscarem seus direitos, como sujeitos coletivos, pertencentes a uma mesma cultura, as comunidades acabam gerando algumas relações conflituosas que envolvem o território. É assim que a ancestralidade, que antes os definia como um grupo étnico, acaba sendo

secundária para esses sujeitos, que consideram a luta pela terra papel principal nas buscas pelos direitos quilombolas.

Brasileiro e Sampaio (2002), em seu estudo sobre uma comunidade negra na Bahia, relacionam as questões territoriais e a utilização da etnicidade:

[...] do mesmo modo que a etnicidade emerge tipicamente num contexto conflituoso de contato com a sociedade nacional mais ampla, a ideia de um território fixo, delimitado, é esboçada no interior do grupo étnico quando este se vê compelido, pelas frentes de expansão ou por setores politicamente influentes interessados em suas terras, a ordená-las e demarcá-las — o que Oliveira (1993) classifica como “processo de territorialização” —, sob pena de assistir impotente à sua usurpação gradual e definitiva por outrem. (BRASILEIRO; SAMPAIO, 2002, p. 94-95)

Portanto, os sujeitos das comunidades quilombolas, que se identificam e se sentem pertencentes a um grupo, e se autorreconhecem como tal, que estão ligados ao território que ocupam, acabam compreendendo os pressupostos implícitos na Constituição, como necessários para afirmar, politicamente, um território como tradicional de um determinado grupo étnico.

Para Maria Ester Santana, (2015, p. 68), “apesar da identidade étnica de sujeitos como quilombolas ter sido uma construção política para configurar um direito na Constituição Federal, ela sempre existiu, se transformando em uma conceituação legal.”

O autorreconhecimento como quilombola, muitas vezes, não se dá de forma imediata ou natural. Mas, como a identidade que define o sujeito como quilombola está diretamente relacionada ao território, muitas vezes, é necessário recorrer a formas legais para garantir esse espaço.

Dessa forma, é importante perceber que a comunidade de Marinhos afirma sua identidade e sua territorialidade, uma vez que os moradores solicitaram seu reconhecimento à Fundação Palmares, se autodefinindo, de forma política, como quilombolas, para evitar a perda de controle de seu território, com a reativação da mina da Serrinha, da mineradora Ferrous. Essa é uma evidente representação da territorialidade da qual falamos anteriormente.

Entretanto, após o reconhecimento garantido pela Fundação Palmares, a comunidade optou, como veremos no capítulo seguinte, pela não regularização fundiária do território, iniciada pelo Incra. Para uma análise, é importante, como alguns estudos afirmam, como bem coloca Sarmento (2006, p. 7), que a “garantia da terra para o quilombola é pressuposto necessário para a garantia de sua própria identidade. A identidade que define um grupo como quilombola, está sempre ligada, a um determinado território”. Dificilmente, uma comunidade quilombola resistiria fora de seu espaço, seu território.

Durante essa pesquisa, levando em consideração o pedido de reconhecimento quilombola de Marinhos, parte-se do pressuposto de que o território onde a comunidade se encontra é o espaço de representação daquela identidade e de sentimento de pertencimento. Entretanto, Marinhos não teve seu território regularizados pelo Incra, por decisão da própria comunidade.

Para entendermos o caso de Marinhos, é importante analisar todo o cenário político brasileiro referente aos processos de reconhecimento e regularização fundiária dos quilombolas, as questões jurídicas, sociais e seus caminhos e dificuldades.

## 2.2 O caminho da legalização dos direitos quilombolas no Brasil

O conceito de “quilombo” passou por uma série de modificações ao longo dos anos, e essas modificações têm relação com diferentes momentos políticos do país (ARRUTI, 2008). Até o final do século XX, o conceito de comunidades quilombolas era o de comunidades formadas por escravos fugidos. Hebe Mattos e Marta Abreu afirmam:

[...] no final do século XX, a maioria das muitas comunidades negras rurais espalhadas pelo país, que então vivenciavam conflitos pelo reconhecimento da posse tradicional de terras coletivas, em geral identificadas, de forma pejorativa, como “terras de preto”, nem sempre se associava à definição histórica do quilombo, como acampamento de escravos fugidos. Algumas tinham mesmo seu mito de origem em doações senhoriais realizadas no contexto da abolição. (MATTOS; ABREU, 2011, p. 02)

Maria Ester Santana, em seu livro *Amados Amaros*, coloca que

Pensar em quilombo quase sempre remete ao termo ‘resistência’, visto que, na literatura histórica, antropológica e sociológica, a fuga e a vida nos quilombos representam relevantes atitudes de resistência utilizada pelos negros contra o sistema escravista, gerando, por isso, uma imagem negativa de seus membros. (SANTANA, 2015, p. 53)

O’Dwyer (2008) transmite a ideia de Barth (1969), que entende que os quilombolas “constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento mediante normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão” (O’DWYER, 2008, p. 10).

Em 1988, o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal deu aos quilombolas espaço na legislação. A promulgação da Constituição Federal de 1988 garantia o direito dos quilombolas à titulação de suas terras e “uma significativa alteração no modo como esses grupos vinham sendo percebidos ao longo da história do Brasil” (GOMES, 2009, p. 20-21). Entretanto, ainda permanece “a dificuldade de efetivação da titulação em diversas localidades do Brasil por diferentes fatores, cuja explicação não pode ser buscada apenas nos entraves burocráticos para a implementação de políticas públicas” (GOMES, 2009, p. 20-21).

Para Arruti (2005), os dois grupos produzem um debate em que ambos acabam consentindo que são necessárias a proteção cultural e a busca pela regularização fundiária das comunidades quilombolas. Os grupos dos ressemantizadores pensam que, para que se crie um novo conceito de quilombo, os caminhos devem ser através dos sujeitos e de sua autoidentificação como quilombolas.

A ressemantização do termo “quilombo”, de acordo com Arruti (2008), passou por “três planos”:

O primeiro seria de *resistência cultural*, referindo-se a como essas comunidades mantinham a cultura de sociedades africanas; o segundo de *resistência política*, referenciando ainda à África, mas agora, pela sua organização de classes e poder; e o terceiro plano, como já dito anteriormente, é aquele que envolve uma perspectiva política, com o movimento negro como protagonista. (ARRUTI, 2008, p. 5)

O Artigo 68, do ADTC, não conta apenas com a memória e história da identidade dos quilombolas, garantida pela forma da lei, como também garante

a titulação e regularização das terras, condicionada pela relação identitária desses sujeitos com o passado e seu território.

A questão dos direitos dos quilombolas no país foi sendo cada vez mais discutida em diversas instâncias. Em 1995, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, o Incra, por meio da Portaria INCRA 307/95, introduziu um plano para titulação de território de comunidades quilombolas em “áreas públicas federais”, dando título de posse de terra a uma comunidade.

No ano seguinte, foi constituída a Conaq - Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, “que tem como caráter central se constituir como movimento social, não se configurando como outras formas organizativas tais como organizações não governamentais, sindicatos ou partidos políticos”<sup>12</sup>.

Durante o segundo mandato (1999-2003) de Fernando Henrique Cardoso, a presidência adotou a Medida Provisória 1.911, em 29 de julho de 1999, na qual se estabelece que compete ao Ministério da Cultura o cumprimento do disposto no Art. 68 dos ADCT.

No mesmo ano, em 27 de dezembro, o Ministério da Cultura, através da Portaria MC 447/99, transferiu essa competência à Fundação Palmares, que, em 2000, por meio da medida provisória MP 2123-27/2000, passou também a delimitar os territórios quilombolas. Função que cabia então à Fundação Cultural Palmares<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ. Disponível em: <http://conaq.org.br/nossa-historia/>. Acesso em 12 fev. 2019

<sup>13</sup> Informações retiradas do projeto de pesquisa *O direito à terra das comunidades quilombolas*, elaborado a pedido do Ministério da Cultura, pelo Centro de Pesquisas Aplicadas da Sociedade Brasileira de Direito Público, em outubro de 2002. Disponível em: [http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/432\\_Comunidades\\_quilombolas\\_direito\\_a\\_terra.pdf](http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/432_Comunidades_quilombolas_direito_a_terra.pdf). Acesso em 17 out. 2017.



“realizar a identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, proceder ao reconhecimento, à delimitação e à demarcação das terras por eles ocupadas e conferir-lhes a correspondente titulação”, bem como a atribuição de ser “também parte legítima para promover o registro dos títulos de propriedade nos respectivos cartórios imobiliários.”<sup>14</sup>

Essas funções permaneceram até 2003 sob responsabilidade da Fundação Cultural Palmares, que, sem condições técnicas e materiais para executá-las, concluiu seu trabalho em apenas uma comunidade quilombola. Em 20 de novembro de 2003, de acordo com Sampaio (2008), o governo de Luís Inácio Lula da Silva, através do Decreto presidencial 4.887, regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos. Esse Decreto é importante, pois estabelece o direito como direito coletivo e o sujeito, como sujeito coletivo de direito. O termo “remanescente de comunidade de quilombo” passa a ser, então, “comunidade remanescente de quilombo”.

Entretanto, aconteceram ações contrárias a efetivação do Decreto 4.887/2003, como, por exemplo, a ação direta de inconstitucionalidade – ADIN 3239, de 2004, requerida pelo Partido da Frente Liberal – PFL, hoje Democratas – DEM, e também o Projeto de Decreto Legislativo nº 44/2007, que, de forma geral, propunha a suspensão da aplicação do Decreto 4.887/2003.

Essas ações não foram adiante, e, segundo Santana (2015, p. 81), “acabaram favorecendo para que as novas normas estabelecidas pelo Incra, em relação aos procedimentos de reconhecimento, tornassem os processos mais

---

<sup>14</sup> Idem, 2002, p. 28.

difícultosos e conseqüentemente morosos”. Essa mobilização contra o Decreto 4.887 de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas de que trata o art. 68 do ADCT, contava com o apoio da bancada ruralista, segmento social de forte representatividade no setor econômico, por suas atividades em grandes propriedades rurais.

O reflexo disso pode ser notado na Instrução Normativa nº 49/2008 e, posteriormente, quando da aplicação da Instrução Normativa 57/2009. Seguindo os termos do art. 17 do Decreto n. 4.887/2003, tanto a Instrução Normativa nº 49/2008, quanto a Instrução Normativa nº 57/2009 preveem que:

Art. 24. O Presidente do Incra realizará a titulação mediante outorga de título coletivo e pró-indiviso à comunidade, em nome da associação legalmente constituída, sem nenhum ônus financeiro, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade, devidamente registrada no Serviço Registral da Comarca de localização das áreas.

Em 2003, mesmo ano do Decreto 4.887, o Decreto 4.883 transferiu “do Ministério da Cultura para o Incra a competência para a delimitação e a titulação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos”.<sup>15</sup> Segundo Tarcísio Henriques Filho, as principais características desses dispositivos legais são:

1. A transferência do Ministério da Cultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário da competência relativa à delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos (...). Ressalvando-se, porém, que [...] “Compete ao Ministério da

---

<sup>15</sup> Arquivo do Incra. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>. Acesso em 10 out. 2017.

Cultura assistir e acompanhar [...] as ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos” [...]; 2. A adoção de “critérios de auto-atribuição” para definição das comunidades beneficiárias: [...] 3. A regularização das terras mediante “título coletivo às comunidades” [...]. (HENRIQUES FILHO, 2011, p. 165)

De acordo com o autor, com os novos decretos, foi possível criar uma rotina administrativa para colocar em prática os direitos quilombolas, como disposto no Art.68 do ATDC. Os novos decretos tornaram possível a regularização fundiária das terras dos quilombolas que se autorreconhecem como tal.

Quanto à questão da transferência da regularização fundiária quilombola para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que passou a ter a competência pela “identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades de quilombos”, André Figueiredo aponta:

[...] mais do que marcar a passagem do trato da questão quilombola como política cultural para o plano fundiário, [...] consolida seu entendimento como política de reconhecimento étnico, [...] fundamentalmente, porque o reconhecimento da territorialidade própria é elemento constitutivo da identidade étnica das comunidades quilombolas. De fato, a concepção comum de uma territorialidade étnica é o que define a maioria das comunidades remanescentes de quilombo, mais que quaisquer traços culturais. (FIGUEIREDO, 2011, p. 58).

Já em março de 2004, com o objetivo de consolidar as políticas de Estado em relação às comunidades quilombolas, o governo federal lançou o programa Brasil Quilombola, iniciativa da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da

Igualdade Racial (Seppir) e do Ministério da Cultura e do Ministério do Desenvolvimento Agrário<sup>16</sup>.

Para Arruti (2008, p.79), esse programa faz com que o Estado mude a sua postura em relação a questão quilombola que “deixa de ser vista como tema exclusivamente cultural, para ser incorporada na larga variedade de políticas de responsabilidade pública” (ARRUTI, 2008, p. 79).

O Programa foi criado com o objetivo de “coordenar as ações governamentais para as comunidades remanescentes de quilombos, por meio de articulações transversais, setoriais e interinstitucionais”. O programa Brasil Quilombola ainda pretendia “alterar as condições de vida nas comunidades remanescentes de quilombos por meio da regularização da posse da terra, estimular o seu desenvolvimento e apoiar as associações representativas destas comunidades tendo em vista o desenvolvimento sustentável quilombola”<sup>17</sup>.

André Figueiredo (2011) aponta para a questão do destaque que o Programa Brasil Quilombola dava ao direito à terra e ao desenvolvimento sustentável das comunidades. Figueiredo cita o trecho do Programa que enfatiza essa especificidade:

A questão fundiária incorpora outra dimensão, pois o território – espaço geográfico-cultural de uso coletivo – diferentemente da terra, que é uma necessidade econômica e social, é uma necessidade cultural e política, vinculado ao seu direito de autodeterminação” (Programa Brasil Quilombola apud. Figueiredo, 2011, p. 10).

---

<sup>16</sup> Programa Brasil Quilombola. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>. Acesso em mar. 2019

<sup>17</sup> Programa Brasil Quilombola. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>. Acesso em set. 2017.

Entretanto, somente em 2005, o Incra, por meio da Instrução Normativa nº 20, fixou a conceituação do território quilombola:

Consideram-se terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos toda a terra utilizada para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural, bem como as áreas detentoras de recursos ambientais necessários à preservação dos seus costumes, tradições, cultura e lazer, englobando os espaços de moradia e, inclusive, os espaços destinados aos cultos religiosos e os sítios que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos. (BRASIL, 2005).

Por essa Instrução Normativa, o Incra passou a assumir e a estabelecer os procedimentos para a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território de povos quilombolas, tomando por base um fato recorrente na discussão da regulamentação fundiária de povos tradicionais: o uso coletivo de terras por comunidades quilombolas.

Em 7 de novembro de 2011, data instituída como Dia Nacional da Luta pela Regularização Fundiária, a Coordenação Nacional de Articulações das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Conaq organizou a Marcha nacional em defesa dos direitos quilombolas, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. De acordo com a Fundação Palmares (2011):

[...] delegações de várias partes do Brasil e remanescentes de quilombos que reivindicaram o direito à terra, à cultura, à manutenção da tradição, à religiosidade e maior acesso a políticas sociais. O objetivo é dar visibilidade à luta de milhares de quilombolas espalhados pelo país e cobrar do governo maior agilidade no processo de demarcação de terras, além do comprometimento do governo da presidenta Dilma Rousseff com a defesa dos direitos quilombolas. (Fundação Palmares, 2011)<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=15657>. Acesso em 12 jun. 2018.

Em maio de 2016, após a suspensão do mandato da presidenta Dilma Rousseff, o ex-presidente Michel Temer, à época ainda interino, implementou uma reforma ministerial, por meio da Medida Provisória nº 726/2016. Com a proposta de diminuir as despesas públicas e melhorar a organização e a eficiência, alguns ministérios e secretarias foram fundidos ou extintos. Através do Decreto presidencial nº 8.865, de 29 de setembro:

Art. 3º Ficam transferidas, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário para a Casa Civil da Presidência da República, as competências:

I - de reforma agrária;

II - de promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; e

III - de delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos e determinação de suas demarcações, a serem homologadas por decreto.<sup>19</sup>

Sendo assim, a Casa Civil incorporou o Incra, com todas as funções de gestão fundiária e delimitação de terras indígenas e quilombolas, o que sugere que, “no âmago desta nova configuração, reside a intenção do governo de trazer para o *locus* de suas decisões estratégicas, as questões relativas aos conflitos fundiários no país” (FERREIRA *et al*, 2016).

De acordo com o Incra, em 2017,

[...] iniciou-se a execução de políticas para as famílias quilombolas no país com a publicação da Nota Técnica Conjunta Incra/ DF/DD/DT/2017, regulatória da Portaria Incra nº 175/2016, que permite aos agricultores familiares remanescentes de quilombos cadastrados pelo instituto o acesso a algumas políticas de inclusão social e desenvolvimento produtivo do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> Decreto nº 8.865, de 29 de setembro de 2016. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/389648193/decreto-8865-16#art-3--inc-III>. Acesso em 11 out. 2017.

<sup>20</sup> Site do Incra. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/noticias/quilombolas-atuacao-do-incra-garante-regularizacao-de-terras-e-acesso-politicas>. Acesso em mai. 2019.

Em 2019, durante o mandato do presidente Jair Bolsonaro, do PSL, uma medida provisória divulgada em edição extra do Diário Oficial da União, com notícia publicada na revista *Época Negócios*<sup>21</sup>:

[...] transfere do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para a pasta [Ministério da Agricultura] a responsabilidade pela regularização de terras quilombolas [...]. A pasta será ainda responsável pela reforma agrária. A medida provisória se restringiu a indicar qual órgão ficou encarregado da tarefa, sem informar como funcionaria o processo de demarcação.

Porém, a referida medida provisória 886/19, do presidente Jair Bolsonaro, em maio do mesmo ano, foi revogada e o Congresso devolveu a competência sobre as terras indígenas e quilombolas para o Ministério da Justiça. Em 19 de junho, o governo editou nova medida provisória para tentar reverter a decisão do Congresso. No dia 24 do mesmo mês o ministro Luiz Roberto Barroso, em decisão provisória, concedeu uma liminar suspendendo a nova medida provisória já antes derrubada no Congresso. Até o momento da escrita final dessa tese, o plenário do Supremo Tribunal Federal havia decidido manter a MP suspensa<sup>22</sup>.

Todo esse contexto da ressignificação do conceito de quilombo e da garantia de seus direitos nos mostra uma inversão de significados, passando a garantir a sua legalidade como sujeito de direito. Isso foi parte de um processo político de retomada do que representou o quilombo em um passado escravista e o que representa hoje, politicamente, como sujeitos que se autoidentificam

---

<sup>21</sup> Revista Época Negócios. Disponível em:

<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/01/ministerio-da-agricultura-fica-responsavel-por-demarcar-terra-indigena.html>. Acesso em mai. 2019.

<sup>22</sup> Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/por-unanimidade-stf-derrota-bolsonaro-e-mantem-demarcacao-indigena-na-funai.shtml>. Acesso em ago. 2019.

como tais. Essa mudança é fruto de movimentos políticos e de estudos de intelectuais de diversas áreas que, durante anos, trabalharam sob a as perspectivas de que o quilombo é símbolo de “resistência cultural” e de “resistência política”.



## **2.3 A constituição política de reconhecimento dos quilombolas em Minas Gerais**

A entrada do direito dos quilombolas nas esferas estaduais foi protagonizada por movimentos e segmentos específicos, e também em diferentes períodos, como é o caso de Minas Gerais, onde está localizada a comunidade quilombola foco desta pesquisa.

No âmbito local, segundo Lilian Gomes (2009), a articulação e a efetivação das políticas de reconhecimento e titulação das comunidades quilombolas enfrentou dificuldades.

Embora a garantia do direito à terra, pelos quilombolas reconhecidos pela Fundação Palmares, que consta na Constituição de 1988 se constitua em uma significativa alteração no modo como esses grupos vinham sendo percebidos ao longo da história do Brasil, o que se observa, nos anos subsequentes, é a dificuldade de efetivação da titulação em diversas localidades do Brasil por diferentes fatores, cuja explicação não pode ser buscada apenas nos entraves burocráticos para a implementação de políticas públicas. (GOMES, 2009, p. 20-21)

Em Minas Gerais, a participação dos movimentos sociais negros em articulações políticas no estado se deu a partir do I Encontro Quilombola do Estado, realizado em conjunto com a Fundação Cultural Palmares e o Instituto de Defesa da Cultura Negra e Afrodescendente, em 2004, na cidade de Belo Horizonte, com a participação de 78 comunidades. Destas, 72 se uniram para criar uma Comissão Provisória Quilombola “com a finalidade de representá-los na luta por seus direitos” (REIS, 2015). A comissão eleita realizou três reuniões ao longo do ano de 2004, para então, em junho de 2005, em assembleia que contou com a participação de 170 quilombolas, consolidar a Federação Quilombola de Minas Gerais N’Golo.

No estado, desde 1985, o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Sylva (Cedefes), organização não governamental de caráter científico, cultural e comunitário, trabalha para a inserção social e política no país, de populações rurais, indígenas e quilombolas.<sup>23</sup> Em 2003, de acordo com Santos e Camargo (2008), o Cedefes, buscando mobilização política, identificação das comunidades quilombolas no estado e visibilidade às demandas sociais, criou o Projeto Quilombos Gerais, com apoio financeiro da Misereor, entidade alemã de apoio internacional ligada à Igreja católica. O projeto é voltado para as comunidades quilombolas do estado de Minas Gerais e “busca dar, primordialmente, visibilidade às demandas sociais e políticas desses grupos sociais e apoio às suas lutas, de forma que tenham condições de atuarem politicamente [...]” (SANTOS; CAMARGO, 2008, p. 13). Santos e Camargo acrescentam:

As atividades desenvolvidas pelo Projeto valorizam sua cultura etnicamente diferenciada e promovem a melhoria da autoestima dos quilombolas por meio do trabalho de pesquisa e divulgação, entre os próprios quilombolas e à sociedade em geral, de sua história, arte, religiosidade, tensões, conflitos e anseios. (SANTOS; CAMARGO, 2008, p. 13).

Em 2007, o Projeto Quilombos Gerais promoveu o II Encontro de Comunidades Negras e Quilombolas, em São João da Ponte, Minas Gerais. O encontro tinha o intuito de discutir a questão da regularização fundiária no estado. Após debates e oficinas, que envolveram as comunidades presentes, incluindo os passos para a titulação, foram levantados propostas e encaminhamentos. Ficou decidido que os quilombolas presentes no encontro

---

<sup>23</sup> CEDEFES. Disponível em: <http://www.cedefes.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 10 ago. 2017.

enviariam uma carta à Presidência da República reivindicando seus direitos quanto à titulação das terras quilombolas do estado, que até então só havia titulado uma (SANTOS; CAMARGO, 2008).

Esse processo de regularização fundiária permanece em constante desenvolvimento no estado e no país, e enfrenta vários obstáculos para a concretização das comunidades quilombolas certificadas. De acordo com a Fundação Cultural Palmares, até maio de 2017, foram certificadas 2.494 comunidades remanescentes de quilombo em todo o país, sendo que se estimava haver 2.958 no total.

Em Minas Gerais, estima-se que existam 294 comunidades quilombolas, sendo 243 delas certificadas.<sup>24</sup> Já o número de comunidades que finalizaram o processo de regularização fundiária pelo Incra são 220 em todo o país, de 2003 a 2016, regularizando 754.811,0708 hectares em benefício de 152 territórios e 15.910 famílias quilombolas.

Em Minas Gerais, de acordo com o Incra, 196 comunidades quilombolas estão em processo de titulação pelo Incra/MG e apenas uma comunidade, Porto Coris, teve suas terras tituladas (ainda em 2007, pela Fundação Cultural Palmares).<sup>25</sup> Essa defasagem entre o número de comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares e aquelas que têm sua terra regulamentada e titulada pelo Incra aponta que o processo ainda passa por obstáculos para sua concretização. É um longo processo, com muitas fases – “identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras

---

<sup>24</sup> Números atualizados em 25/04/2017. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/quadro-geral-15-05-2017.pdf>.

<sup>25</sup> Site do Incra. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>. Acesso em 10 ago. 2017.

ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos”<sup>26</sup> – e pouco recurso pessoal e financeiro dos governos locais e federal.

Para entendermos melhor como foi o processo de reconhecimento e o início da regularização territorial de Marinhos pela Fundação Palmares e de regularização fundiária, iniciada pelo Incra/MG, abordaremos, no próximo capítulo, esse histórico, a partir de documentos e entrevistas de história oral com os envolvidos, e faremos uma análise de como e por que a comunidade recorreu aos direitos legais para se manter naquele território.

---

<sup>26</sup> DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em 16 out. 2017.

### **CAPÍTULO 3: O RECONHECIMENTO QUILOMBOLA E O PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE MARINHOS**

Neste capítulo, primeiramente, analisaremos os documentos que compõem os processos de reconhecimento quilombola e de regularização fundiária da comunidade de Marinhos. As cópias dos processos foram cedidas pela Fundação Cultural Palmares, por meio da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) e pelo Incra/MG. O objetivo desta análise é procurar entender as razões pelas quais a comunidade se autodefine como quilombola e o porquê de o processo de regularização fundiária ter sido interrompido.

Na primeira visita ao Incra/ MG, em 7 de junho de 2016, após contato por e-mail, conversamos com Luci Rodrigues, fiscal de Cadastro e Tributação Rural e chefe do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas. Na oportunidade, Luci Rodrigues informou que a comunidade de Marinhos tinha interrompido seu processo por interesse dos próprios moradores, sem maiores esclarecimentos. Ela conta que foi uma surpresa para os funcionários do Incra/MG envolvidos no processo e disse que, até aquele momento, não havia compreendido o que poderia ter acontecido. Foi então que vimos uma oportunidade de aprofundarmos a pesquisa e entender, também, quais foram as razões pelas quais a comunidade chegou a essa decisão.

Traremos, no primeiro item, uma análise dos documentos, em ordem cronológica, para entendermos como e quando os acontecimentos ocorreram e sua importância para esta pesquisa.

Para seguirmos na compreensão das razões pelas quais a comunidade iniciou o processo de reconhecimento como quilombola, prosseguiu com a

regularização fundiária e optou por sua paralisação, traremos uma análise das entrevistas de história oral feitas para essa pesquisa.

Primeiramente, analisamos as entrevistas realizadas com os moradores locais, para entendermos, sob seu ponto de vista, como se deram os processos. Após essa análise, abordamos a questão sob a perspectiva da mediadora do poder público envolvida diretamente, a ex-vereadora Lilian Paraguai, e seu papel nesses processos.

No último item deste capítulo, analisamos, após compreendermos os fatos e versões ocorridos nos itens anteriores, os limites do reconhecimento social e jurídico nos processos que envolvem os quilombolas e, em especial, a comunidade de Marinhos. Fazemos, aqui, uma análise a respeito da teoria crítica do reconhecimento, por Axel Honneth, Charles Taylor e Nancy Fraser, que discutem demandas de ordem cultural e demandas de ordem econômica. Essa discussão nos leva a compreender as relações entre o reconhecimento jurídico, social e o autorreconhecimento.

### 3.1 Os processos de reconhecimento e regularização fundiária da comunidade quilombola de Marinhos: uma análise documental

Como vimos anteriormente, a comunidade quilombola de Marinhos localiza-se na região metropolitana de Minas Gerais, no Vale do Paraopeba, Município de Brumadinho (FIGURA 11), mais especificamente no distrito de São José do Paraopeba (FIGURA 12).

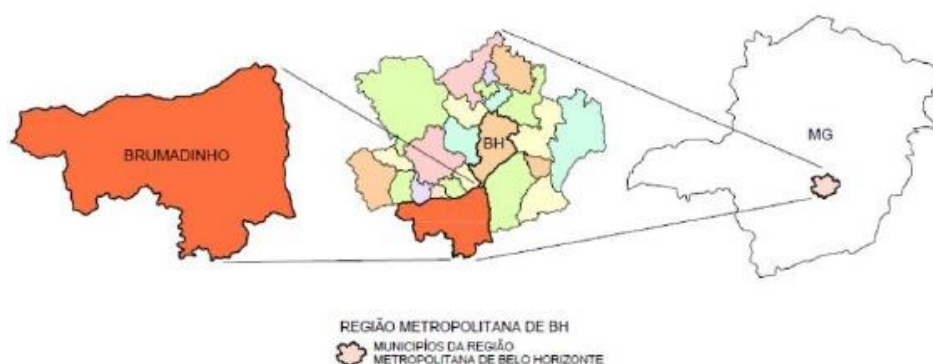


FIGURA 11. Localização do Município de Brumadinho em MG.  
Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente<sup>27</sup>

<sup>27</sup> Disponível em: [http://www.brumadinho.mg.gov.br/arquivos/APOSTILA\\_BRUMADINHO.pdf](http://www.brumadinho.mg.gov.br/arquivos/APOSTILA_BRUMADINHO.pdf). Acesso em 16 mai. 2017.





A comunidade quilombola de Marinhos teve sua trajetória em relação ao processo<sup>30</sup> de reconhecimento quilombola constituída em conjunto à comunidade de Rodrigues, com início em 2010 e obtendo, portanto, um certificado único. Entretanto, como o objeto desse estudo é Marinhos, traremos, aqui, uma análise dos fatos ocorridos nessa comunidade.

A justificativa da decisão das duas comunidades entrarem com o pedido de autorreconhecimento aparece em um ofício<sup>31</sup> (ANEXO II) enviado não pelos moradores locais, mas pela então vereadora Lilian Paraguai. O documento foi enviado à Fundação Cultural Palmares, em resposta ao ofício de nº 350/2010, ao qual não tivemos acesso. O ofício, assinado pela vereadora e enviado por meio da Câmara Municipal de Brumadinho, justifica:

Conforme solicitação de V.Sa. em ofício de nº 350/2010 informo que as comunidades em processo de reconhecimento Rodrigues e Marinhos são pertencentes ao mesmo território e/ou áreas contínuas.

São comunidades com organização própria, porém com atividades comuns e avizinham-se na organização territorial. Questionados, os líderes comunitários são do entendimento de que deve mesmo ser emitida apenas uma única certidão.<sup>32</sup>

Nos documentos do processo de reconhecimento de Marinhos, encontramos a ata<sup>33</sup> redigida pela associação de moradores, da assembleia de deliberação de autorreconhecimento dos moradores como “povo” remanescente de quilombo (ANEXO III). A reunião, realizada em 27 de junho de 2010 na igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Marinhos, contou com a presença de 146

---

<sup>30</sup> Processo do Incra/MG, nº 54170.004340/2011-48.

<sup>31</sup> Documento arquivado nos processos de reconhecimento quilombola de Marinhos e Rodrigues, cuja cópia foi cedida a mim pela Fundação Cultural Palmares e Incra/MG.

<sup>32</sup> Ofício nº 035/2010/GVLP, 12 de julho de 2010.

<sup>33</sup> Ata registrada e autenticada no cartório do 2º ofício de Brumadinho, MG, em 25 de agosto de 2010.

moradores da região e também da vereadora Lilian Paraguai, que, segundo consta na ata, auxiliou na condução dos trabalhos. Entre os presentes, ainda conforme consta na ata, apenas dois moradores se abstiveram quanto à autodeclaração como remanescentes de quilombos.

De acordo com a ata da assembleia, redigida pela vereadora Lílian Paraguai, a mesma conduziu a reunião, solicitou aos moradores que relatassem a história das comunidades e a situação em que se encontravam naquele momento. Segundo eles, as primeiras moradias da região foram construídas de pau a pique pelos primeiros negros libertos da Fazenda dos Martins<sup>34</sup> e outras fazendas “escravocratas” (sic) da região. Os representantes da comunidade destacaram a “importância de dar mais valor à tradição da cultura deles e que é importante não deixar morrer os costumes do seu povo”, incluindo o congado, a folia de reis, o moçambique, a “festa da colheita”, as festas das comunidades negras, a festa da consciência negra e a “dança com ‘jarro na cabeça’”, fazendo alusão às mulheres que carregavam água, no jarro de barro, na cabeça. (ATA DA ASSEMBLEIA DE DELIBERAÇÃO, 2010).

Para complementar o que os moradores relataram durante a assembleia, foram anexados à ata três documentos. O primeiro, “Nossa História...”, descreve a história das comunidades locais do distrito de São José do Paraopeba, em Brumadinho; o segundo é a pesquisa denominada “Estudos genéticos sobre a história da população de Belo Horizonte e de Marinhos”, do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais (ICB/UFMG), utilizada na

---

<sup>34</sup> Construída na segunda metade do século XVIII e tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) pelo Decreto n.º 18.531, de 2 de junho de 1977. Disponível em: <http://iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco-es/patrimonio-cultural-protegido/bens-tombados/details/1/17/bens-tombados-fazenda-boa-vista-dos-martins>. Acesso em 13 mai. 2017.

dissertação de mestrado de Marília de Oliveira Scliar, defendida em 2007; e o terceiro é denominado “Cultura de Marinhos e Rodrigues: tradições ligadas às raízes da terra onde vivem, que passam de pai para filho há gerações”.

O primeiro documento, com a assinatura “Marlene (Ribeirão)” (sic), na capa, não possui informações de quando foi elaborado. Nele não há menção às fontes das informações que apresenta, mas aparecem agradecimentos a algumas pessoas da comunidade que teriam contribuído para sua elaboração. Na parte denominada “Comunidade de Marinhos: Padroeira Nossa Senhora da Conceição”, um sr. Severo, membro da comunidade, é citado como pessoa que teria pesquisado sua origem: “Muito obrigado Severo pela pesquisa da origem de tua comunidade, nos alegra saber de que teus antepassados fizeram parte de sua história. Vai em frente amigo!!!”. A narrativa sobre Marinhos tem trechos pouco claros e não possui informações precisas acerca da origem da comunidade:

A história da nossa comunidade começou um pouco no ar... Uma das primeiras pessoas da comunidade foram: José Gerônimo, Custódio Gerônimo, Francisco Novato, Manoel Gomes, Sr. Henrique, João Caetano, Domingo José, Senhora Dermina (bisavó de Severo) e os seus avós que são Sr. Idelfonso Francisco e Maria Santana.

O nome da comunidade surgiu através de um fazendeiro que se chama Marinhos, também existia um senhor que se chamava Antônio Hemenegildo Paiva, um dos cabeças que fez com que a comunidade crescesse, com ele surgiu novas formações de terrenos doados, como o da Igreja, do campo, do salão onde era a Escola.

Hoje a Escola de Marinhos tem o seu próprio nome Antônio Hemenegildo Paiva.

[...] a comunidade de Marinhos estava nos planos para ser uma das maiores e melhores cidades da região, mas por causa de um Sr. Joaquim Gerônimo que era dono da maior parte da terra que existia naquela época, vinha compradores de todos os lugares, principalmente as pessoas de Itabirito para montar negócios na comunidade, mas como o Sr. Joaquim Gerônimo queria tudo para ele, não deu para realizar esses planos e,

Marinhos seria talvez uma comunidade com melhores recursos<sup>35</sup>.

O segundo documento anexado, “Estudos genéticos sobre a história da população de Belo Horizonte e de Marinhos”, é uma pesquisa para a dissertação de mestrado *Estudos sobre a história da população de Belo Horizonte e de uma população rural afrodescendente utilizando microssatélites*, de Marília de Oliveira Scliar, orientada pela prof. dra. Cleusa Fonseca e defendida em 2007. Essa informação não consta no documento, mas foi possível encontrar a dissertação, que está disponível no *site* da UFMG. A dissertação teve como objetivo “contribuir para o esclarecimento da história das populações de Belo Horizonte e Marinhos a partir de análises de miscigenação utilizando marcadores microssatélites usualmente empregados em testes de paternidade” (SCLIAR, 2007, p. 27).

A pesquisa, que está anexada à ata, não traz informações de quando foi realizada, e cita, em seus agradecimentos, a contribuição de “Seu Antônio e Dona Leide”. O estudo envolveu 60 indivíduos de Marinhos e Rodrigues entre 20 e 89 anos, que responderam a formulários que os separaram em duas amostras, entre aqueles que tinham pelo menos dois dos três critérios relevantes para o estudo: “1. mais de 88 anos e nascido na região; 2. mais de 52 anos e com pais nascidos na região; 3. mais de 20 anos e com todos os avós nascidos na região”. As duas amostras representavam: “[...] as pessoas que residem atualmente em Marinhos e [...] as pessoas das famílias que vivem na região (Marinhos, Ribeirão,

---

<sup>35</sup> Trechos retirados do documento “Nossa história...” anexados à ata de assembleia de deliberação de autorreconhecimento como quilombola.

Sapé, São José do Paraopeba, Maçangano e Martins) desde pelo menos 1900”.<sup>36</sup>

A pesquisa, apresentada junto à ata de assembleia para reconhecimento quilombola, que estamos analisando, apresenta, como resultado, a porcentagem de contribuição genética africana e europeia: “Para a população de Marinhos, as estimativas mostraram uma maior contribuição africana do que europeia nas duas amostras”. E conclui que a contribuição genética africana naquelas pessoas que residiam, à época do estudo, em Marinhos era de 68% e das pessoas de famílias que residiam na região desde 1900 era de 90%. Já a contribuição europeia foi de 32% e 10% respectivamente. De acordo com o documento, não foram encontradas contribuições indígenas.<sup>37</sup> Em uma etapa do estudo, as pesquisadoras Marília de Oliveira Scliar e Cleusa Fonseca realizaram a coleta de relatos de alguns moradores da comunidade com o objetivo de construir a história local. Nessa passagem retirada da pesquisa “Estudos genéticos sobre a história da população de Belo Horizonte e de Marinhos”, as autoras observam:

Os moradores relatam uma história de grande parentesco dentro do povoado e, também, entre os povoados, principalmente de Marinhos e Sapé, sugerindo que poucos escravos os tenham fundado. Em 1917, uma linha férrea foi inaugurada, e para sua construção várias pessoas de outras cidades migraram para Marinhos.

Na dissertação propriamente dita, Marília Scliar conclui, com base nessa e em outras pesquisas feitas durante seu mestrado, que “pelo grande estoque

---

<sup>36</sup> Informação retirada da pesquisa “Estudos genéticos sobre a história da população de Belo Horizonte e de Marinhos” anexa à ata de reunião.

<sup>37</sup> Informação retirada da pesquisa “Estudos genéticos sobre a história da população de Belo Horizonte e de Marinhos” anexa à ata de reunião.

de genes africanos, Marinhos se mostrou uma boa população para futuras pesquisas sobre o componente africano no Brasil” (SCLIAR, 2007, p. 42).

O terceiro documento anexo ao pedido de reconhecimento como remanescente de quilombo das comunidades de Marinhos e Rodrigues parece ser um dossiê elaborado pelas comunidades. O documento contém um compilado de fotografias de registro das festas, grupos, acontecimentos, encontros e manifestações culturais, além de fotos de “moradores antigos”, da igreja, da capela e vestígios de um “muro feito por escravos”.<sup>38</sup> Ainda no mesmo documento, constam uma fotografia e pequena biografia de Antônio Hermenegildo Paiva (1889-1974) (ANEXO IV), um senhor branco, que, segundo os moradores, foi quem doou alguns dos terrenos para a população de Marinhos, incluindo os terrenos da escola municipal, da igreja e do campo de futebol.

O dossiê contém também registros de jornais locais, com notícias sobre os acontecimentos nas comunidades de Marinhos e Rodrigues. São matérias dos jornais *Gazeta do Vale* (atualmente extinto), *Cidades do Vale*, *Circuito de Notícias* e *Apa-Sul*, sobre as festas, datas comemorativas, como o “dia da consciência negra”, e encontros, muitas vezes com registros fotográficos.

Todos esses documentos compõem o pedido de reconhecimento como comunidades remanescentes de quilombos de Marinhos e Rodrigues enviado à Fundação Cultural Palmares. A partir desse pedido, em 13 de setembro de 2010, o Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Palmares enviou uma solicitação ao Chefe de Divisão, para abertura do processo administrativo para a emissão de certidão de “autodefinição como remanescente

---

<sup>38</sup> Termos utilizados no dossiê elaborado pela comunidade.

de quilombo” das comunidades de Marinhos e Rodrigues. A certidão foi emitida em 27 de setembro de 2010.

A publicação no *Diário Oficial da União*, em 4 de novembro de 2010, do reconhecimento das comunidades de Marinhos e Rodrigues como remanescentes de quilombo, gerou a publicação de uma matéria em um dos jornais locais, o *Circuito de Notícias*.<sup>39</sup> Na matéria, publicada em 13 de dezembro de 2010, a vereadora Lilian Paraguai, citada como peça fundamental nos processos, destaca que “o título significa uma vitória para toda a população de Brumadinho, já que estas comunidades tem um motivo a mais para preservarem sua cultura, tendo agora maiores incentivos para a promoção desta”.

Na mesma matéria, o sr. Antônio Alves da Silva, líder da comunidade de Marinhos, em entrevista ao jornal, expressa o quanto desejavam o reconhecimento “desses grupos” para terem “mais condições para lutar pela comunidade”. Ainda na mesma matéria do jornal, é mencionado que o sr. Antônio “reconhece que, com o título, a comunidade negra ganha mais força para lutar pelos seus objetivos coletivamente e, ainda, que a tradição da comunidade negra de Brumadinho é a ação comunitária”.<sup>40</sup>

O jornal *Circuito de Notícias* faz ainda uma colocação a respeito do direito à regulamentação fundiária após o reconhecimento das comunidades como remanescentes de quilombos pela Fundação Cultural Palmares:

Com o título, os remanescentes têm, como todos, o direito à propriedade das terras ocupadas tradicionalmente. O direito a

---

<sup>39</sup> O jornal *Circuito de Notícias* é um projeto de Maria Carmen de Souza, criado em 1995. Circula atualmente em Brumadinho e entorno, com edições mensais impressas, distribuídas gratuitamente.

<sup>40</sup> Jornal *Circuito de Notícias*. Disponível em: <http://jornalcircuitonoticias.blogspot.com.br/2010/12/brumadinho-agora-tem-4-comunidades.html>. Acesso em 6 dez. 2016.

essas terras é de uma importância singular, pois confere suporte à identidade comunitária. Não se trata apenas de moradia, que pode ser trocada sem maiores traumas, mas sim do elo que mantém a união do grupo, e que permite a sua continuidade no tempo, através de sucessivas gerações, possibilitando a preservação da cultura, dos valores e do modo peculiar de vida da comunidade étnica. Privado da terra, o grupo tende a dispersar e a desaparecer.

Em 2 de setembro de 2011, quase um ano após as comunidades de Marinhos e Rodrigues receberem o certificado de autorreconhecimento, a Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra/MG solicitou à Divisão de Administração do Incra/MG a formalização do processo administrativo para a regularização fundiária como território quilombola de ambas as comunidades. Em 12 de dezembro de 2011, a então vereadora Lilian Paraguai encaminhou o requerimento nº 052/2011/GVLP ao superintendente do Incra/MG, solicitando informações sobre o andamento dos processos das quatro comunidades quilombolas de Brumadinho: Sapé, Marinhos, Rodrigues e Ribeirão.

A vereadora recebeu resposta em 5 de janeiro de 2012, por meio de ofício enviado pelo superintendente do Incra/MG, informando que foram instaurados no Incra/MG, os processos administrativos nº 54170.004340/2011-48, de Marinhos/Rodrigues, e nº 54170.004339/2011-13, de Ribeirão, para tratar da regularização fundiária. O ofício também traz a informação de que a primeira etapa a ser realizada compreende a elaboração do relatório antropológico e que, para isso, foi aberta licitação no Pregão Eletrônico Nacional para Registro de Preços nº. 15/2011, para contratação da empresa para realizar a pesquisa. A empresa Terra Ambiental Consultoria em Engenharia e Meio Ambiente Ltda,



então contratada, teve a autorização para início dos trabalhos em 21 de dezembro de 2012.

No processo de regularização fundiária de Marinhos e Rodrigues, consta uma declaração (ANEXO V), assinada por seis integrantes das comunidades e o presidente da associação, em 17 de dezembro de 2012, de interesse pela regularização fundiária do território das comunidades em questão. Vale lembrar, como dito anteriormente, que, em 2010, a declaração de autorreconhecimento como remanescente de quilombola contava com 144 assinaturas.

Apesar da declaração de interesse pelo processo não ter um grande número de assinaturas, o processo para regularização de terras quilombolas foi iniciado. Em 21 de fevereiro de 2013, o Incra/MG realizou uma reunião com moradores de Marinhos e Rodrigues, para apresentação dos antropólogos, Patrick Thames, Carlos Eduardo e Alexandre Sampaio, responsáveis pela elaboração do relatório antropológico. De acordo com o documento “Informação Técnica” elaborado pelo engenheiro agrônomo José Marcelo Cunha, do Incra/MG, um dos antropólogos, não nomeado, esclareceu como fariam o trabalho, solicitando a participação de todos.

Ainda de acordo com o documento “Informação Técnica”, nessa ocasião, o sr. Antônio Alves da Silva, então presidente da associação de moradores de Marinhos, deixou “patente”<sup>41</sup> a insatisfação da comunidade com a titulação coletiva do território, solicitando nova reunião para maiores esclarecimentos. O que chama atenção é que, mesmo com a insatisfação da comunidade pela regularização fundiária, o sr. Antônio ressalva, no mesmo documento, “a importância do Ministério Público no processo da ameaça advinda da ação de

---

<sup>41</sup> Expressão utilizada por sr. Antônio, segundo o documento “Informação Técnica”.

uma mineradora (Ferrous) no território”. De acordo ainda com o documento “Informação Técnica”, a sra. Luci Rodrigues, do Incra/MG, diante dessa última informação, apenas responde que aquela reunião estava acontecendo “para atender ao interesse da comunidade de Marinhos/Rodrigues em valer-se do Art. 68”.<sup>42</sup>

Ainda de acordo com o documento “Informação Técnica”, na reunião seguinte, realizada em 27 de fevereiro de 2013 a pedido da comunidade, os representantes do Incra/MG presentes explicaram novamente como acontece o processo de regularização fundiária. Solicitaram que os moradores de Marinhos e Rodrigues elaborassem um documento, a ser assinado pela maioria dos membros das duas comunidades, caso fossem contrários à continuidade do processo.

É interessante perceber que algumas das dúvidas dos moradores acerca da titulação e da regularização de terras não constam no documento “Informação Técnica”, mas estão presentes na ata dessa mesma reunião do dia 27 de fevereiro de 2013, elaborada por Lilian Paraguai, que, naquele momento, representava a Secretaria de Ação Social de Brumadinho. Essa ata é um documento anexo ao processo do Incra/MG para regularização de terras de Marinhos e Rodrigues, ora em análise.

Na ata está especificado que se tratou de uma reunião das comunidades de Marinhos e Rodrigues com o Incra/MG e a empresa Terra Ambiental, citada pela primeira vez no processo de Marinhos e Rodrigues. Alguns dos

---

<sup>42</sup> Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/ADC1988\\_12.07.2016/art\\_68\\_.asp](http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp). Acesso em: 2 set. 2017.

questionamentos colocados pelos moradores presentes, de acordo com a ata, teriam sido: quais seriam os benefícios e implicações dos que se diziam quilombolas e daqueles que não se reconheciam como tais, que pudessem influenciar no processo de regularização fundiária de Marinhos e Rodrigues; possibilidade de venda de terras a terceiros e/ou ao Incra/MG; obrigatoriedade ou não de aceitar a regularização do território, e se, ao receber o título, cada um permaneceria no terreno onde morava. Ainda segundo a ata da reunião do dia 27 de fevereiro de 2013, a comunidade teria considerado que algumas das questões foram esclarecidas e teria pedido mais tempo para se decidir quanto à realização ou não do relatório antropológico, como primeira peça técnica a ser elaborada para o processo de regularização fundiária.

Em 26 de março de 2013, o Incra/MG enviou um ofício ao Ministério Público, em razão do Inquérito Civil Público nº 1.22.000.003135/2011-75 (ANEXO VI) instaurado para obter informações acerca do processo de regularização fundiária de Marinhos e Rodrigues. O ofício especifica que o MPF abriu o inquérito por ter ficado mais de um ano sem receber notícias da parte do Incra/MG a respeito desse processo. Ainda no ofício, o Incra/MG informa, por solicitação do MPF, a situação em que se encontrava o processo.

Entre outras notícias a respeito do processo de regularização fundiária de Marinhos e Rodrigues, o ofício afirma que, em 22 de março de 2013, quase um mês depois da reunião de esclarecimento, o sr. Antônio Alves da Silva, presidente da associação de moradores de Marinhos e Rodrigues, entrou em contato com o Incra/MG, em Belo Horizonte, via ligação telefônica, para informar que “a comunidade refletiu e que, definitivamente, decidiu pela não realização

dos trabalhos de regularização fundiária do território da comunidade quilombola de Marinhos e Rodrigues”.<sup>43</sup>

De acordo com o documento, ficou agendada uma reunião na superintendência do Incra/MG, no dia 1º de abril de 2013. Contudo, os representantes das comunidades de Marinhos e Rodrigues não compareceram à reunião, como informa outro ofício, desta vez enviado pelo Incra/MG à associação de moradores em 18 de abril de 2013. Considerando a ausência dos moradores das comunidades, esse último ofício solicita uma “manifestação formal dessa comunidade sobre o interesse no prosseguimento dos trabalhos de regularização fundiária a serem executados pelo Incra, no prazo de até 20 dias contados a partir do recebimento desta correspondência”.

Em 16 de abril de 2013, a comunidade envia uma carta “à direção do Incra”, digitalizada e assinada pelo presidente da associação, sr. Antônio Alves da Silva, solicitando a participação de representante do Incra/MG, em reunião nesta comunidade em data a ser marcada, para oferecer informações e esclarecimentos sobre as questões relacionadas a este órgão, referentes a demarcação e posse das propriedades locais”.

A reunião solicitada foi realizada no dia 18 de maio de 2013, com a presença dos técnicos do Incra/MG. Entretanto, apenas duas pessoas integrantes das comunidades participaram, sem se manifestar em momento algum. Os demais presentes, segundo o documento “Informação Técnica II”, elaborado pela assistente social do Incra/MG, sra. Odete de Souza Meireles, eram “não-quilombolas, bastante apreensivos pela possibilidade de serem afetados pela eventual regularização do território da comunidade quilombola de

---

<sup>43</sup> OFÍCIO/INCRA/SR-06/MG/GAB/Nº.206/2013.

Marinhos e Rodrigues, e que fizeram uma série de questionamentos sobre o assunto” (Informação Técnica II).

Desta reunião, de acordo com o documento “Informação Técnica II”, participou uma sra. Rosemary, que indagou aos servidores do Incra/MG o que significava ser quilombola, uma vez que, segundo ela, “naquela comunidade existem famílias que ‘adotaram o lugar como seu’” (Informação Técnica II).

Alguns fatos interessantes aconteceram nessa reunião, que não contou com a presença da maioria dos moradores que estiveram presentes nas reuniões anteriores, inclusive do presidente da associação, sr. Antônio Alves da Silva. Alguns dos questionamentos foram em relação à assembleia que tratou e votou pelo autorreconhecimento das comunidades como remanescentes de quilombos. Percebe-se, pelos fatos descritos no documento “Informação Técnica II”, que os sujeitos ali presentes não compreendiam como o Incra/MG obteve o conhecimento de que aquela comunidade era quilombola e que tinham entendido que o Instituto estava ali para a instalação de um projeto de assentamento de reforma agrária.

Tendo esses questionamentos esclarecidos pelos servidores do Incra/MG durante a reunião, novas indagações vieram à tona. Os moradores ali presentes afirmaram que aquela comunidade não era quilombola, sugerindo um plebiscito para determinar quem se considerava ou não como tal, solicitando, ainda, a lista dos que assinaram a ata de assembleia para autorreconhecimento da comunidade. Esse foi um assunto abordado com frequência durante a reunião.

O que fica muito claro na leitura desses documentos é que alguns dos moradores das comunidades que estiveram presentes nas reuniões divergiam quanto à autodefinição como remanescente de quilombo. E quanto à

regularização fundiária, quase todos ainda apresentavam muitos questionamentos quanto ao papel do Incra/MG no processo.

Três dias após a reunião de 18 de maio de 2013, o presidente da associação de Marinhos, sr. Antônio Alves da Silva, e o “líder da comunitário” (sic) de Rodrigues, sr. Eustáquio dos Santos Cruz, enviaram um ofício em resposta àquele que havia sido enviado pelo Incra/MG em 18 de abril de 2013.<sup>44</sup>

No documento, os representantes informaram que, após várias reuniões com os moradores, as comunidades optaram pela paralisação do processo iniciado pelo Incra/MG “[...] por assim entender que tais trabalhos vêm contribuindo por realizar discórdia entre os moradores”. As atas dessas “várias reuniões” citadas no ofício não foram anexadas ou registradas em cartório, de modo que não foi possível consultá-las. Em decorrência desse fato, o Incra/MG informou o Ministério Público Federal, via ofício de 24 de novembro de 2014, a respeito da paralisação de suas pesquisas para a regularização fundiária de Marinhos/Rodrigues, por decisão da própria comunidade.

Percebe-se, por todos esses documentos, que houve divergências entre os próprios moradores das comunidades de Marinhos e Rodrigues quanto ao autorreconhecimento como quilombolas, o que pode ter desencadeado a decisão por não realizar a regularização fundiária. As razões podem ser inúmeras, como veremos a seguir, mas podemos observar que os moradores que questionaram, na última reunião realizada com o Incra/MG, a respeito do processo de titulação das terras, não eram os mesmos moradores que estavam presentes na assembleia de decisão pela autodefinição.

---

<sup>44</sup> Ofício 314/2013, já citado, onde o Incra/MG solicita um documento formal, assinado pelos representantes das comunidades, quanto à decisão pela regularização fundiária, uma vez que não haviam comparecido à reunião agendada para o dia 1º de abril de 2013, na superintendência do Incra/MG.

Não há como afirmar, porém podemos nos perguntar se esses moradores presentes na última reunião não se consideravam quilombolas, já que não teriam sido informados da assembleia realizada para fim de autodefinição como quilombola. Além disso, cabe perguntar se esses moradores não se sentiam representados pela associação de moradores e por que, afinal, os grupos optaram pela paralisação do processo de regularização fundiária de Marinhos e Rodrigues. A seguir, veremos algumas hipóteses e razões pelas quais a comunidade decidiu requerer o certificado como quilombola, pela Fundação Palmares, de acordo com as entrevistas de história oral, realizada nessa pesquisa.

\*\*\*

Os dados apresentados foram retirados das pesquisas realizadas nos documentos. Os processos de reconhecimento como quilombolas foram acessados por meio da Lei de Acesso à Informação,<sup>45</sup> solicitados à Fundação Cultural Palmares. Já os processos de regularização fundiária, obtivemos acesso por contato com Luci Rodrigues, fiscal de Cadastro e Tributação Rural e chefe do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra/MG. Nos processos, encontramos diversos documentos, como atas de reuniões, relatórios elaborados pelo Incra/MG, as certidões de reconhecimento como comunidade

---

<sup>45</sup> A [Lei nº 12.527/2011](http://www.legis.gov.br/legislacao/show.php?codigo=12527) “regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades”. Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/a-lei-de-acesso-a-informacao>. Acesso em 10 out. 2017.

quilombola, ofícios enviados por diferentes agentes públicos como o MPF, a Fundação Cultural Palmares e o Incra/MG, entre outros.

A certidão de reconhecimento como quilombola de Marinhos e Rodrigues foi emitida pela Fundação Cultural Palmares em processos em junho de 2010. A certidão foi obtida um mês depois, tendo sido o documento festejado com notícias publicadas pelos jornais locais.

A fase seguinte ao autorreconhecimento como quilombola, com certidão emitida pela Fundação Palmares, compete ao Incra, por meio de suas Superintendências regionais, iniciar o processo de regularização fundiária nas comunidades.

Percebe-se que atores como Lilian Paraguai, o presidente e a presidente da associação de moradores de Marinhos, a Fundação Cultural Palmares, o Incra/MG, a empresa Terra Ambiental e o Ministério Público Federal foram importantes durante todo o processo. Após a análise dos documentos, foi preciso fazer uma análise sob a perspectiva de alguns desses atores. Foram feitas entrevistas de história oral para termos uma visão mais aprofundada sobre a união dos moradores para o reconhecimento jurídico como quilombola, pela Fundação Palmares, e as consequências dos conflitos sociais posteriores, para a paralisação do processo de regularização fundiária iniciado pelo Incra/MG.

Traremos a seguir uma análise sobre o que convence os sujeitos, no caso da comunidade quilombola de Marinhos, de que o caminho é o reconhecimento, enquanto processo moral, mas que, em geral, é iniciado por interesse efetivo, como o perigo de perder a terra.



### 3.2 O que dizem as entrevistas? A comunidade

A vulnerabilidade dos territórios de comunidades quilombolas é um alicerce para muitas questões e conflitos, uma vez que os diferentes sujeitos possuem diferentes demandas, frente às transformações e ressignificações do mundo contemporâneo.

Nessa pesquisa, a memória dos moradores de Marinhos fez com que, através da metodologia da história oral, pudéssemos compreender como se deu a busca pelo reconhecimento quilombola e o início da regularização fundiária, pela perspectiva da comunidade, e as questões acerca desses processos.

Traremos, aqui, depoimentos, fatos e versões de cada entrevistado. Veremos que questões como o medo de perder o território, acabaram incentivando os moradores a buscarem seu reconhecimento, para a garantia do direito à terra. Esse reconhecimento como quilombola, concedido legalmente, pela Fundação Palmares, é tido como vitória, na percepção dos moradores. Entretanto, o processo de regularização fundiária iniciado pelo Incra/MG causa certo desconforto ao serem questionados.

A partir dos relatos, veremos que o processo de demarcação do território gerou alguns conflitos sociais, o que culminou, provavelmente, na sua paralisação. Cleiton Lopes Cabral (2017) traz, em sua tese, uma reflexão sobre o uso do território quilombola e seus conflitos:

Quando se tomam por referência as novas dinâmicas de uso do território dentro e no entorno dos quilombos, tem-se várias reflexões sobre o impacto das mudanças no modo de vida das comunidades [...]. Tal espaço passou a revelar diferenças e divergências, formando um quadro histórico de relações sociais complexas de disputas, que ameaçam a existência e importância das práticas sociais e culturas tradicionais. Em

função das disputas no território, [...] *ocorrem* os conflitos territoriais. (CABRAL, 2017, p. 47)

De acordo com os moradores, inicialmente, a ideia de mobilizar a comunidade para buscar o reconhecimento como quilombola, pela Fundação Palmares, partiu do medo de “perderem suas terras, para a mineração”.

Esse processo de quilombo, a gente já sabia que era quilombo, mas não era aquela coisa registrada (sic). O registro partiu de quando a Ferrous queria invadir a nossa propriedade. Queria invadir Marinhos, Ribeirão, Colégio, uma parte de Sapé. (SILVA, Reinaldo. Entrevista concedida a Juliana Gazzinelli. Brumadinho, 2018)

A mineradora Ferrous adquiriu, em 2010, a mina da Serrinha, localizada na Serra da Moeda, na região das comunidades quilombolas de Brumadinho, para reativá-la. A mina existe desde a década de 1960, explorada pela extinta mineradora Vista Alegre.<sup>46</sup> Ainda em 2010, a Ferrous iniciou um “ciclo de debates” em algumas comunidades, que seriam afetadas pela retomada da mina da Serrinha. De acordo com os moradores, em todas as reuniões, as comunidades reivindicaram o projeto de engenharia para aquela região, mas a mineradora “se negou a apresenta-lo”, alegando não ter finalizado.

A informação de que uma barragem de rejeitos seria construída nas proximidades de Marinhos, segundo os relatos, veio de pessoas das comunidades vizinhas. Entretanto, não souberam me dizer como essas pessoas ficaram sabendo, pois a mineradora não havia divulgado nada, oficialmente.

Sr. Antônio Alves conta que a principal motivação naquele momento era o “problema com a Ferrous”.

---

<sup>46</sup> Informação retirada do jornal *Hoje em Dia*. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/economia/nova-%C3%A1rea-protegida-inviabiliza-minera%C3%A7%C3%A3o-na-serra-da-moeda-1.113228>. Acesso em fev. 2019

O problema é que eles (a Ferrous) queriam entrar mesmo na comunidade, sabe? Marinhos, Sapé, Ribeirão... Foi uma força pra gente. Foi importante porque a gente precisava de mais força para impedir que ela (Ferrous) viesse. Foi um pontapé inicial mesmo para nosso reconhecimento. (SILVA, Antônio Alves. Entrevista concedida a Juliana Gazzinelli. Brumadinho, 2018)

Sr. Antônio conta que o papel dele, como presidente da associação de moradores, era “unir as comunidades” e tomar decisões.

Quando começou, eu estava lá na Fazenda Boa Vitória, colhendo milho. Aí chegou um casal, que eu não conhecia. Vieram andando no meio do mato para falar comigo. Perguntaram se eu era o sr. Cambão. Respondi que sim. Aí eles falaram que precisavam fazer, com urgência, uma reunião lá em Marinhos, com relação a Ferrous. Eu disse primeiramente que não. Mas aí depois disse que ia comunicar com as pessoas. Aí comentei com o Gilmar, que era da associação também. Ele disse que não era para fazer essa reunião mesmo não. Era esse o nosso papel. Decidir o que tinha que fazer, sabe? (SILVA, Antônio Alves. Entrevista concedida a Juliana Gazzinelli. Brumadinho, 2018).

Para sr. Antônio, a mineradora era uma ameaça para a comunidade: “enquanto a gente dorme, eles trabalham. Nós não podemos dormir. De jeito nenhum!”. Ele conta que conversou com o sr. Gilmar, o “líder da comunidade de Rodrigues” (sic), sobre tomar alguma decisão imediata, pois já havia visto vários carros da Ferrous, transitando pelas comunidades. Isso fez com que ele desconfiasse que algo estava acontecendo ali, sem o consentimento deles.

Os moradores contam que, a cada quinze dias, tinha reunião na comunidade, para discutir o que fazer, naquele momento. Contam que a motivação surgiu de um problema, mas que a vontade já era antiga.

Nós queríamos mesmo. A gente queria ter mais segurança. Aumentar a plantação. A gente quer preservar a nossa história, sabe? O Congado. Era muito importante. A gente já queria o registro, desde quando Sapé conseguiu. Mas foi com o problema, que a gente se juntou de verdade, para conseguir o que queríamos. (SILVA, Leide Santana. Entrevista concedida a Juliana Gazzinelli. Brumadinho, 2018)

O medo gerou uma união, na busca de garantirem suas terras. Foi aí que marcaram uma reunião, para decidirem o que fazer. Os moradores das comunidades que seriam afetadas pela mina, se uniram em busca de ajuda. Procuraram a então vereadora, Lilian Paraguai, para entenderem o que poderia ser feito.

A Lilian Paraguai começou esse processo para nos ajudar com relação ao registro da nossa comunidade aqui em Marinhos, Rodrigues e Ribeirão. Porque Sapé já era registrada. Eu falo que a comunidade do Sapé, é como a comunidade mãe. Ela foi a primeira comunidade a ser registrada. Então aí surgiu a ideia de registrar. Foi uma luta muito grande, com a relação ao problema Ferrous. Mas aí a gente conseguiu, graças a Deus. (IROINA, Rosely. Entrevista concedida a Juliana Gazzinelli. Brumadinho, 2018)

Sra. Leide Santana conta que Lilian Paraguai era uma pessoa muito presente. Segundo ela, a vereadora foi peça fundamental na busca pelo reconhecimento como quilombola, pela Fundação Palmares.

Ela ajudou muito a gente. Estava sempre presente. O papel dela era ir nas reuniões, nos ajudar, enviar os papéis. Porque ela entendia, sabe? Então a gente não pode deixar de dizer o quanto ela foi importante. Ela foi uma grande parceira naquele momento. (SILVA, Leide Santana. Entrevista concedida a Juliana Gazzinelli. Brumadinho, 2018)

Foi então que a comunidade conseguiu tudo o que era necessário, juridicamente, para o reconhecimento legal. Coletaram todos os documentos,

fotos, para que pudesse entrar com o pedido. Realizaram a assembleia de deliberação, em que foi votado, pela maioria, a decisão de autorreconhecimento de Marinhos (junto com Rodrigues), como quilombola.

O depoimento do sr. Antônio Alves mostra a importância, para a comunidade, do reconhecimento adquirido:

É um direito que a gente tem. A comunidade. Agora a gente não é mais sozinho. Somos um grupo. Não vamos a lugar nenhum, representar a comunidade, sozinhos. Vamos sempre em grupo. É uma representação do coletivo. (SILVA, Antônio Alves. Entrevista concedida a Juliana Gazzinelli. Brumadinho, 2018)

A partir do reconhecimento como quilombola, pela Fundação Palmares, o processo de regularização fundiária foi, imediatamente, iniciado pelo Incra/MG. O sr. Antônio conta o que lembra. Segundo ele: “Começou, sabe. A gente foi até um momento. Aí chegou no final, nós achamos melhor não regularizar. Começou a dar problema e eu não gosto nem de relatar”. Nesse momento, sr. Antônio me pede para desligar o gravador, pois diz que foi um momento muito sofrido e que não gostaria de relatar.

De fato, nenhum outro membro da comunidade entrevistado me disse o que aconteceu. Todos alegaram ter sido um momento de conflitos, de ameaças e que seria melhor que não fosse registrado em detalhes. Por essa razão, nessa pesquisa, não trago relatos dos entrevistados, sobre a possível razão, pela qual a comunidade decidiu paralisar o processo iniciado pelo Incra/MG.

Esse medo de relatar o que aconteceu, pode nos fazer concluir que, de certa forma, não foi o grupo, a comunidade, que se reuniu e decidiu que seria melhor, não terem as terras regularizadas. Alguns membros da comunidade se sentiram ameaçados e, por serem lideranças, tiveram que tomar a frente da

decisão. Sempre que perguntados, como disse, preferiam não dizer e afirmavam que aquela não era uma decisão “do coração”.

A comunidade, hoje, ainda não regularizou o seu território, pelo Incra e, segundo os entrevistados, provavelmente isso não acontecerá. A seguir, veremos que existem possibilidades de razões, além da vontade dos moradores, pelas quais os fizeram tomar essa decisão.

### **3.3 O que dizem as entrevistas? A mediadora**

Segundo Simone Ritta dos Santos (2012, p. 65), em sua tese de doutorado sobre as lutas por reconhecimento de direitos na esfera pública brasileira de comunidades quilombolas, “o campo jurídico permite que todos os sujeitos se equiparem igualmente para lutarem por suas demandas e direitos na esfera pública. Entretanto, para isso, é um espaço de poder que exige mediadores”.

A definição desses mediadores por uma comunidade quilombola segue por uma busca de agentes e/ou pessoas que orientem os sujeitos, seguindo o respeito à história da comunidade, o sentimento de coletividade, no que for necessário no âmbito político, com as instâncias políticas locais, regionais e nacionais.

O mediador precisa, ainda, de certo conhecimento técnico em algumas áreas, domínio da escrita, facilidade de trânsito e influência política. No caso da comunidade quilombola de Marinhos, esse papel foi da então vereadora Lilian Paraguai, do Partido dos Trabalhadores, cujo mandato teve duração de 2009 a 2013, em Brumadinho.

Para entendermos a importância do papel da vereadora Lilian Paraguai nos processos, é preciso pontuar, cronologicamente, os reconhecimentos como quilombolas das quatro comunidades quilombolas de Brumadinho: Sapé, Ribeirão, Marinhos e Rodrigues. Isso porque os processos de regularização fundiária, como veremos a seguir, ocorreram juntos, com orientação e mediação da vereadora.

Começaremos pela comunidade quilombola de Sapé que, em 18 de julho de 2005, por meio de uma carta (ANEXO VII) endereçada ao presidente da

Fundação Cultural Palmares e assinada por seis moradoras, se autodefiniu como comunidade remanescente de quilombo.

Como Sapé teve seu reconhecimento em 2005, a comunidade seguiu o que regulamentava o art. 2º do Decreto 4.887/03 de 20 de novembro de 2003,<sup>47</sup> que não especifica nenhuma diretriz para o pedido de reconhecimento como quilombola à Fundação Cultural Palmares. De acordo com o Decreto:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida<sup>48</sup>.

Por essa razão, no processo de reconhecimento como quilombola da comunidade de Sapé, não há documentos anexados ao pedido enviado à Fundação Cultural Palmares, pela comunidade, como ata de reunião ou assembleia convocada para este fim, ou até mesmo histórico da comunidade que afirmasse sua autodefinição como quilombola.

Com a certidão de comunidade quilombola, em janeiro de 2012, Lilian Paraguai, por meio da Câmara Municipal de Brumadinho, encaminhou um ofício ao Incra/MG, com o certificado de remanescente quilombola da comunidade de Sapé anexada, para que fosse iniciada a regularização fundiária do território. De acordo com a Instrução Normativa 57 do Incra, de 20 de outubro de 2009,<sup>49</sup> “cabe às comunidades interessadas encaminhar à Superintendência Regional do Incra do seu estado uma solicitação de abertura de procedimentos administrativos visando à regularização de seus territórios”.

---

<sup>47</sup> Esse Decreto será explorado mais adiante nesta pesquisa.

<sup>48</sup> Decreto 4.887/03 de 20 de novembro de 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em 16 out. 2017.

<sup>49</sup> Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/file/2010/11/legis12.pdf>. Acesso em 2 set. 2017.



Mas foi somente em dezembro de 2012, quase um ano após o envio de ofício pela vereadora, que os moradores de Sapé enviaram ao Incra/MG uma declaração de interesse pela regularização fundiária do território da comunidade, com 31 assinaturas (ANEXO VIII). A partir desse último documento, os trabalhos para a regularização fundiária de Sapé foram iniciados pela equipe técnica do Incra/MG.

A comunidade de Ribeirão, assim como Marinhos e Rodrigues, colocados anteriormente, teve sua certidão de autorreconhecimento como comunidade remanescente de quilombo emitida em 2010. No processo de regularização fundiária do Incra/MG, consta a ata de reunião da assembleia de deliberação do autorreconhecimento realizada no dia 27 de junho de 2010. No documento elaborado também pela então vereadora Lilian Paraguai, constam assinaturas de 120 pessoas.

A reunião convocada para aquele fim, de acordo com a ata, contou com a manifestação de alguns moradores, que alegaram ser unânime o desejo de obter a certidão pela Fundação Cultural Palmares. Segundo os moradores, a comunidade ainda “guarda tradições que são passadas de pai para filho há gerações como: Folia de Reis, Festa do Dia da Consciência Negra, Congado”.<sup>50</sup>

A partir da certidão emitida pela Fundação Palmares, o Incra/MG formalizou a abertura do processo administrativo para regularização fundiária de território quilombola, em 2 de setembro de 2011.

---

<sup>50</sup> Ata de reunião da assembleia de deliberação do autorreconhecimento dos moradores da comunidade de Ribeirão – Distrito de São José do Paraopeba em Brumadinho como povo remanescente de quilombo. Cartório do 2º ofício de Brumadinho: Registro de Títulos e documentos da Comarca de Brumadinho- MG, protocolado sob o nº 3868, livro A2, registrado sob o número 3027, livro C8, Brumadinho, MG, 25/05/2010.

Foi a partir daí que os processos se iniciaram ao mesmo tempo. Para as quatro comunidades, a empresa Terra Ambiental foi a contratada para a realização do relatório antropológico, primeira etapa do processo. A empresa, juntamente com o Incra/MG, realizou, em média, quatro reuniões em cada uma das comunidades. Em todos os casos, os presidentes e a presidente das associações de moradores estiveram presentes durante todo o processo, assim como a vereadora Lilian Paraguai, que também esteve presente em todas as reuniões.

Em Marinhos, apesar de iniciada a primeira etapa de regularização fundiária, a comunidade decidiu, passado aproximadamente um ano após o início do processo, por sua paralisação. O Ministério Público Federal instaurou, conforme o § 1º do art. 8º da Lei 7347/85, inquérito civil público em março de 2013, requisitando informações a respeito dos processos de regularização fundiária, uma vez que o Incra/MG não as repassava por mais de um ano. Em resposta aos ofícios do MPF enviados para requisitar tais informações, o Incra/MG informou ao MPF sobre a decisão da comunidade de paralisar o processo, que foi então arquivado.

O que podemos observar, a partir dos documentos analisados anteriormente, é que o número de assinaturas nos documentos para autorreconhecimento, interesse na regularização fundiária e no pedido de paralisação desse processo do Incra/MG é bastante volátil.

Em Marinhos, houve uma assembleia de deliberação para solicitação ou não à Fundação Cultural Palmares, de autorreconhecimento como quilombola. Nessa assembleia, estiveram presentes 146 pessoas e 144 assinaram o pedido. Quanto ao processo de regularização fundiária, apenas 7 pessoas assinaram a

declaração de interesse pelo procedimento do Incra/MG. Ao decidirem pela paralisação do processo, os presidentes das associações de Marinhos e Rodrigues enviaram um ofício, assinado apenas por eles, informando a decisão da comunidade.

Em entrevista concedida para essa pesquisa, Lilian Paraguai conta que os processos de reconhecimento como quilombola de Marinhos, Rodrigues e Ribeirão foram também consequência do reconhecimento de Sapé. A vereadora acredita que as comunidades tinham o mesmo desejo de serem reconhecidas, desde 2005, mas nada faziam para que o processo fosse efetivamente iniciado.

Segundo Lilian Paraguai, o projeto da mineradora Ferrous, citada anteriormente, foi o que levou as comunidades a entrarem com o pedido de reconhecimento como quilombola, pela Fundação Palmares.

As comunidades, a partir do reconhecimento de Sapé, que foi a primeira comunidade, elas já tinham o desejo né, a intenção. Principalmente Marinhos. Mas não tinha uma organização com esse foco, com esse objetivo. E aí surgiu o projeto da Ferrous, para a região. (PARAGUAI, Lilian. Entrevista concedida a Juliana Gazzinelli. Brumadinho, 2018)

Ainda segundo a vereadora, a mineradora “acabou divulgando”, sem intenção, o projeto da reabertura da mina da Serrinha,<sup>51</sup> na parte da Serra da Moeda que fica no Município de Brumadinho. Lillian conta que era um “megaprojeto” que cercava toda a região (Lilian Paraguai, 2018).

---

<sup>51</sup> Localizada em Brumadinho (MG), a mina Serrinha foi adquirida pela Ferrous em 2007 e fazia parte do Projeto Serena. O empreendimento seria responsável pela produção de 10 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, de um total de 42 milhões de toneladas que serão produzidas pela empresa até 2026. (site da Ferrous). Disponível em: <https://www.ferrous.com.br/index.php/projetos/view/1/41>. Acesso em 20 fev. 2019

Para você ter uma ideia, Ribeirão, eu não me lembro exatamente, mas acho que Ribeirão viraria uma parte, barragem de rejeito, barragem de água. Marinhos ia ser um parque de carregamento, aproveitando a linha férrea. E assim, toda a região, ela ia ser tomada pelo projeto da Ferrous. (PARAGUAI, Lilian. Entrevista concedida a Juliana Gazzinelli. Brumadinho, 2018)

Segundo a vereadora, a intenção da mineradora Ferrous era comprar as terras dos quilombolas e realocar as comunidades em outros lugares. Com a divulgação do projeto da mina da Serrinha, as comunidades começaram a “entender o que aconteceria ali na localidade”, como conta Lilian. Foi aí que ela foi procurada, por moradores da região, que mostraram a ela, o projeto.

Fui procurada pelos moradores, pra me mostrarem o projeto. A preocupação que eles tinham. Eles não queriam sair de lá. Eles não queriam mineração ali né [...]. Aquela região é uma das mais preservadas do estado inteiro. Nós temos uma fauna e uma flora riquíssimas. (PARAGUAI, Lilian. Entrevista concedida a Juliana Gazzinelli. Brumadinho, 2018)

Segundo Lilian, em um primeiro momento, a comunidade de Marinhos ainda não tinha conhecimento sobre o projeto. Apenas as outras comunidades, no entorno. A partir do momento em que souberam, alguns moradores a procuraram na Câmara Municipal de Brumadinho, para saberem o que poderiam fazer para impedir a realização do projeto da mineradora Ferrous na região.

Foi então que, por iniciativa dos moradores da região da Serra da Moeda, em Brumadinho, e da vereadora Lilian Paraguai, formou-se um comitê de proteção da Serra da Moeda. O comitê era composto por pelo menos um representante de cada comunidade que seria possivelmente afetada pela mina da Serrinha, pelo movimento Abrace a Serra da Moeda, pela vereadora, entre outros interessados.

De acordo com a vereadora, o comitê realizava reuniões nas comunidades do entorno da serra e definiu, após algumas discussões, que a forma de assegurar que não fosse reaberta a mina da Serrinha seria trabalhar em duas frentes. Uma seria o reconhecimento das comunidades quilombolas, pela Fundação Palmares, uma vez que, segundo ela, “já existia a vontade das comunidades”. A outra frente seria uma comissão para buscar tornar a Serra da Moeda, naquele perímetro, um monumento natural, para “ajudar a conter qualquer projeto de mineração na região, que fosse prejudicial ao meio ambiente”. (Lilian Paraguai, 2018)

A vereadora trabalhou nas duas frentes, sendo que a segunda, com projeto assinado por vários outros vereadores, foi criada através do legislativo por meio de votação na Comissão de Constituição, Justiça e Legislação, da Câmara Municipal de Brumadinho. Segundo Lilian, no dia da votação, estiveram presentes vários representantes da mineradora e apenas a vereadora votou a favor do reconhecimento proposto, sendo o processo, então, arquivado.

Com essa frente de trabalho para a criação de um monumento natural destituída, o comitê se voltou para o processo de reconhecimento quilombola das comunidades. Mas, atendo-se à Marinhos, objeto de estudo desta pesquisa, para a vereadora, “as comunidades, com o reconhecimento, assegurariam que elas precisavam de um tratamento diferenciado em função do histórico e da necessidade de uma compensação em função da própria história de exploração do povo negro” (Lilian Paraguai, 2018). Segundo ela, essa “compensação” faz

com que as comunidades quilombolas sejam tratadas de forma diferenciada, mas relata que, em Brumadinho, o poder público não “se utiliza muito disso”.<sup>52</sup>

As comunidades teriam, da união, recursos a mais para a saúde, recursos a mais para a educação. Não é muito a mais, mas é um diferencial, que deveria permitir que eles tivessem um acesso a saúde e educação um pouco melhor. [...] Eles tinham que ter um pouco mais de atenção. O poder público local. Coisa que não tem, sendo que eles recebem verbas a mais. A prefeitura recebe né. (PARAGUAI, Lilian. Entrevista concedida a Juliana Gazzinelli. Brumadinho, 2018)

Após conseguirem, então, o reconhecimento como quilombola, pela Fundação Palmares, em 2010, o Incra/MG deu início ao processo de regularização fundiária, em 2011. A vereadora conta que o processo foi “automático”, partindo da Fundação Palmares para o Incra/MG e que, como ela já havia explicado, aos moradores de Marinhos e às outras comunidades, como aconteceria, todos já sabiam que “a questão do território e das terras, já estava no Incra/MG” (Lilian Paraguai, 2018).

Segundo ela, o início dos trabalhos do Incra/MG, ainda demoraria muito:

Tinha uma fila de espera enorme para o reconhecimento do território. A Fundação Palmares faz o autorreconhecimento. Ela documenta, ela proclama o autorreconhecimento, mas quem fala da titularidade da terra, é o Incra. E aí, a partir desse enfrentamento com a Ferrous, nós procuramos o Incra. Eu fiz contato com o Incra e nós fomos. Eu e representantes das comunidades de Sapé, Marinhos, Rodrigues e Ribeirão. Nós fomos até o Incra em Belo Horizonte, fizemos reunião com o Incra e dissemos que a gente tava com o enfrentamento com a mineração e a gente precisava de uma aceleração do reconhecimento do território. Porque reconhecendo a titularidade do território, é uma proteção a mais contra a mineração. Porque aí, as terras sendo tituladas pelo Incra, elas

---

<sup>52</sup> A reconhecimento como quilombola, pela Fundação palmares, habilita, ainda que com dificuldades, muitas comunidades a buscarem recursos públicos em órgãos do estado. Uma região que tenha várias comunidades certificadas com processos de titulação em curso, pode almejar recursos públicos e tem mais força política para negociar investimentos e outras melhorias para as comunidades.

teriam a proteção da união. (PARAGUAI, Lilian. Entrevista concedida a Juliana Gazzinelli. Brumadinho, 2018)

A partir disso, de acordo com Lilian Paraguai, o Incra/MG acelerou o processo, passando as comunidades de Brumadinho na frente de outras 120 que estavam com o processo aberto, mas que não passavam por nenhum conflito ou risco de perder as terras, naquele momento.

A equipe de antropólogos foi então contratada, como vimos anteriormente, e, segundo Lilian e alguns moradores locais, o antropólogo responsável ficaria morando nas comunidades durante todo o tempo destinado à pesquisa antropológica. De acordo com os entrevistados e, como vimos nos documentos, foram feitas reuniões para apresentação dessa equipe para cada comunidade, para que fosse iniciado o trabalho de pesquisa com o aval dos moradores locais.

Lilian conta que, “pela primeira vez, Brumadinho ia ter uma pesquisa científica, por uma equipe de antropólogos, que são formados pra isso e fariam o levantamento do histórico das comunidades quilombolas do município” (Lilian Paraguai, 2018).

Os moradores entrevistados e a vereadora contaram que o padre da igreja de Marinhos colaborou com os trabalhos, convocando a comunidade para as reuniões e assembleias, realizadas na igreja. Lilian Paraguai, em entrevista, deu foco a uma reunião específica, que aconteceu em Marinhos, no dia 27 de fevereiro de 2013, para as comunidades.

A reunião foi muito boa, com a participação de todo mundo. Todo mundo animado. Trataram muito bem a equipe de antropólogos. Nesse dia, aliás, estava somente um dos antropólogos. Aí, um morador de Marinhos, da região lá. Não sei exatamente onde ele

mora, mas é entre Ribeirão e Marinhos. Ele se ofereceu para alugar o antropólogo. [...] se ofereceu para hospedar o antropólogo para ele fazer a pesquisa. Aí nós íamos fazer uma reunião em Marinhos, depois da reunião de Ribeirão e, depois da reunião de Marinhos, os dois foram pra casa. Aí, esse senhor, que é um dono de chácara – não é negro – foi levando o antropólogo com ele. Aí no dia seguinte [...] esse antropólogo me liga para falar que estava em Brumadinho e havia sofrido uma ameaça. Me ligou pra saber o que a gente fazia... que ele fazia... (PARAGUAI, Lilian. Entrevista concedida a Juliana Gazzinelli. Brumadinho, 2018)

À época presidente da Casa dos Conselhos de Brumadinho, Lilian Paraguai conta que pediu ao antropólogo que a encontrasse lá, para conversarem, entenderem o que havia acontecido e tomarem as providências cabíveis. Segundo ela:

Ele contou o seguinte: esse morador de chácara da região, que não é negro e, portanto, não se considera quilombola, chegando em casa, a conversa mudou completamente e ele começou a dizer pro antropólogo que as comunidades não queriam o reconhecimento. Não queriam a titularidade do território e que ele tinha que ir embora e que era melhor para todo mundo, que ele fosse embora e ele foi até a cozinha. Quando ele voltou da cozinha, ele colocou em cima da mesa uma carteira e uma arma. Um revólver, que o antropólogo entendeu como uma ameaça velada. E aí, foram dormir. Seis horas da manhã do dia seguinte, o dono da casa bate na porta do quarto onde o antropólogo estava dormindo e fala para ele arrumar as coisas dele, que ele ia levar ele pra rodoviária. E foi o que ele fez. Mas, o antropólogo disse pra ele, que não podia sair dali sem conversar com a comunidade primeiro, com as lideranças. Ele disse que não iria para a rodoviária sem antes conversar com as pessoas. (PARAGUAI, Lilian. Entrevista concedida a Juliana Gazzinelli. Brumadinho, 2018)

Foi então que, ainda segundo Lilian, eles foram na casa de aproximadamente duas pessoas, conversaram, sem se lembrar do teor da conversa. Depois do relato do antropólogo à Lilian, eles decidiram que seria melhor conversarem com a comunidade para tomarem alguma decisão, pois a



ameaça veio “desse sr. que é só um dono de uma chácara, que nem se considera quilombola, mas que está em território quilombola” (Lilian Paraguai, 2018).

Após o ocorrido, Lilian conta que os moradores das comunidades contaram a ela que esse mesmo sr., o dono da chácara, foi até as casas de cada um dos moradores de Marinhos:

[...] falando mal do Incra, falando mal dos antropólogos. Falando que... colocando na cabeça das pessoas que, depois, elas não iam poder vender as suas propriedades de jeito nenhum. Depois que virasse propriedade protegida pela união e que eles iam perder o único bem que eles tinham, único lote, única casa. (PARAGUAI, Lilian. Entrevista concedida a Juliana Gazzinelli. Brumadinho, 2018)

A vereadora contou ainda que fazendeiros da região se reuniram, junto com representantes do Instituto Inhotim e parentes do prefeito, e se posicionaram contra a regularização fundiária das comunidades. Não há registros dessa reunião e os moradores locais preferem não falar sobre. Na opinião da vereadora, esse grupo se reuniu pelo “medo de perder território, a terra. [...] Acredito que o medo dos fazendeiros foi esse e eles começaram a articular para não permitir que o território fosse reconhecido” (Lilian Paraguai, 2018).<sup>53</sup>

A vereadora conta que os moradores de Marinhos, além de terem “divisões internas que acabam atrapalhando, não tinham tido discussões mais aprofundadas, com essa questão dos enfrentamentos contra os fazendeiros.

---

<sup>53</sup> De acordo com as leis brasileiras, já citadas nessa pesquisa, uma comunidade reconhecida pela Fundação Palmares, como quilombola, não garante o direito à terra, se não tiver o território regularizado legalmente. Entretanto, é o primeiro passo para que o processo no Incra, seja aberto e a comunidade tenha sua terra protegida por lei.

Eles tiveram medo do que poderia ser o reconhecimento do território, pelo Incra” (Lilian Paraguai, 2018).

Então ela conclui que aquele movimento, que teve seu apoio, não poderia ser imposto por ela, ou quem quer que fosse, se não pelos próprios quilombolas. Era um processo em que as comunidades, nesse caso, Marinhos, deveria decidir. Coube à comunidade, então, optar pela paralisação ou não do processo de regularização fundiária. Assim, fizeram mais duas reuniões para que essa decisão fosse tomada e informada ao Incra/MG. Lilian conclui a entrevista alegando que, para ela, “foi um equívoco”.

Apenas recentemente, após seis anos da paralisação do processo, que a vereadora teve notícia, através dos moradores de Marinhos, que eles também foram ameaçados, “de forma velada”. Na época, os moradores não contaram a ela o que disseram ter ocorrido e apenas decidiram não prosseguir com o processo de regularização fundiária. Para Lilian, os próprios moradores também ficaram com medo de que, uma vez a comunidade com seu território regularizado, não fosse possível vender propriedades, futuramente, para terceiros. “Isso é um conflito que a pessoa tem que decidir. Se tivessem mesmo um coletivo forte, com uma tradição forte, de organização popular, eles não iam pensar duas vezes” (Lilian Paraguai, 2018).

Em entrevista com os moradores locais, todos pediram para que fosse desligado o gravador ao falarem sobre esse pedido de paralisação. Alegaram haver muito conflito entre eles, inclusive ameaças de morte. Pediram para que não fossem citados nomes, mas disseram não haver problema em contar o que aconteceu.

De acordo com eles, a maior parte dos moradores de Marinhos não entendia muito bem o que seria aquele processo de regularização fundiária iniciado pelo Incra/MG. Os entrevistados disseram que, após algumas reuniões, ficou decidido que essa regularização não era interessante e que alguns, “mais entendidos do assunto”, segundo eles, se beneficiariam com a posse de terras, não tituladas até então.

O que ocorreu foi a pressão dos moradores que acreditavam que as terras ficariam para alguns privilegiados da comunidade (como o presidente da associação, o vice-presidente e outros membros), para que o processo iniciado pelo Incra/MG, fosse interrompido.

Para que não causasse um maior conflito e uma desunião dos integrantes da comunidade, a associação de moradores acatou o pedido de paralisação da regularização fundiária de Marinhos. A decisão, segundo os moradores entrevistados, foi tomada em conversas informais, por medo das ameaças que alguns estavam sofrendo.

Sem entrar em mais detalhes sobre o assunto, todos disseram que, analisando hoje a situação, a escolha por não regularizar a terra pelo Incra/MG foi a melhor. Os entrevistados disseram que a comunidade sofreria uma desunião e que o que eles queriam inicialmente, que era impedir a retomada da mina da Serrinha, da Ferrous, nas proximidades, foi conseguido.

É possível perceber, a partir dos relatos, dos rumores e conversas, a divisão entre dois grupos estabelecidos, da comunidade, unidos na busca de se reconhecerem politicamente como quilombolas, pelo medo de perder a terra para atores externos, os *outsiders*, mas que se divergem internamente entre os que são considerados detentores do poder e os menos privilegiados. Entre

rumores e especulações que pude ouvir, em momentos que estive em Marinhos para a realização dessa pesquisa, as lideranças locais eram vistas como um grupo que se interessava pela regularização das terras, para benefício próprio, enquanto os outros, de mesma base local, seriam prejudicados com a tomada de seu território, por seus pares.

A vereadora Lilian Paraguai conta que, até esse ponto, de desistência da regularização fundiária da comunidade de Marinhos, a mineradora Ferrous também já estava em momento de desistência da retomada da mina da Serrinha e o Monumento Natural da Serra da Moeda, foi enfim, criado.

### **3.4 A luta por reconhecimento jurídico e social a partir da teoria crítica do reconhecimento**

As relações das comunidades quilombolas com o Estado são percebidas no desenvolvimento e na implantação das políticas públicas citadas neste estudo, e é importante compreender como as leis e direitos são percebidos e entendidos pelos sujeitos, coletivos e individuais, dessas comunidades.

Veena Das e Deborah Poole (2004) utilizam, na coletânea de artigos organizada por elas, o termo “margens do Estado” para se referir aos modelos de organização e de gestão de determinados territórios. As autoras enfatizam que as populações marginalizadas não são subalternas do Estado e nem agem passivamente. Ao contrário, se movem desenvolvendo estratégias em relação à garantia de seus direitos, criando um vínculo com o poder público, como meio de sobrevivência e permanência para sua construção social e política (DAS; POOLE, 2004). Para as autoras, o Estado se constitui em diálogo com as margens, sendo um agente em constante atualização perante a complexa dinâmica social (DAS; POOLE, 2004).

A respeito da relação entre Estado e sociedade, Bourdieu (2011) aponta que o Estado é detentor de um poder simbólico, sendo um “campo” que representa e estrutura uma sociedade. No caso das comunidades quilombolas, seus direitos estão resguardados pela Constituição. Entretanto, “[...] o Estado tem a capacidade de regular o funcionamento dos diferentes campos, seja por meio de intervenções financeiras [...], seja através de intervenções jurídicas” (BOURDIEU, 2011).

A relação entre os líderes das comunidades ou sociedades e o poder local é a de parceria. Isso posto, é importante enfatizar que os agentes sociais são

sujeitos de poder perante o Estado e agem como atores sociais e políticos na luta por seus direitos.

No caso dessa pesquisa, como vimos, a comunidade quilombola de Marinhos agiu na busca por seus direitos, acionando o Estado e atores locais. O autorreconhecimento legal de Marinhos, como remanescente de quilombo, simbolizou uma grande conquista ideológica para a comunidade, como sujeitos pertencentes a um grupo étnico. Mas reconhecimento jurídico deveria ser acompanhado de reconhecimento social de tal forma que um não apague ou sobressaia o outro.

A importância do reconhecimento do sujeito pode ser vista por dois vieses: o pessoal e o social. Segundo Santos (2012, p. 40), “no plano íntimo, a identidade tem de ser reconhecida e, no plano social, ela é moldada nas relações dialógicas com o outro”. A política de reconhecimento de Charles Taylor (2000, p. 249) afirma que o “reconhecimento igual não é apenas uma modalidade das sociedades democráticas saudáveis, mas, sua recusa, pode prejudicar aos que esse reconhecimento é negado”. Podemos dizer então que, a partir dessa teoria, o reconhecimento ocorre na esfera pessoal, tratando-se de identidade do sujeito, e na esfera pública, com o reconhecimento político e social. Para Patrícia Mattos, “a luta por reconhecimento é também uma afirmação da diferença, uma vez que ela pede reconhecimento da identidade específica de um grupo” (MATTOS, 2009, p. 11).

Analisando o panorama que envolve a comunidade de Marinhos, pode-se dizer que sua luta pelo reconhecimento jurídico e social envolveu os sujeitos na afirmação de uma identidade própria, mas que necessitava de uma busca

política para alcançarem o reconhecimento social e político, imposto pela sociedade.

De acordo com Bárbara Santos (2012, p. 1), “a política do reconhecimento representa um debate fundamental na teoria política contemporânea”, sendo desenvolvida pelo já citado Charles Taylor e pelo filósofo e sociólogo alemão Axel Honneth, “que buscaram conceitualizar a origem das injustiças culturais através de uma teoria do reconhecimento”. Contribuindo nesse debate, Santos afirma que para a filósofa norte-americana Nancy Fraser apenas a questão cultural não é suficiente para “pensar formas de dominação social e tipos de conflitos político e social nas sociedades atuais” (SANTOS, 2012, p. 1).

Para Fraser, um aspecto fundamental, e aqui refletindo sobre as comunidades quilombolas, é a sobreposição dos diversos elementos do “reconhecimento de identidades, e de direitos, de redistribuição material e simbólica e da representação política, os quais não podem ser limitados a determinadas categorias que possuem significados estagnados” (MARQUES; GOMES, 2013, p. 138).

Simone Ritta dos Santos (2012) analisa em sua tese a luta pelo reconhecimento das terras das comunidades quilombolas. Em sua pesquisa, ela afirma que, para Charles Taylor, a discussão sobre política de reconhecimento, na contemporaneidade, mostra uma tensão entre a identidade a partir do sujeito, que não é seguida de um “reconhecimento imediato e de uma identidade forjada coletivamente, nas sociedades tradicionais ou hierárquicas, cujo reconhecimento ocorre pela posição social e pelos papéis que o sujeito assume num determinado contexto” (SANTOS, 2012, p. 40).

A autora ainda continua a sua análise ao afirmar que, para Taylor, é a necessidade de o sujeito ser reconhecido que induz modelos e formas de reconhecimento público da sua identidade, impostas pela sociedade. A negação desse reconhecimento acarreta em danos morais, sociais e políticos aos sujeitos onde só há reparação social por meio de uma política de reconhecimento (SANTOS, 2012).

Carril (2017) analisa a luta pelo reconhecimento e conclui que, para ele, essa luta é referente aos processos de rebaixamento moral, desrespeito à marginalização e ignorância dos direitos de sujeitos, de ser e existir em suas mais variadas formas. Os danos causados podem ser morais e jurídicos, pois se trata de pensar sobre a degradação de um sujeito pertencente a um grupo maior e os prejuízos causados em sua vida, sua dignidade e sua autoestima (CARRIL, 2017, p. 539-564).

Em seu artigo, Carril cita o cientista político Rúrion Melo que também faz uma análise sobre a teoria crítica do reconhecimento de Axel Honneth:

E a chave para Honneth analisar os conflitos sociais é a tipologia das formas de reconhecimento e as correspondentes formas de desrespeito [...]. O que importa mostrar é a lógica dos conflitos que se originam de uma experiência social de desrespeito, de uma violação da identidade pessoal ou coletiva, capaz de conduzir a uma mobilização política para restabelecer as relações de reconhecimento mútuo ou expandi-las a outro patamar. (MELO, 2014, p. 23 apud CARRIL, 2017, p. 539-564)

Dentro desse contexto colocado por Melo, os conflitos sociais podem ser gerados a partir do não reconhecimento social, da identidade dos sujeitos individuais ou coletivos, que acabam recorrendo ao reconhecimento político para



que uma relação de respeito seja estabelecida. Honneth traz essa noção de conflito a partir do reconhecimento, como:

[...] um processo prático no qual as experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir como motivos da ação, na exigência coletiva para relações ampliadas de reconhecimento". (HONNETH, 2003, p. 138)

Os grupos que lutam por reparações e reconhecimento jurídico e social, atualmente, buscam se inserir politicamente para a "garantia" e igualdade de seus direitos. Axel Honneth (2003) defende a ideia de que, na contemporaneidade, quando os sujeitos são reconhecidos juridicamente, seu status de marginalizado pela sociedade é rompido, tornando-o igual perante a todos, desencadeando sua autonomia e participação na esfera pública.

Quando esses sujeitos são reconhecidos, não existe mais, politicamente, uma distinção social. Passam a deter reputação social e dignidade, perante a lei. Para Simone Ritta dos Santos, na teoria do reconhecimento de Axel Honneth,

a dimensão da estima é central nas lutas por reconhecimento, pois torna visíveis as novas formas de distinção identitária, constituídas na esfera da solidariedade. Nessa perspectiva, os processos culturais adquirem um conteúdo político e também econômico na medida em que se apresentam como projetos contra-hegemônicos que questionam os padrões avaliativos existentes. (HONNETH, 2003 apud SANTOS, 2012, p. 43)

Segundo Santos, "enquanto Honneth situa sua discussão no plano normativo dos conflitos sociais, a preocupação de Nancy Fraser centra-se no plano da justiça social e na distribuição" de bens e recursos dada pela posição

dos autores nas relações de produção, que independe do reconhecimento (SANTOS, 2012, p. 43).

Ainda segundo Santos, para Fraser, “há uma crescente perda da centralidade do conceito de classe em virtude da mobilização dos movimentos sociais em torno dos ‘eixos da diferença’” (FRASER, 2003 apud SANTOS, 2012, p. 43). Nancy Fraser acredita que o reconhecimento e distribuição são questões de justiça social, sendo o primeiro, uma questão cultural e o segundo, uma questão material.

Fraser (2003) defende que a teoria social do reconhecimento é ligada a teoria da distribuição, não sendo, então, perspectivas excludentes, como defendem outros autores.

Ver o reconhecimento como uma questão de justiça é trata-lo como um caso de status social. Isto significa examinar padrões institucionalizados de valores culturais, pelos seus efeitos nos padrões relativos dos atores sociais. Quando estes padrões constituem atores como pares, capazes de participarem em condições de igualdade um com outro na vida social, então podemos falar de reconhecimento recíproco e igualdade de status. Quando, em contraste, padrões institucionalizados de valor cultural constituem alguns atores como inferiores, excluídos, totalmente outros, simplesmente invisíveis, isto é, menos que um parceiro completo na interação social, então nós falaremos de falso reconhecimento e status subordinado”. (FRASER, 1997, p. 29)

A autora entende que nem reconhecimento e nem distribuição são fatores que dão conta da justiça como um todo. Para que isso aconteça, existe a necessidade de um conceito amplo que se utilize de discussões mais plausíveis sobre igualdade social e de reconhecimento da diferença (FRASER, 2003).

Para Fraser, reconhecimento cultural e uma distribuição justa são categorias fundamentais da justiça e necessitam de reivindicações, sem que

uma se sobressaia sobre a outra, havendo uma paridade de participação. Fraser aponta que é fundamental “uma justiça que requer arranjos sociais que permitam todos os membros adultos da sociedade interagirem como pares” (FRASER, 1997, p. 29).

Essa ideia de paridade de participação é fundamental para a concepção de reconhecimento, segundo a autora. Para ela, essa paridade significa interação igualitária da sociedade, a partir de certos acordos sociais. Para isso,

[...] devem-se cumprir duas condições: a paridade participativa, que prevê a distribuição de recursos materiais de maneira que garanta a independência e a voz de todos os participantes e a condição intersubjetiva de paridade participativa, que requer que os padrões institucionalizados de valor cultural expressem o mesmo respeito a todos os participantes e garantam a igualdade de oportunidades para conseguir a estima social. (SANTOS, 2012, p. 43)

Para Fraser, o que impede a paridade de participação é a injustiça e subordinação em termos de estrutura de classe e hierarquia, gerando uma má distribuição, e o status, gerando a ausência de reconhecimento. Fraser afirma que o reconhecimento tem relação com os efeitos do status, dos padrões institucionalizados e posição social dos sujeitos. Já a distribuição se relaciona diretamente com a divisão de recursos econômicos, demonstrado pela classe social dos sujeitos.

Sendo assim, a dimensão econômica e a dimensão cultural acabam sendo, para a autora, obstáculos para a paridade participativa. Os obstáculos da dimensão política à paridade participativa são os mecanismos que excluem a participação, ou seja, a injustiça conferida a certos atores sociais, marginalizados

e excluídos social e economicamente, sendo a democratização, a forma de solução.

Axel Honneth, em seu artigo denominado “Redistribuição como reconhecimento: uma resposta à Nancy Fraser”, critica a autora ao dizer que ela não utiliza o significado do termo reconhecimento, como o atribuído por ele. E Fraser critica Honneth, por pensar que seu significado de reconhecimento é uma visão “culturalista e reducionista da distribuição” (FRASER, 2007, p. 117):

Supondo que todas as desigualdades econômicas estão enraizadas na ordem cultural, que privilegia algumas formas de trabalho em detrimento de outras, ele acredita que a alteração dessa ordem cultural é suficiente para prevenir todo tipo de má distribuição (HONNETH, 1995 apud FRASER, 2007, p. 117). De fato, entretanto, nem toda má distribuição é um subproduto do não reconhecimento. (FRASER, 2007, p. 117)

Entretanto, para Honneth, reconhecimento não remete somente e diretamente à cultura, mas às expectativas morais dos sujeitos, na sociedade, perante seus pares. Na teoria de Honneth, os sujeitos de um grupo social, criam, de acordo com Bressiani (2011),

expectativas morais em diferentes esferas de reconhecimento”: amor, respeito e estima, que, quando rompidas, podem gerar um sentimento de desrespeito e injustiça. Se assim acontecer, esse sentimento pode acabar gerando conflitos sociais, que o autor entende como uma luta por reconhecimento do sujeito. (BRESIANI, 2011, p. 331-352)

Para Fraser (2003), nessa visão, existe uma priorização das questões de natureza cultural e certo desprezo à distribuição ou às relações de subordinação.

Para ser exata, alguns teóricos do reconhecimento estão conscientes da importância da igualdade econômica e procuram acomodá-la em suas abordagens. Porém, mais uma vez, os resultados não são totalmente satisfatórios. Axel Honneth, por exemplo, assume uma visão culturalista reducionista da distribuição. (FRASER, 2007, p. 117)

Axel Honneth (2003) desenvolve uma ligação entre o material e o simbólico, que, segundo ele, foram pensados separadamente por Nancy Fraser.

Opõe-se à centralidade dos movimentos sociais como indicadores de conceitos normativos para a teoria crítica e chama atenção para a necessidade de desmistificar a luta pelas identidades dos movimentos sociais, pois apenas um pequeno número encontra reconhecimento nela. Para enfrentar estas questões, Honneth propõe uma “teoria do reconhecimento suficientemente diferenciada”, tratando a distribuição como decorrência do reconhecimento. (PINTO, 2008, p. 42)

Na análise de Pinto (2008), Honneth não é um culturalista como Taylor e defende que a luta por reconhecimento não é meramente cultural, mas também de caráter moral. Para Honneth, é impossível separar lutas por reconhecimento de lutas por redistribuição, sendo a primeira, uma forma de luta que substitui lutas de classe e lutas de distribuição.

Para Honneth, a distribuição é decorrente do reconhecimento, e as lutas pela distribuição são também lutas pelo reconhecimento. Bressiani analisa essa teoria:

Nesse sentido, tanto as lutas por redistribuição material quanto aquelas por reconhecimento cultural seriam abarcadas pela teoria honnethiana do reconhecimento, na medida em que o sentimento de injustiça que as desencadeia também decorre de violações de expectativas de reconhecimento. (BRESSIANI, 2011, p. 331)

Na análise sobre teoria do reconhecimento, elaborada por Santos (2012, p. 45), Honneth aponta que a questão da paridade participativa, desenvolvida por Fraser, não leva em conta o “campo jurídico, enquanto referência normativa ao princípio da igualdade”, como dimensão central em que ocorrem as lutas pelo reconhecimento.

Para a autora, a dialética do reconhecimento progride o indivíduo à esfera universal, aplicando-se o princípio do reconhecimento mútuo, tornando o sujeito livre para fundar, com base no consenso racional, as relações vigentes de reconhecimento (SANTOS, 2012).

As análises que trouxemos até aqui, comparando Honneth e Fraser, são de grande relevância, contribuindo, ambas, com conceitos diferentes, para a teoria crítica do reconhecimento. Fraser, ao desenvolver uma ideia bidimensional, adota uma posição intermediária àquelas sustentadas por Honneth e contribui com o desenvolvimento de suas ideias, preocupada com as múltiplas expressões da questão social, retratadas na injustiça de classe e da importância do desenvolvimento de políticas públicas, como método de reparação da má distribuição. Já a teoria de Axel Honneth compreende que as injustiças, a negação cultural e exclusão de um grupo social acabam resultando em lutas em busca de reconhecimento social e jurídico.

As teorias de ambos se aproximam em alguns aspectos. Entretanto, a controvérsia entre Fraser e Honneth (2003) a propósito da bidimensionalidade, distribuição e reconhecimento, e do conceito de reconhecimento dado por cada um, contribui, aqui, com teorias e conceitos para entendermos casos como o das comunidades quilombolas no Brasil.

As teorias de reconhecimento e distribuição inicialmente elaboradas por Honneth e Fraser parecem não dar conta da complexidade da questão brasileira.

A ideia de paridade de participação proposta por Fraser remete a alguns questionamentos, visto que pressupõe uma condição de igualdade entre os sujeitos nas lutas por reivindicações no espaço público dado pela igualdade e justiça social institucionalmente garantida. Se, no contexto norte-americano, as concepções de cidadania estão consolidadas, pois as condições de classe e status não sofrem diferenciações tão significativas, no caso brasileiro, essa concepção ainda é objeto de múltiplas diferenciações. (SANTOS, 2012, p. 45)

A questão das comunidades quilombolas parece estar mais ligada a invisibilidade dos sujeitos, e ao esquecimento do reconhecimento inicial, tratado por Honneth. Fraser propõe a paridade participativa, mas que, aqui, e no caso dos quilombolas, não se aplica. Para ela, “a questão do Estado e do político [...] é fundamental, pois não há possibilidade de justiça social ou paridade participativa sem uma instância que possa intervir, a partir de um regramento universal.” (FRASER, 2008, p 50).

No Brasil, as lutas pelo reconhecimento legal, no caso dos quilombolas, se iniciam no autorreconhecimento. Para que os sujeitos desses grupos tenham seus direitos garantidos por lei, é preciso afirmar sua identidade étnica, sua territorialidade.

A noção de identidade, nesse processo, é particularmente importante, pois ela pode contribuir como um fator que desencadeia o surgimento e a luta dos sujeitos sociais. A paridade participativa, portanto, não é garantida institucionalmente, ao contrário, pressupõe sujeitos que se auto reconheçam e sintam-se, de algum modo, motivados para a participação política. (SANTOS, 2012, p. 46)

No Brasil, entre os autores que estudam a teoria crítica do reconhecimento, Celi Regina Jardim Pinto (2008, p.39), ao discutir a questão, toma como exemplo as lutas do movimento negro, onde a noção de autorreconhecimento é fundamental, já que “não existe política que provoque mudança de status na condição de negro, se o negro não se reconhece como tal (como sujeito dominado)”. A autora dá o exemplo das leis antirracistas, que, no Brasil, apesar de serem antigas, “somente vieram a ter alguma realidade como lei no momento em que os negros começaram a se reconhecer como sujeitos sobre os quais agia o preconceito” (PINTO, 2008, p.39).

Como vimos, Fraser não considera que seja necessário o autorreconhecimento pelos sujeitos, para alcançarem seus direitos. Já na teoria do reconhecimento de Honneth, a lei antirracista não seria o suficiente para as comunidades quilombolas na luta por reconhecimento.

Ao pensarmos no caso quilombola, o que leva as comunidades a lutarem por reconhecimento pode ser visto pela perspectiva da história das relações sociais desiguais, que marcaram sua inserção na sociedade. O racismo e o preconceito contra negros e sua cultura fizeram com que, historicamente, os sujeitos se tornassem subalternos socialmente, sendo a falta de seu reconhecimento, a negação desses sujeitos, de participarem como iguais, da esfera social. Essa negação ainda envolve questões de direito a terra em que ocupam, que, nas leis do Estado, só são garantidas com o autorreconhecimento dos sujeitos coletivos.

Santos (2012, p. 46) reflete sobre a questão brasileira, como “fruto de um não reconhecimento da própria autonomia, individual”. O negro, no Brasil, não é visto como sujeito de sua própria história e é muito difícil, em um país onde ser



negro é historicamente negado, os sujeitos se reconhecerem no sentido identitário, cultural e político, na sociedade.

Em outro nível, por razões de identificação coletiva, eles não são reconhecidos em suas singularidades ou particularidades individuais, pois a cor da pele e o cabelo, por exemplo, são elementos que sofrem um julgamento estético negativo

O reconhecimento ocorre na interação intersubjetiva com o outro por meio de padrões morais de uma identidade socialmente construída nos seus contextos. O reconhecimento jurídico das normas representa outra dessas dimensões do reconhecimento na busca da igualdade e dos direitos: o êxito ou a valorização dessa identidade como socialmente útil e importante; essas dimensões completamente dissociadas das imagens negativas ou estigmatizadas que marcaram suas trajetórias históricas (SANTOS 2012, p. 46-47).

O autorreconhecimento quilombola acaba sendo impulsionado pela tentativa de buscar resistência política e direitos, a partir de um perigo iminente, como o risco de perder a terra e, também, pelo reconhecimento social, muitas vezes negado.

O reconhecimento jurídico representa também o reconhecimento na busca da igualdade e de direitos. Ao serem reconhecidos pela esfera política, esses sujeitos coletivos são valorizados e elevados a uma importância social que, supostamente, tira-os do estigma de comunidades com imagem negativa e trajetórias históricas trágicas.

A análise proposta neste subitem do capítulo 3 nos mostra que, em relação a essa pesquisa, na comunidade de Marinhos, percebe-se que esse reconhecimento legal como quilombola pode ser buscado pela noção de identidade, pertencimento, mas também por busca de reconhecimento político perante o Estado e sociedade.

O reconhecimento legal dessas comunidades quilombolas constitui também, nas lutas dos sujeitos individuais que buscam o reconhecimento de suas identidades, o acesso aos bens e recursos públicos.

Essa busca política por direitos e reconhecimento, como o caso das comunidades quilombolas, é analisada na tese do cientista político Leonardo Avritzer, citado por Pinto (2008, p. 52):

Apenas uma concepção política pode levar à constituição de um novo status cujo elemento principal precisa ser o reconhecimento pela totalidade da comunidade política de uma falha na sua concepção de justiça. A correção desta falha que pode surgir ou do diálogo ou da luta social deve corresponder a novos direitos cuja institucionalização política é condição *sine qua non* para a sua vigência. Em um momento no qual países como o Brasil, a África do Sul e a Índia passam a implementar políticas afirmativas que buscam reparar danos causados por uma dominação perversa tanto privada quanto estatal, é fundamental que o reconhecimento abandone o campo do *self* e se implante definitivamente na arena política legal". (AVRITZER, 2007, p. 8 apud PINTO, 2008, p. 52)

A política de reconhecimento das comunidades quilombolas se deu constitucionalmente, de início, por meio da garantia do direito aos territórios historicamente ocupados e à valorização da história e memória das populações negras. Apesar de os direitos serem uma questão jurídica, eles atuam, também, como referência de valor e aceitação a partir das organizações dos grupos sociais. As comunidades quilombolas, entretanto, se organizaram na sociedade e na esfera política na busca pela efetivação e igualdade de direitos.

As autodeclarações de diversos grupos acabam gerando reivindicações por seus direitos e em uma conseqüente organização de movimentos políticos nos territórios em que se reconhecem (ALMEIDA, 2004, p. 166). Para Carril (2017, p. 538- 564), esse autorreconhecimento dos sujeitos coletivos "tem se

dato em virtude de suas próprias demandas sociais e territoriais”. As comunidades acionam o poder público para o reconhecimento de sua história, memória, seus modos de vida e uma narrativa de si, da coletividade e da relação com o território em que se encontram.

A busca política pelo reconhecimento das comunidades quilombolas e a sua luta pela terra, no Brasil, envolve relações sociais, culturais e políticas. É, muitas vezes, iniciada pelas determinações objetivas impostas pelas políticas do Estado, mas, por trás disso, também existe uma mobilização de uma pluralidade de sujeitos individuais e coletivos, valendo-se de elementos culturais e étnicos que se expressam para além das questões políticas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há, como se sabe, muitos estudos sobre titulação de terras quilombolas. Estudos que se dedicam à variedade de possibilidades de análises das comunidades, suas construções de identidades étnicas, as peculiaridades de cada caso quando de seus processos de regularização fundiária e, não raramente, disputas territoriais.

Em Minas Gerais, a história do grupo quilombola dos Amaros foi objeto de estudo de Maria Ester Santana (2015). Segundo Santana, os Amaros lutaram para recuperarem o território que os pertencia há mais de um século. O território lhes havia sido tomado gradativamente, de forma ilegal, entre o fim do século XIX e início do século XX. A autora analisa os caminhos escolhidos pela comunidade que, na década de 1980, já com a presença de uma mineradora no território anteriormente tomado, lutou pelo direito de retomar a terra.

Como analisado ao longo desta tese, as comunidades quilombolas têm por lei o direito de serem reconhecidas como tal e de terem regularizadas as suas terras, se assim desejarem. Entre as diferentes razões pelas quais a maior parte das comunidades quilombolas no país, reconhecidas legalmente como quilombola, pela Fundação Palmares, tomou a decisão de regularizar suas terras, nos fazem pensar em como essas terras podem significar, em algumas comunidades, a garantia de sua própria identidade.

No Rio de Janeiro, a comunidade de Alto da Serra, no Vale do Paraíba, foi objeto de estudo do antropólogo André Videira de Figueiredo (2011). O autor analisa como a política de reconhecimento étnico e de direito à terra, dados pela Constituição de 1988, abriu espaço para que comunidades quilombolas se configurassem como sujeitos de direitos. Conforme assinalado na introdução

desta tese, Figueiredo concluiu que a construção da identidade étnica é resultado do exercício coletivo de interpretação constitucional, para o seu reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo.

No Pará, Cleiton Lopes Cabral (2017) estudou a comunidade de Gurupá, na Ilha dos Marajós. As heranças coloniais naquele lugar, segundo Cabral, conduziram uma postura política de manutenção dos conflitos, na qual a comunidade quilombola Gurupá aparece em desvantagem. Neste estudo, Lopes analisa como os rizicultores desencadearam disputas territoriais por recursos naturais importantes para o quilombo de Gurupá.

Após a revisão da literatura sobre comunidades quilombolas e os caminhos tomados na busca de reconhecimento jurídico, social e de direitos territoriais, a escolha de estudar Marinhos como objeto dessa pesquisa se deu porque, de acordo com Luci Rodrigues, chefe do Serviço de Regularização de Território Quilombola do Incra/MG, Marinhos faz parte de grupo raro de comunidades que interromperam seu processo de regularização fundiária. Entre as 196 comunidades quilombolas com processo aberto pelo Incra/MG, apenas outras duas localidades do estado de Minas Gerais – nos Municípios de Chapada do Norte e Divino – tiveram caso parecido ao de Marinho, no qual o processo de regularização fundiária foi interrompido por decisão da própria comunidade.

Também me despertou interesse o fato da singularidade de a história de Marinhos compor – dentre as diferentes lutas, movimentos e caminhos perseguidos pelos quilombolas no Brasil –, uma das diversas formas de garantia de território, sem unanimidade entre as pessoas daquele lugar, pela regularização legal. Originalmente rural, em um município de região

metropolitana de Belo Horizonte, a comunidade buscou pelo direito de permanência ali, em seu território, visando perpetuar sua história e memória.

A questão em Marinhos também desperta interesse por envolver um conflito de rumores e versões a respeito dos processos de reconhecimento e titulação das terras. Composta majoritariamente por população rural afrodescendente, liderada pelo sr. Antônio Alves da Silva, o Cambão, em Marinhos, também há a presença de fazendeiros, além da própria base do local. Finalmente, a ação de órgãos jurídicos e de mediadores políticos, como a vereadora Lilian Paraguai, também eram importantes. Esse quadro compunha o cenário para um processo complexo de reconhecimento político e social, que teve o início motivado pelo medo de perda da terra para atores externos e que foi interrompido também pelo mesmo medo, mas agora, de perda da terra para atores internos, o que gerou intensos conflitos de territorialidade.

Motivados por um cenário de disputa territorial com agentes externos, as comunidades quilombolas contemporâneas aparecem em estudos que mostram diferentes casos nos quais seus integrantes, em busca pelo direito à terra e reconhecimento, se uniram em prol da regularização fundiária e reconhecimento jurídico como comunidade quilombola, construindo ou reconstituindo uma identidade étnica.

Marinhos também se uniu, como grupo étnico em busca de reconhecimento político, motivado por fatores externos – como a ameaça da mineradora em retomar suas atividades naquele território –, entretanto, a intenção desse reconhecimento e seus desdobramentos geraram tensões internas. Os quilombolas em Marinhos passaram a se sentir ameaçados uns pelos outros, o que criou conflitos de valores e interesses, principalmente, sobre

as questões de propriedade sobre a terra. Esse cenário fez com que a própria comunidade decidisse encerrar o que ela havia iniciado: o processo de titulação do território.

A busca pelo reconhecimento jurídico ou político, como quilombola, pela comunidade de Marinhos envolveu uma diversidade de motivações e posteriores conflitos internos, que puderam ser analisados nessa pesquisa. Primeiramente, ao decidir estudar o que envolveu os processos de reconhecimento e regularização fundiária dessa comunidade, o que chamava a atenção, inicialmente, nessa análise, eram as razões pelas quais a comunidade decidiu paralisar o processo iniciado pelo Incra/MG.

Após alguns meses de pesquisa, pudemos perceber que o que de fato constituía uma questão a ser analisada, era o início do processo, dado por um interesse inicial efetivo: o medo de perder a terra para a mineradora. Foi a partir da ameaça da mineradora Ferrous em reativar a mina da Serrinha que, aparentemente, atingiria a comunidade de Marinhos, que os quilombolas se uniram e fortaleceram sua luta em busca de reconhecimento como sujeito de direito, no campo social e político. Trata-se, portanto, de duas dimensões do reconhecimento: o social e o jurídico.

No caso das comunidades quilombolas é necessária a existência de um território, para a afirmação de sua identidade e, portanto, de um reconhecimento jurídico sobre sua condição étnica através de políticas públicas. O reconhecimento social como quilombola, contudo, ainda precisa ser construído no âmbito das relações culturais e sociais, como sujeitos de igualdade, mas de identidade própria.

Em Marinhos, todo o processo de reconhecimento quilombola e de regularização do território pôde ser analisado através de três versões: a base local, as lideranças comunitárias e a mediadora. Essa análise foi feita após a identificação dos atores envolvidos nos processos, as articulações e atuações, os objetivos de cada um, e as interferências na dinâmica e nos conflitos territoriais da comunidade quilombola de Marinhos.

Neste sentido, a leitura de cada um desses atores permitiu aprofundar o entendimento da forma como se tem configurado as relações conflituosas. Durante essa pesquisa, pudemos concluir algumas questões relevantes para o caso da comunidade de Marinhos e do cenário brasileiro sobre o reconhecimento político e social, que dizem respeito a populações marginalizadas, como as quilombolas.

A primeira questão que chama a atenção é a motivação dos moradores de Marinhos, em garantir suas terras, pelo perigo de perdê-las para a reativação da mina da Serrinha, da mineradora Ferrous. Esse medo fez a comunidade buscar alternativas para garantirem seus direitos e, assim, se convencerem de que o caminho era o reconhecimento quilombola.

As análises de documento e entrevistas de história oral puderam confirmar a unanimidade na vontade de se tornarem quilombolas, na intenção de afastarem o perigo da mineradora. Esse caminho político escolhido é um campo de poder, que exigiria uma estratégia para lidar com o Estado, com atores externos diferentes e com possíveis conflitos internos. Dessa demanda, e por interesse político e ideológico, o papel de mediadora da então vereadora Lilian Paraguai foi muito importante. Foi ela quem os quilombolas de Marinhos



acionaram buscando auxílio para lidar com as dificuldades com a linguagem jurídica, acesso à informação e a viabilização do processo ao qual recorreriam.

O reconhecimento quilombola pela Fundação Cultural Palmares então foi emitido, em 2010. A partir desse momento, iniciou-se, imediatamente, o processo para a regularização do território pelo Incra/MG. Alguns impasses impediram que a titulação fosse concluída e é nesse aspecto que foi possível observar as diferentes versões dos fatos ocorridos, a partir da coleta de dados para essa pesquisa.

Foi possível perceber que, no território de Marinhos, a organização e configuração dos grupos hierárquicos determinaram a dinâmica do processo para a titulação do território e geraram conflitos internos, que culminaram na paralisação das atividades iniciadas pelo Incra/MG. A identificação dos elementos de conflito a partir de fatos, rumores e versões permitiram a compreensão dos acontecimentos, decisões e relações dos diferentes grupos e agentes envolvidos nos processos de reconhecimento e de titulação do território.

A decisão do início do processo de regularização fundiária foi consensual, em um primeiro momento. Entretanto, esse consenso, quando analisado em suas múltiplas facetas, torna-se mais complexo e único. Nas três versões analisadas nesse estudo, pudemos perceber as diferentes motivações para que a titulação do território fosse interrompida.

Entre os quilombolas, a partir do momento em que o território de Marinhos passa a ser discutido na comunidade, para que fosse regularizado, por lei, garantindo que a propriedade passasse a ser da associação dos moradores, a própria base do local se volta contra essa decisão, devido a desigualdades hierárquicas constituídas pela própria comunidade, ocasionando conflitos de

interesse. Essa versão se deu entre conversas, fofocas e rumores enquanto estive presente na comunidade, para a realização dessa pesquisa, como vimos no terceiro capítulo.

A pesquisa empírica foi importante para perceber que entre um mesmo grupo quilombola, que se uniu para serem reconhecidos legal e socialmente como tal, existia uma divisão da comunidade entre a base que acreditava que aqueles de maior poder, liderança e articulação política seriam beneficiados com o processo de titulação do território, iniciado pelo Incra/MG.

As lideranças locais, por sua vez, entendiam, de acordo com as entrevistas, vivências e experiências durante a pesquisa de campo, que, tanto o reconhecimento como quilombola, pela Fundação Palmares, quanto a regularização fundiária, pelo Incra/MG, seria um beneficiamento da comunidade de Marinhos e uma garantia dos direitos dos quilombolas em relação ao perigo de perder as terras. Entretanto, por ameaças advindas de membros da própria comunidade, a paralisação do processo de titulação das terras foi a saída encontrada pelas lideranças locais.

Durante a pesquisa, ainda tivemos outra versão a respeito da decisão em paralisar o processo de regularização fundiária. A entrevista com a mediadora do processo e então vereadora Lilian Paraguai nos mostrou um outro ponto de vista dos fatos. Segundo Lilian, a comunidade permanecia unida na decisão de continuar o processo de titulação das terras, mas, por medo de ameaças externas, o processo foi paralisado por decisão dos quilombolas. A vereadora nos conta uma outra versão dos fatos, em que os fazendeiros, donos de terras nas proximidades eram as verdadeiras ameaças em relação à comunidade de Marinhos, caso seguissem com o processo iniciado pelo Incra/MG.

O interessante em coletar as informações e mostrar nessa pesquisa as diferentes versões dos fatos é que a própria comunidade detinha o poder sobre a busca pela garantia de seus direitos, recursos jurídicos e reconhecimento político e social, mas foram eles, os quilombolas, que interferiram para que a efetivação desses direitos não fossem concretizados. Podemos perceber que os conflitos territoriais, sejam eles por ameaças externas ou internas, geram também conflitos de interesses na organização social da comunidade, que demarca um limite entre o individual e o coletivo.

Essa fronteira de interesses na comunidade de Marinhos se expressa na mobilização política dos sujeitos ao buscarem o reconhecimento social e político por serem quilombolas, mas trava um conflito interno quando o indivíduo se sobressai ao coletivo, por diferenças construídas pela própria comunidade entre a base do local e as lideranças quilombolas, marcadas por uma hierarquização de poder e reconhecimento social.

É nesse contexto que essa pesquisa pode contribuir no processo de compreensão dos fenômenos que envolvem as relações sociais para o reconhecimento coletivo de uma identidade étnica comum, mas que envolve uma complexa dinâmica territorial, marcada por conflitos internos, por diferenciação social criada na própria comunidade, que, nesse caso, interferiu na garantia do direito à terra, como comunidade quilombola.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado.** *In:* Ouvir Contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBAGLI, Sarita. **Território e territorialidade.** *In:* LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo. Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília: Sebrae, 2004.

ALMEIDA, Alfredo. **Os quilombos e as novas etnias.** *In:* Quilombos: identidade étnica e territorialidade. O'DWYER, Eliane (org.). Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ALMEIDA, Alfredo. **Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia.** *In:* Oliveira, A. U.; Marques, M. I. M. (Orgs.). O campo no século XXI. Território de vida, de luta e de construção social da justiça social. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. p. 163-179.

ANJOS, Rafael. **Quilombos – Geografia Africana – Cartografia Étnica – Territórios Tradicionais.** 1ª ed. Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2009. p.190.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo:** antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP. EDUSC; São Paulo Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2005.

ARRUTI, José Maurício. "Uso comum, regularização fundiária e mercado de terras". *In:* **Prêmio Territórios Quilombolas.** Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2007, p. 230-235.

ARRUTI, José Maurício. **Quilombos.** *In:* PINHO, Osmundo (org.). Raça: novas perspectivas antropológicas. 2. ed. Salvador. ABA/Ed. da Unicamp/EDUFBA, 2008.

ARRUTI, José Maurício; FIGUEIREDO, André. **Processos Cruzados:** configuração da questão quilombola e o campo jurídico no Rio de Janeiro. Boletim Informativo NUER / Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas, Florianópolis. UFSC, v. 2, n.2, 2005.

AVRITZER, Leonardo. **Do Reconhecimento do Self a uma Política Institucional de Reconhecimento:** Uma Abordagem da Polêmica entre Axel Honneth e Nancy Fraser. Trabalho apresentado no 31o Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2007.

BARTH, Fredrick. **"Introducción"**. In: BARTH, Fredrick (org.), Los grupos étnicos y sus fronteras. México: Fondo de Cultura Económica, 1976. pp. 9-49.

BRASIL. Decreto n. 3.912, de 10 de setembro de 2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 set. 2001. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2001/decreto-3912-10-setembro-2001-395404-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 15 mai. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). **Regularização fundiária Quilombola**. Disponível em: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br). Acesso em 15 mai. 2017.

BRASIL. Texto constitucional de 05 de outubro de 1988. Artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Instrução Normativa n. 20, de 19.09.2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 set. 2005.

BRASIL. Instrução Normativa n. 49, de 29 de setembro de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 out. 2008.

BRASIL. Instrução Normativa n. 57, de 20 de outubro de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 out. 2009.

BRASILEIRO, Sheila; SAMPAIO, José Augusto. **Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba:** uma comunidade negra rural no oeste baiano. In: Quilombos: identidade étnica e territorialidade. O'DWYER, Eliane (org.). Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. 11ª ed. Campinas: Papirus, 2011.

CABRAL, Cleiton. **Conflitos territoriais na comunidade quilombola de Gurupá - APA arquipélago do Marajó/PA**. Tese de Doutorado submetida ao

Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: [repositorio.unb.br/bitstream/10482/31367/1/2017\\_CleitonLopesCabral.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31367/1/2017_CleitonLopesCabral.pdf). Acesso em jun. 2018.

CARNEIRO, Leonardo. **Requilombarse São Pedro dos Crioulos**: magia e religião em São Pedro de Cima. Mimeo, NuGea, UFJF, 2008. Disponível em: <http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/sao.pdf>. Acesso em 10 jul. 2017.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. **Os desafios da educação quilombola no Brasil**: o território como contexto e texto. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2017, vol.22, n.69, pp.539-564. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S141324782017000200539&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S141324782017000200539&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em mai. 2019.

CARVALHO, Maria Cecília. **Memória social e patrimônio ferroviário em Além Paraíba**. 2010. 161 f. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: [http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais\\_CarvalhoMC\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais_CarvalhoMC_1.pdf). Acesso em jan. 2019.

CEDEFES (Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva). **Apresentação Institucional**. Disponível em: [www.cedefes.org.br](http://www.cedefes.org.br). Acesso em 23 mai. 2017.

CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas). **Apresentação Institucional**. Disponível em: [www.conaq.org.br](http://www.conaq.org.br). Acesso em 23 mai. 2017.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.). **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. v 5. Rio de Janeiro: Editora 34. 1997.

FERREIRA, Helder, *et al.* Reformas ministeriais recentes e impactos na agenda das políticas públicas brasileiras: breve relato a partir dos debates no observatório de direitos e políticas públicas. **Boletim de Análise Político-Institucional**. nº 10. Observatório de Direitos e Políticas Públicas, Ipea, 2016. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7654/1/BAPI\\_n10\\_reformas.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7654/1/BAPI_n10_reformas.pdf). Acesso em 11 out. 2017.

FIGUEIREDO, André. **O caminho quilombola: sociologia jurídica do reconhecimento étnico**. 1ed. Curitiba: Appris, 2011.

FRASER, Nancy. **Justice interruptus critical reflection on the “postsocialist” condition**. New York: Routledge, 1997.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** Lua Nova, São Paulo, 70: 101-138, 2007.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribución o reconocimiento? Un debate político-filosófico**. Madrid: Ediciones Morata e Fundación Paidéia Galiza, 2003.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Apresentação Institucional**. Disponível em: [www.palmares.gov.br/](http://www.palmares.gov.br/) Acesso em 23 de maio de 2017.

FURTADO, Marcela; SUCUPIRA, Regina; ALVES, Cândida Beatriz. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Psicologia e Sociedade**, Spartaco Edições. v. 26, n. 1 Belo Horizonte p. 106-115, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822014000100012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000100012). Acesso em 15 jun. 2017.

OLIVEIRA, Juliana. Patrimônio, preservação e políticas públicas: o caso da estação ferroviária de Marinhos. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e patrimônio Sustentável- UFM. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MMMD-9UQM7N/parte\\_1\\_disserta\\_o\\_juliana\\_gazzinelli.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MMMD-9UQM7N/parte_1_disserta_o_juliana_gazzinelli.pdf?sequence=1).

GOMES, Lílian. **Justiça seja feita: direito quilombola ao território**. Programa de Doutorado em Ciência Política. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFMG, Belo Horizonte, 2009, 350 f. Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-89GSHS/tese\\_de\\_lilian\\_cristina\\_bernardo\\_gomes.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-89GSHS/tese_de_lilian_cristina_bernardo_gomes.pdf?sequence=1). Acesso em 20 mai. 2017.

HENRIQUES FILHO, Tarcísio. Quilombola: A legislação e o processo de construção de identidade de um grupo social negro. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 48 n. 192, p. 147-170, 2011. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242936>. Acesso em 20 mai. 2017.

HOBSBAWM, Eric. **O sentido do passado**. In: Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. IBGE, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/brumadinho>. Acesso em mar. 2017

ITABORAHY, Nathan. **Interações agroecológicas**: a comunidade de São Pedro de Cima em movimento. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia. Instituto de Geociências (IGC). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2014, 194 f. Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/IGCC-9R2L7N/disserta\\_o\\_nathan\\_zanzoni.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/IGCC-9R2L7N/disserta_o_nathan_zanzoni.pdf?sequence=1). Acesso em 25 mai. 2017.

LEITE, Ilka Boaventura. **O Projeto Político Quilombola**: desafios, conquistas e impasses atuais. UFSC. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965-977, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9951>. Acesso em fev. 2019.

MARQUES, Carlos Eduardo; GOMES, Lilian. A Constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos. Limites e potencialidades **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 28. n. 81, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n81/09.pdf>. Acesso em 17 jun. 2017.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. “A história como performance: jongos, quilombos e a memória do tráfico ilegal de escravizados africanos.” In: **História Pública no Brasil**. Sentidos e Itinerários. 1ed., São Paulo: Letra e Voz, 2016, v. 1, p. 221-236.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. “Remanescentes das comunidades dos quilombos: memória do cativeiro, patrimônio cultural e direito à reparação.” **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299778862\\_ARQUIVO\\_an\\_puh2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299778862_ARQUIVO_an_puh2011.pdf). Acesso em 17 jun. 2017.



MATTOS, Patricia. **A sociologia de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser**. São Paulo: Annablume, 2006.

MELO, Rúion. **“Da teoria à práxis? Axel Honneth e as lutas por reconhecimento na teoria política contemporânea”**. Revista Brasileira de Ciência Política. n. 15. São Paulo, 2014.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção**. Arius, v. 14, n.1/2, 2008.

PAULA, Dilma. **O futuro traído pelo passado: a produção do esquecimento sobre as ferrovias brasileiras**. In: FENELON, Déa Ribeiro. *et al* (org). Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Ed. Olho d'água, 2002.

PERFEITO, Sidnei. **Direitos territoriais dos índios no STF: superando a epistemologia da invisibilidade social indígena através do reconhecimento primário e da contrapublicidade**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito. UNISINOS. São Leopoldo. 2017. 159f.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Nota sobre a controvérsia Fraser-Honneth informada pelo cenário brasileiro**. Lua Nova, n. 74, p. 35-93, 2008.

POUBEL, Alan. **A luta, o reconhecimento e a titulação da terra em comunidades remanescentes de quilombos: o caso da fazenda machadinha**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2016, 319f.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia de poder**. São Paulo: Ed. África, 1993.

REIS, Sineimar. **Resistência de um povo: defesa, direito e preservação dos quilombolas em Belo Horizonte**. Recanto das Letras. 2015. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/resenhas/5431527>. Acesso em 16 out. 2017.

SACK, Robert David. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SALOMÃO, Fausy; CASTRO, Cristina. **A identidade quilombola: territorialidade étnica e proteção jurídica**. Cadernos do Programa de Pós-

Graduação em Direito, UFRGS. Porto Alegre, Vol 13, n 1, 2018, p. 236 – 255. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/ppgdir/article/view/73034>. Acesso em mai. 2019

SAMPAIO, José Augusto. “Terras de quilombo: direito territorial etnicamente diferenciado, reparação histórica e reforma agrária.” *In*: SANTOS, M.; CAMARGO, P. **Comunidades quilombolas de Minas Gerais no séc. XXI**. História e resistência. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2008, p. 17-24.

SANTANA, Maria Ester. **Amados Amaros**: uma história quilombola. 1.ed. Curitiba, Appris, 2015.

SANTOS, Bárbara Cristina. **Os limites da teoria do reconhecimento**: a teoria crítica de Nancy Fraser. Trabalho preparado para apresentação do VII Seminário Discente de Pós-Graduação em Ciência Política da USP de 8 a 12 de maio de 2012. Disponível em: <http://conferencias.fflch.usp.br/sdpdscp/VIIsemDCP/paper/viewFile/1905/341>. Acesso em mai. 2019.

SANTOS, Maria Elisabete; CAMARGO, Pablo. **Comunidades quilombolas de Minas Gerais no séc. XXI**. História e resistência. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.

SANTOS, Simone Ritta. **Comunidades quilombolas**: as lutas por reconhecimento de direitos na esfera pública brasileira. Tese de doutorado em Serviço Social. Porto Alegre: PUCRS, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, 2012. 195 f.

SARMENTO, Daniel. **A garantia dos direitos à posse dos remanescentes de quilombos antes da desapropriação**. Parecer de 2006. Disponível em: <http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/institucional/gruposdtrabalho/quilombosdocumentos/pdf>. Acesso em 18 jul. 2018.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília; CARVALHO, Maria Celina. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente e Sociedade**. Ano V, n. 10, 2002, pp.129-136. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414753X2002000100008&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414753X2002000100008&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em 23 jul. 2017.

SCLIAR, Marília. **Estudos sobre a história da população de Belo Horizonte e de uma população rural afrodescendente utilizando microssatélites**.

Dissertação de Mestrado. Departamento de Biologia Geral do Instituto de Ciências Biológicas. UFMG, Belo Horizonte, 2007, 74f.

SCOTSON, John L; ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SILVA, Kalina; SILVA, Vanderlei. **Etnia.** *In*: Dicionário de Conceitos Históricos. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Vera Regina. “Remanescentes de Quilombos.” *In*: AMARO, L; MAESTRI, M. (Org.). **Afrobrasileiros**: história e realidade. Porto Alegre: Est Editora, 2005, p.134-137.

TAYLOR, Charles. **A política do reconhecimento.** *In*: ARGUMENTOS FILOSÓFICOS. São Paulo: Loyola, 2000.

VIEIRA, Judith. “Quem pode ser quilombola? A (RE) construção da identidade coletiva do Quilombo do Maicá, Santarém, Pará.” *In*: ALMEIDA, A. *et al* (org.). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social**: Territórios quilombolas e conflito. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições. v.1, n. 2, 2010.

WEBER, Max. **Economia y sociedad. Esbozo de sociologia comprensiva.** Edicion preparada por Johannes Winckelmann. Nota Preliminar de Jose Medina Echavarria. México: Fondo de Cultura Economica, 1996.

## ANEXOS

### ANEXO I



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**  
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

**Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro**

#### **CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO**

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção n.º 169, ratificada pelo Decreto n.º 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do Processo administrativo desta Fundação n.º 01420.003089/2010-68 **CERTIFICA** que a **Comunidade de Marinhos e Rodrigues**, localizada no município de Brumadinho/MG Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 012, Registro n. 1.364, fl. 179, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29) **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO.**

Eu, **Maurício Jorge Souza dos Reis**, (Ass.)....., Diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e ~~o~~ extraí. Brasília/DF, **27 de setembro de 2010.**

O referido é verdade e dou fé.

  
**Edvaldo Mendes Araújo**  
**(Zulu Araújo)**  
**PRESIDENTE**

SBS QD 02 LOTE 11 - Ed. Eley Meireles - Brasília/DF - CEP: 70070-945 - Brasília - DF - Brasil  
Fone: (0 XX 61) 3424 0101-fax: 0xx61 3424 0145  
E-mail: [dpa@palmares.gov.br](mailto:dpa@palmares.gov.br) / Site: [www.palmares.gov.br](http://www.palmares.gov.br)

"A felicidade do negro é uma felicidade guerreira" (Waliy Salomão)

### ANEXO II



**CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADINHO**  
Praça da Paz Carmem de Oliveira Gonçalves - s/nº - São Conrado - Brumadinho - MG - CEP: 35.460-000

*Gabinete da Vereadora Lílían Paraguai*



Brumadinho, 12 de julho de 2010.

Ofício nº 035/2010/GVLP


Exmo. Sr.  
Maurício Jorge Sousa dos Reis  
Diretor do DPA – Fundação Cultural Palmares.


Prezado Senhor,

Conforme solicitação de V.Sa. em ofício de nº 350/2010 informo que as comunidades em processo de reconhecimento **Rodrigues e Marinhos** são pertencentes ao mesmo território e/ou áreas contínuas. São comunidades com organização própria, porém com atividades comuns e avizinham-se na organização territorial. Questionados, os líderes comunitários são dos entendimentos de que deve mesmo ser emitida apenas uma única certidão para as duas comunidades.

Atenciosamente,

**Lílían Paraguai**  
Vereadora - PT






REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

COMARCA DE BRUMADINHO-MG

Oficial: Alexandre Valadares

**CERTIDÃO**



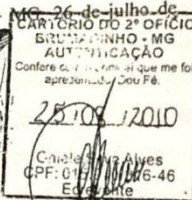
CERTIFIC O, a pedido verbal de parte interessada que revendo nesta Serventia os Livros de Registros e Arquivos, deles constatei que em 26 de julho de 2010, foi feito o registro nº 3.052 do Livro C-9 (Títulos e Documentos), do teor seguinte: **“ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA DE DELIBERAÇÃO DO AUTORECONHECIMENTO DOS MORADORES DAS COMUNIDADES DE MARINHOS E RODRIGUES COMO POVO REMANESCENTE DE QUILOMBO”**. Realizada na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, comunidade de Marinhos — Distrito de São José do Paraopeba em Brumadinho, no dia vinte e sete de junho de dois mil e dez, às onze horas, convocada para esse fim. As assinaturas dos presentes foram apostas de próprio punho na lista de presença. Estiveram presentes à reunião famílias da região e auxiliando na condução dos trabalhos a vereadora Lílían Paraguai que iniciou a reunião solicitando aos presentes que falassem um pouco da história da região e da atual situação das comunidades. Os moradores falaram da importância da preservação cultural da região que é basicamente afrodescendente e salientaram que as comunidades celebram sua cultura com festas como a de Nossa Senhora da Conceição e tem movimentos de Folia de Reis, Congado, Moçambique, Pastorinhas, Dança da Peneira, Festa da Colheita, Festa das Comunidades Negras e o Dia da Consciência Negra. A região é povoada basicamente por agricultores familiares, que sobrevivem das suas roças. As primeiras moradias foram construídas de pau a pique pelos primeiros negros libertos da Fazenda dos Martins e outras fazendas escravocratas da região. A vereadora Lílían destacou a importância dessa Assembléia para a preservação da identidade do povo local. Uma das importantes manifestações é a Missa Conga, que tem todo significado na tradição da Cultura Africana. Outra manifestação é a dança com o jarro na cabeça, fazendo alusão às mulheres que carregavam água no jarro de barro na cabeça. Os presentes manifestaram a importância de dar

Serviço Registral de Títulos e Documentos da Comarca de Brumadinho-MG. - Oficial: Alexandre Valadares  
Rua José da Silva Fernandes, nº 81, Centro Lj. 02, Brumadinho - MG. CEP: 35.460.000 - Fone: (0xx31) 3571-1501



mais valor à tradição da cultura deles e que é importante não deixar morrer os costumes do seu povo. Lembraram do projeto "Quem Planta e Cria Tem Alegria" e de outros que já foram realizados na comunidade. Feita a discussão passou a exposição da proposta de autoreconhecimento. A Vereadora Lillian Paraguai perguntou a todos(as) se havia alguma dúvida à respeito do autoreconhecimento. Não havendo dúvidas passou-se então à votação. Foram consideradas duas propostas, sendo a primeira a favor do autoreconhecimento e a segunda proposta contrária. Com apenas duas abstenções foi aprovado o autoreconhecimento do povo de Marinhos e de Rodrigues como remanescentes de Quilombo e a comunidade em seguida aclamou o resultado. Registro efetuado nos termos do art. 127, VII da Lei 6.015 de 31 de dezembro de 1973, para a sua conservação. Fazem parte deste registro todas as demais cláusulas e condições constantes na referida Ata. BRUMADINHO - MG, 26 de julho de 2010. [vgp/jdc]. Dou fé:

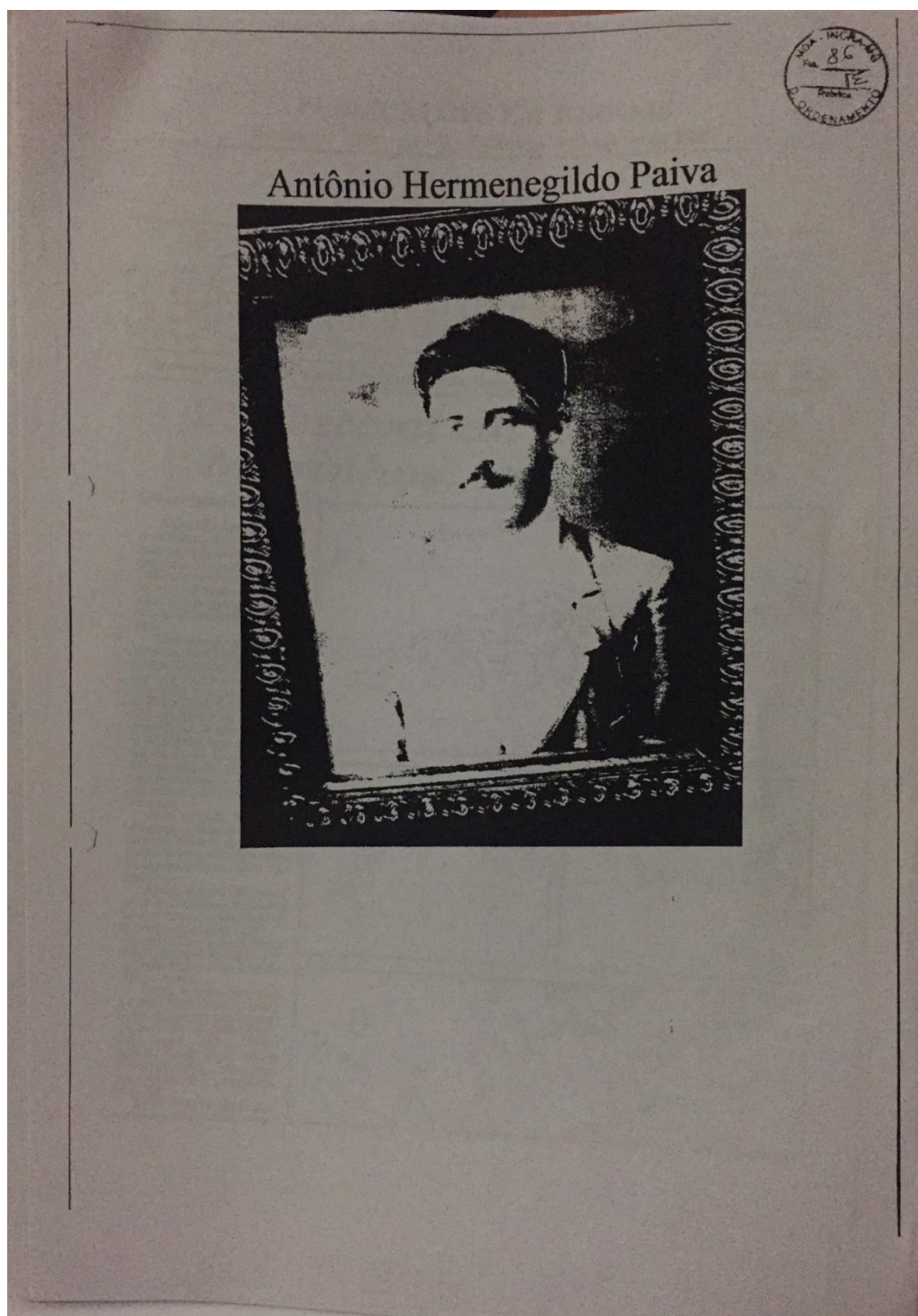
Viviane Sales dos Reis  
Escr. Auxiliar Cart. Reg. Imóveis  
Trib. Doc. E Civil Pess. Jurídicas  
Comarca de Brumadinho



Emolumentos. Tab. 8-4 b: R\$ 9,89  
Recomp: R\$0,59  
Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$3,70  
Valor Final ao Usuário: R\$14,18

Serviço Registral de Títulos e Documentos da Comarca de Brumadinho-MG. - Oficial: Alexandre Valadares  
Rua José da Silva Fernandes, n° 81, Centro, Lj. 02, Brumadinho - MG, CEP: 35.460.000 - Fone: (0xx31) 3571-1501

ANEXO IV





## DECLARAÇÃO



Cientes de que a regularização fundiária de territórios de comunidades quilombolas é realizada pelo INCRA mediante a outorga de títulos de domínio coletivos e pró-indivisos às respectivas associações comunitárias legalmente constituídas, sem nenhum ônus financeiro, com obrigatoria inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e impenhorabilidade, conforme estabelecem o Decreto Federal Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, e a Instrução Normativa INCRA Nº 57, de 20 de outubro de 2009, os integrantes da comunidade quilombola de **MARINHOS e RODRIGUES**, situada em Brumadinho/MG, reunidos na data 17/12/12, **declaram**, perante a Superintendência Regional do INCRA em Minas Gerais, **ter interesse pela regularização fundiária do território da comunidade em questão.**

Brumadinho/MG, 17 de dezembro de 2012

*Antônio Alves da Silva*

*Reide Santana Silva*



*Viviana das Mercês dos Santos Cruz*

*Delfina Higina dos Santos*

*Eustáquio dos Santos Cruz*

*Jose matuzinho*

*Gerolamo mico*



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Brasil, n.º 1877/1879 - Bairro Funcionários - Belo Horizonte/MG - CEP 30140-02 - Tel. (31) 2123-9000

Inquérito Civil Público n.º 1.22.000.000267/2012-26

CÓPIA

DESPACHO

Trata-se de Inquérito Civil Público autuado com o intuito de acompanhar o processo de regularização fundiária do quilombo de Marinhos e Rodrigues, localizado no município de Brumadinho/MG.

Segundo informações prestadas pelo INCRA em novembro de 2012 (fls. 148/150), ao todo, o órgão possuía 171 procedimentos administrativos de regularização fundiária de territórios quilombolas pendentes. A grande parte estava pendente por não ter sido elaborado o relatório antropológico. Para a solução dessa problemática e diante da falta de pessoal do órgão, o INCRA informou que buscaria alternativas para a elaboração dos relatórios. Assim, alguns relatórios seriam elaborados por meio de um Acordo de Cooperação Técnica realizado com a UFMG ou UNIMONTES e outros por empresas contratadas por pregão eletrônico.

Quanto à situação específica da comunidade de Marinhos e Rodrigues, em Brumadinho, que constava da lista de comunidades cujo relatório seria objeto de pregão eletrônico, a informação prestada foi:

Conforme informação do INCRA – Sede Brasília/DF, não serão mais contratados os serviços de elaboração dos relatórios antropológicos dessas comunidades, em razão de limitações orçamentárias para empenho de recursos em 2012 e do encerramento do contrato referente ao pregão em dezembro de 2013. Em razão do exposto, esclarecemos que não temos hoje previsão sobre quando será iniciada a elaboração dos relatórios antropológicos dessas comunidades.

Considerando que as últimas notícias acerca do procedimento de regularização fundiária do território da comunidade de Marinhos e Rodrigues datam de 2012, tendo se passado mais de ano desde as últimas notícias,





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Brasil, n.º 1877/1879 - Bairro Funcionários - Belo Horizonte/MG - CEP 30140-02 - Tel. (31) 2123-9000

**DETERMINO** a expedição de ofício ao INCRA, através da Superintendência em Minas Gerais, para que informe, no prazo de 20 (vinte) dias úteis:

- a) Se foram destinados recursos para a elaboração do relatório antropológico da comunidade de Ribeirão;
- b) Em caso negativo, qual a previsão para a liberação desses recursos e qual a alternativa proposta pelo INCRA para a elaboração do referido relatório;
- c) Outras informações acerca da elaboração de relatórios antropológicos para a regularização fundiária de territórios quilombolas (de maneira global) que referida autarquia órgão considere importantes, além das respostas às perguntas abaixo:
  - ci) Houve incremento da capacidade desse órgão para a elaboração de relatórios antropológicos de forma direta?
  - cii) A formalização de Termos de Cooperação Técnica com as Universidades foi concluída com êxito?
  - ciii) Qual o cronograma desse órgão, a longo prazo, para a elaboração de relatórios antropológicos?

Acautelem-se os autos no Núcleo Cível Extrajudicial até a resposta ou pelo prazo de 30 (trinta) dias. Após, retomem-me conclusos.

Belo Horizonte, 24 de outubro de 2014.

**ORIGINAL ASSINADO**

**HELDER MAGNO DA SILVA**

Procurador da República

Procurador Regional dos Direitos do Cidadão Adjunto

## ANEXO VII

Procurador da República  
Procurador Regional dos Direitos do Cidadão

### ADITAMENTO DE PORTARIA N.º 19, DE 16 DE JUNHO DE 2017

Aditamento à Portaria n.º 349/2012, de 31 de outubro de 2012  
(Aditamento/Retificação de Portaria). Inquérito Civil n.º 1.22.000.002837/2012-12

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República subscrito, no exercício de suas atribuições de Procurador Regional dos Direitos do Cidadão Substituto (artigo 127, caput e artigo 129 da Constituição da República de 1988; artigos 1.º e 2.º, 5.º a 7.º, 38 e 41 da Lei Complementar n.º 75/93; e Resolução CSMF n.º 87/2006, alterada pela Resolução CSMF n.º 106/2010);

considerando a instauração do inquérito civil em referência, Portaria n.º 0349/2012, de 31 de outubro de 2012, com o objetivo de acompanhar o processo de regularização fundiária do Quilombo do Sapé, localizado no município do Brumadinho/MG, tendo em vista o seu reconhecimento como remanescente das comunidades dos quilombolas;

CONSIDERANDO que no bojo do presente inquérito civil também tem se diligenciado no sentido de apurar o atendimento pelo Poder Público às diversas demandas da referida comunidade quilombola por serviços públicos e bens essenciais, nas mais diversas áreas, sobretudo nas da moradia, saúde, educação, assistência social, telefonia, energia elétrica, etc., bem como para a proteção do patrimônio cultural imaterial quilombola;

CONSIDERANDO que ainda não evidenciado o possível exaurimento do objeto do presente feito e que este encontra-se vencido;

RESOLVE:

ADITAR A PORTARIA que instaurou o presente Inquérito Civil, a fim de definir o seu objeto, passando a constar a seguinte ementa:

a) acompanhar o processo de regularização fundiária do Quilombo do Sapé, localizado no município do Brumadinho/MG, tendo em vista o seu reconhecimento como remanescente das comunidades dos quilombolas;

b) apurar o atendimento pelo Poder Público às demandas da referida comunidade quilombola por serviços públicos e bens essenciais, nas mais diversas áreas, sobretudo nas da moradia, saúde, educação, assistência social, telefonia, energia elétrica, etc., bem como para a proteção do patrimônio cultural imaterial quilombola;

RATIFICAR os demais termos da Portaria n.º 349/2012, de 31 de outubro de 2012.

DETERMINO, por oportuno, tendo em vista o disposto nos artigos 4.º da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e 2.º da Resolução n.º 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, seja o presente aditamento autuada como peça inicial do procedimento em epígrafe, juntamente com a 349/2012, de 31 de outubro de 2012, numerando-se este documento com o mesmo número da primeira folha dos autos, acrescido das letras “A” e “B”, evitando-se, desse modo, a renumeração das folhas.

Determino, também, a prorrogação do prazo para conclusão deste Inquérito Civil n.º 1.22.000.002837/2012-12, por mais 01 (um) ano, uma vez que se mostra necessária a realização de diligências complementares, procedendo-se aos registros de estilo no sistema informatizado de informações processuais (Sistema ÚNICO), efetivando-se as comunicações de praxe e as retificações necessárias na capa dos autos.

Após, voltem os autos conclusos.

HELDER MAGNO DA SILVA  
Procurador da República  
Procurador Regional dos Direitos do Cidadão

Inquérito civil público instaurado para acompanhar o processo de regularização fundiária de Sapé  
Fonte:

[http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/bitstream/handle/11549/110547/DMPF\\_EXTRAJUD\\_20170704.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/bitstream/handle/11549/110547/DMPF_EXTRAJUD_20170704.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em 02 de setembro 2017



## DECLARAÇÃO



Cientes de que a regularização fundiária de territórios de comunidades quilombolas é realizada pelo INCRA mediante a outorga de títulos de domínio coletivos e pró-indivisos às respectivas associações comunitárias legalmente constituídas, sem nenhum ônus financeiro, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e impenhorabilidade, conforme estabelecem o Decreto Federal Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, e a Instrução Normativa INCRA Nº 57, de 20 de outubro de 2009, os integrantes da comunidade quilombola de **SAPÉ**, situada em Brumadinho/MG, reunidos nessa comunidade na data 17/12/12, **declaram**, perante a Superintendência Regional do INCRA em Minas Gerais, **ter interesse pela regularização fundiária do território da comunidade em questão.**

Brumadinho/MG, 17 de dezembro de 2012

Rita Maria de Cassia Ferreira  
 Almeida Michel, Braga  
 Cecilda Aparecida da Silva  
 Luziane da Silva Aguiar Ferreira  
 Juarez das graças Agostinho  
 Maria da Conceição Silva  
 Mario Antonio da Silva  
 Marcia Cristina de Jesus Silva  
 Julieta Romualda Silva  
 Helton Manoel de Jesus  
 Auxiliadora Augusta Jesus Silva  
 Luciano das V. Agostinho, P. da S. T. T.  
 Patrícia Marcelina Silva Santana  
 Gisela Silva Santana  
 Gilmar de Almeida da Silva  
 Thailon de Jesus Silva  
 Solange Maria Silva e Silva  
 Franklin de Aguiar Ferreira  
 Elson Vicente da Silva  
 Silvana Aparecida da Silva